



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

EDILANY MENDONÇA VALES

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA VERTICALIZAÇÃO NA CIDADE DE
MACAPÁ A PARTIR DO PERÍODO DE 2004 A 2018**

MACAPÁ/AP

2021

EDILANY MENDONÇA VALES

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA VERTICALIZAÇÃO NA CIDADE DE
MACAPÁ/AP A PARTIR DO PERÍODO DE 2004 A 2018**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como requisito obrigatório para obtenção do título de mestra.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Orientador: Prof. Dr. José Alberto Tostes.

MACAPÁ/AP

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Jamile da Conceição da Silva – CRB-2/1010

Vales, Edilany Mendonça

Análise do desenvolvimento da verticalização na cidade de Macapá/AP a partir do período de 2004 a 2018. / Edilany Mendonça Vales; orientador, José Alberto Tostes. – Macapá, 2021.

105 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, Coordenação do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional.

1. Planejamento urbano – Macapá (AP). 2. Verticalização urbana – Macapá (AP). 3. Espaço urbano – Macapá (AP). 4. Plano diretor – Macapá (AP). I. Tostes, José Alberto, orientador. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

711.4098116 V167a

CDD. 22 ed.

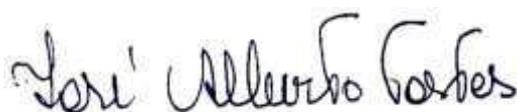
EDILANY MENDONÇA VALES

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA VERTICALIZAÇÃO NA CIDADE DE
MACAPÁ/AP A PARTIR DO PERÍODO DE 2004 A 2018**

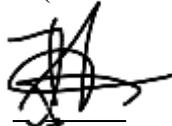
Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação
Mestrado em Desenvolvimento Regional, da
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, como
critério obrigatório para obtenção do título de mestra.

Avaliado em: 08.02.2021

Banca Examinadora:



Prof. Dr. José Alberto Tostes
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
(Presidente)



Prof. Dr. José Francisco Ferreira
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
(Membro interno)



Prof. Dr^a Rosemary Ferreira de Andrade
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
(Membro externo)

Dedico primeiro a Deus,

Aos meus pais, meus exemplos de professores brilhantes,

Ao meu marido, por compartilhar comigo a trajetória,

Aos meus filhos, melhor parte de mim.

E a todos os participantes da pesquisa e, todos os envolvidos no processo de desenvolvimento regional e planejamento urbano.

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pelos momentos que a desesperança e o desespero na fragilidade ameaçaram a me dominar e, na oração conseguir força e sabedoria no procedimento desta pesquisa.

Agradeço ao professor e orientador Dr. José Alberto Tostes, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou e, antes de tudo, por ter me ajudado a realizar um sonho que faz parte do meu projeto de vida.

Aos meus pais, Divanir Pena Vales e Edilana do Rosário Mendonça, com seus conselhos e ajudas conseguir enfrentar desafios e superar obstáculos.

Ao meu marido Helimar Baia Nogueira, por acumular muitas das minhas ausências no âmbito familiar e por compreender a minha dedicação em superar as minhas dificuldades acadêmicas. O seu apoio incansável com os nossos filhos e a sobrecarregar de responsabilidades com a nossa família foram importantíssimas à finalização do meu trabalho.

Desejo igualmente agradecer as minhas cunhadas, Heloane Baia Nogueira e Heloísa Baia Nogueira e a minha sogra Maria José Baia Nogueira, pelo apoio incondicional com os meus filhos, Hendrel Gabriel Vales Nogueira, que nasceu logo após a minha entrada no mestrado e a Gabrielly Thaisy Vales Nogueira, que inúmeras vezes precisou de atenção e diálogo e vocês conseguiram suprir o meu distanciamento, eu nunca serei grata o suficiente.

Agradeço ao amigo Prof. Dr. Rosivaldo Gomes pela contribuição valiosa na formatação e revisão ortográfica e gramatical.

A todos os meus amigos e parentes, que, de certa forma direta e indiretamente, contribuíram com este trabalho.

Aos irmãos que Deus colocou em minha vida e escolhi para conviver da igreja Morada do Espírito, pela solicitude e solidariedade perante minhas dificuldades.

A todos os participantes da pesquisa e aos alunos da turma do mestrado 2017 e, todos envolvidos no processo de desenvolvimento regional e planejamento urbano, pelo aprendizado coletivo.

A todos, meu muito obrigado por permitirem que esta dissertação seja uma realidade!

"Todas as vitórias ocultam uma abdicação".

Simone de Beauvoir

RESUMO

O presente estudo intitulado Análise do desenvolvimento da verticalização na cidade de Macapá/AP a partir do período de 2004 a 2018 visa analisar o processo de verticalização sob a perspectiva do planejamento urbano e o desenvolvimento na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. Diante de análises atingidas por meio de estudos e entrevistas realizadas, busquei responder as seguintes questões de pesquisas: De que maneira se desenvolve o planejamento urbano e o processo de verticalização em Macapá e quais as implicações no conjunto da cidade? Para responder tal indagação fez-se necessário analisar as implicações que induzem o processo de verticalização sob a perspectiva dos agentes públicos e privados, além de estudos teóricos sobre o planejamento urbano. Deste modo, definiu-se como objetivo geral: analisar as implicações da verticalização sob a ótica dos agentes públicos e privados. Assim, selecionou-se como objetivos específicos: caracterizar o espaço urbano da cidade de Macapá, identificar o planejamento urbano e a discussão sobre a produção do espaço e analisar as dinâmicas que induzem o desenvolvimento local a partir dos investimentos que ocorrem na verticalização na cidade de Macapá. Como critério para a entrevista foram selecionadas as instituições privadas do processo de construção, vinculação e evolução do plano diretor e as personalidades que foram importantes no período de construção do plano diretor e posteriormente nos estudos de compreensão e aplicação do instrumento público. Para a realização da pesquisa optou-se por desenvolver revisão bibliográfica e análise documental, por meio de análise de conteúdo embasados em pesquisa qualitativa com enfoque empírico-analítico. Dessa forma, evidenciou-se que o processo de verticalização obedece a um apelo econômico, onde as mudanças no padrão de altura dos prédios é um fator emblemático, e ocorreu de uma gestão municipal para a outra. A modificação no gabarito da cidade tornou-se, cada vez mais perceptível, por meio dos elevados edifícios que configuram a paisagem urbana. Essa mudança no padrão da verticalização atraiu construtoras e inevitavelmente aumentou o número de contratados no setor da construção civil o que gerou emprego e renda, no entanto, observa-se que a terra se tornou mercadoria, predominando o valor do uso do solo com o objetivo de garantir a acumulação de capital.

Palavra-chave: Plano diretor. Espaço Geográfico. Amazônia.

ABSTRACT

The present study entitled Analysis of the development of verticalization in the city of Macapá/AP from 2004 to 2018 aims to analyze the verticalization process from the perspective of urban planning and development in the city of Macapá, capital of the State of Amapá. Faced with analyses achieved through studies and interviews, I sought to answer the following research questions: How is urban planning and the verticalization process developed in Macapá and what are the implications for the city as a whole? To answer this question it was necessary to analyze the implications that induce the verticalization process from the perspective of public and private agents, besides theoretical studies on urban planning. Thus, it was defined as a general objective: to analyze the implications of verticalisation from the perspective of public and private agents. Thus, we selected as specific objectives: to character/ize the urban space of the city of Macapá, to identify urban planning and the discussion about the production of space, and to analyze the dynamics that induce local development from the investments that occur in the verticalization in the city of Macapá. As criteria for the interview were selected the private institutions of the process of construction, binding and evolution of the master plan and the personalities who were important in the period of construction of the master plan and later in the studies of understanding and application of the public instrument. In order to carry out the research, we chose to develop a bibliographic review and documental analysis, based on qualitative research with an empirical-analytical approach. Thus, it was evident that the verticalization process obeys an economic appeal, where changes in the height pattern of buildings is an emblematic factor, and occurred from one municipal management to the other. The change in the city's gauge has become increasingly noticeable through the elevated buildings that configure the urban landscape. This change in the pattern of verticalization attracted builders and inevitably increased the number of contractors in the construction sector, which generated employment and income, however, it is observed that the land has become a commodity, predominating the value of land use with the aim of ensuring the accumulation of capital.

Keywords: Master plan. Geographic space. Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1-	Vista aérea de Macapá na década de 50.....	29
Figura 2-	Colégio Amapaense.....	44
Figura 3-	Edifício Turmalina Residence.....	45
Figura 4-	Evolução dos critérios de definição de Cidade Média.....	62
Figura 5-	Vista e perspectiva do Edifício ACIA.....	75
Figura 6-	Vista em perspectiva do edifício residencial Costa Norte.....	76
Figura 7-	Vista em perspectiva do edifício Office Araguary Business Center.....	76
Figura 8-	Empreendimento verticais em fase de construção.....	77

GRÁFICOS

Gráficos 1- Percentual de Verticalização Média e Alta nos bairros de Macapá.....78

MAPA

Mapa 1-	Localização geográfica da cidade de Macapá.....	25
Mapa 2-	Plano GRUMBILF.....	32
Mapa 3-	Plano Fundação João Pinheiro.....	33
Mapa 4-	Plano HJ COLE e Associados.....	34
Mapa 5-	Plano Diretor Participativos de Macapá 2004.....	35
Mapa 6-	Evolução urbanística de Macapá de 1959 a 2004.....	36
Mapa 7-	Mapa de Zoneamento urbano da cidade de Macapá.....	47
Mapa 8-	Ordenamento da verticalização na cidade de Macapá.....	74
Mapa 9-	Localização dos condomínios em Macapá e Santana.....	80

QUADROS

Quadro 1-	Tópico-guia com perguntas das entrevistas.....	21
Quadro 2-	Síntese da Organização e execução das entrevistas.....	21
Quadro 3-	Categoria analíticas propostas no modelo tridimensional.....	23
Quadro 4-	Processo de verticalização na Amazônia.....	43
Quadro 5-	Limites de verticalização, na lei n° 029/2004.....	48
Quadro 6-	Evolução do planejamento urbano.....	52
Quadro 7-	Perspectivas do direito à cidade.....	58
Quadro 8-	Principais eventos transformadores da urbanização de Macapá.....	65
Quadro 9-	Relação dos participantes e os eixos temáticos.....	84

TABELAS

Tabela 1-	Evolução da população Amapaense.....	67
Tabela 2-	Alterações dos limites da verticalização do Plano Diretor Participativo de Macapá.....	73
Tabela 3-	Número de contratados no setor da construção civil no Amapá no período de 2007 a 2016.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALCMS	Área de Livre Comércio de Macapá e Santana
APP	Área de Preservação Permanente
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CAESA	Companhia de Água e esgoto do Amapá
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CF	Constituição Federal
CONCLA	Comissão Nacional de Classificação
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CREA	Conselho Regional de Engenharia
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
ICOMI	Indústria e Comércio de Minério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICON	Construtora e Incorporadora
PDPM	Plano Diretor Participativo de Macapá
PDU	Plano de Desenvolvimento Urbano
RAIS	Relação Anual de Informações
SEMAM	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SEMDUH	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação
SINE	Sistema Nacional de emprego
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Amapá
SINE	Sistema Nacional de emprego
SPIV	Subzonas Prioritárias para Implantação de Infraestrutura Urbana
TI	Terras Indígenas
UC	Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	19
2.1	SISTEMATIZAÇÃO DA ENTREVISTA.....	20
2.2	ANÁLISE DOS DADOS.....	23
3	CARACTERIZAÇÃO DA VERTICALIZAÇÃO NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE MACAPÁ.....	24
3.1	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	24
3.2	ASPECTOS HISTÓRICOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ.....	25
3.2.1	Criação do Território Federal do Amapá.....	26
3.2.2	Amapá: De Território a Estado.....	29
3.2.3	Os planos como documento que interpretam e configuram o uso do solo.....	31
3.3	A DISCUSSÃO DO DESENVOLVIMENTO DA VERTICALIZAÇÃO.....	37
4	PLANEJAMENTO URBANO E O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	51
4.1	PLANEJAMENTO URBANO E O PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO NO BRASIL.....	51
4.1.1	Aspectos evolutivos do planejamento urbano no Brasil.....	51
4.1.2	O processo de evolução da verticalização sob a ótica da cidade.....	55
4.2	O PROCESSO DE PLANEJAMENTO URBANO E VERTICALIZAÇÃO NAS CIDADES MÉDIAS DA AMAZÔNIA.....	61
4.2.1	As tranformações da dinâmica urbana de Macapá.....	64
5	AS IMPLICAÇÕES DA VERTICALIZAÇÃO NA ÓTICA DOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS.....	70
5.1	ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO NO CONJUNTO DA CIDADE DE MACAPÁ.....	70
5.1.1	Uma análise sobre as implicações do Plano Diretor.....	71
5.1.2	As novas dinâmicas urbanísticas de Macapá.....	78
5.2	ANÁLISE DA VERTICALIZAÇÃO SOB A ÓTICA DOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS.....	83
5.2.1	A visão dos entrevistados a respeito da verticalização na cidade de Macapá.....	83
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
	REFERÊNCIAS.....	94

APÊNDICE A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	101
APÊNDICE B- Ofício da coordenação do Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR).....	102
APÊNDICE C- Roteiro de entrevista: Poder público (Órgão público).....	103
APÊNDICE D- Roteiro de entrevista: Construtoras/ Imobiliárias.....	104
ANEXO E- Modelo de Alvará da Secretária Municipal de Desenvolvimento urbano e Habitacional (SEMDHU).....	105

1 INTRODUÇÃO

A análise sobre Desenvolvimento pode apresentar-se sob diversas formas de entendimento perpassando pelos aspectos técnicos, econômicos e sociais que envolve a interdisciplinaridade, característica do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (PPG/MDR-UNIFAP), do qual essa pesquisa dedicou-se a linha de pesquisa Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Este trabalho, além de partir da análise de desenvolvimento regional, surgiu de algo muito presente no cotidiano de um professor de geografia, a análise da paisagem. Desde 2015 quando assumir o cargo de professora de geografia da educação básica do contrato administrativo lotada na Secretaria Estadual de Educação-SEED/AP, venho ministrando este conceito em sala de aula e observando que a paisagem da cidade de Macapá vem ganhando modificações de forma acelerada, com isso, ao pensar em um projeto para o mestrado, percebi que era possível abordar o tema de forma diferenciada, na contramão do olhar apenas conceitual e envolver a análise do planejamento urbano, o desenvolvimento urbano e o processo de aplicabilidade da verticalização.

Neste contexto, na elaboração do tema de pesquisa discutiu-se o desenvolvimento regional delimitando-se a verticalização na cidade de Macapá. Do problema formulado observou-se que a verticalização obedece a um apelo econômico e, inevitavelmente, aumentou o número de contratos no setor da construção civil e que ocorreu de uma gestão municipal para a outra.

A pesquisa teve por objetivo geral analisar as implicações da verticalização sob a ótica dos agentes públicos e privados. Com o intuito de melhor conhecermos o espaço urbano macapaense e o processo de crescimento exponencial da verticalização na cidade de Macapá.

As análises documentais ocorreram através dos Planos Diretores projetados para a cidade de Macapá, e de alguns dados obtidos junto às instituições públicas e privadas, além de consulta ao site de algumas instituições.

Ainda em 2018 a pesquisa de campo teve um caráter mais preliminar a partir de observações sistemáticas e visitas de levantamentos de números de empresas de construção civil, e o levantamento de números de trabalhadores na construção civil, sendo observado a geração de emprego em renda com a aplicabilidade da verticalização no centro urbano da cidade de Macapá.

Em dezembro de 2019, após a qualificação do projeto de dissertação, aconteceu o segundo trabalho de campo tendo como foco as coletas de dados sobre o número de participantes que seriam divididos nos eixos temáticos e que entrariam na pesquisa.

O terceiro trabalho de campo teve por objetivo a realização das entrevistas e atualização do quadro de eixos temático. No total foram realizadas 15 entrevistas selecionou-se as construtoras/imobiliárias e o poder público/órgãos públicos. O roteiro das entrevistas versou de questões abertas em que os entrevistados ofereceram sua própria resposta. Foram realizados levantamento sistemático, versando apenas no setor público e privado, por isso não houve necessidade de agrupar entrevistas com moradores do entorno da verticalização ou consumidores da habitação vertical.

A presente dissertação está estruturada em quatro seções, a primeira dedica-se ao processo de desenvolvimento da pesquisa, a seleção e tratamento dos dados e análise dos dados, a segunda seção apresenta a caracterização da verticalização no espaço urbano da cidade de Macapá, onde evidenciou algumas informações básicas de localização. Assim, discutiu-se os aspectos históricos que contribuíram na formação da cidade, de igual forma buscou-se apresentar a produção do espaço urbano e o início do processo da verticalização da cidade.

Na terceira seção, dedica-se de forma teórica ao planejamento urbano e ao processo de verticalização em uma escala internacional, nacional, regional e local. A pesquisa se concentra nos processos evolutivos do planejamento urbano e da verticalização, não se pode discutir esses fatores sem considerar a cidade, seus agentes sociais e as problemáticas envolvidas.

Já na quarta seção, faz-se uma análise sobre as implicações da verticalização no conjunto da cidade a partir dos agentes públicos e privados. A pesquisa ocorreu por meio de discussões teóricas é referenciada nessa seção, com a contribuição das entrevistas dos principais órgãos públicos e privados, agregando com o objetivo de compreender as dinâmicas da urbanização em Macapá, ocorridos especialmente após o Plano Diretor de 2004, considerando as modificações que foram feitas no que diz respeito às diretrizes para a verticalização, até os dias atuais.

Dessa forma, revelam-se que: a) O planejamento urbano deve ser ação política e instrumento dos interesses dissimulados de uma estratégia (LEFEBVRE, 1999); b) A verticalização foi definida como a multiplicação efetiva do solo urbano (SOMEKH, 1997); c) O processo de verticalização tem introduzido tipologias habitacionais novas, novos espaços de expansão urbana que estão sendo incorporados ao tecido urbano. São novos espaços produtivos associados a tecnologias mais elaboradas e a formas de crescimento nas quais diferentes articulações entre Estado e capital imobiliário interagem (MENDONÇA; COSTA, 2011).

Para a realização da pesquisa optou-se por desenvolver revisão bibliográfica e análise documental, por meio de análise de conteúdos embasados em pesquisa qualitativa com enfoque empírico-analítico.

A categoria de análise delineadas proporcionaram a investigação e a afirmação que ainda hoje a verticalização tem seguido uma trajetória de crescimento exponencial, principalmente na área Central da cidade de Macapá, muitos são os atores responsáveis por essas alterações, buscou-se elencar na pesquisa as intervenções imobiliárias no processo de formação do espaço, a geração de emprego e renda, o aquecimento do mercado da construção civil, o maior uso e parcelamento da fração do solo, e a concentração de atividades e serviços principalmente na comercialização espacial. Assim, discutiu-se que a produção do espaço urbano acontece por meio da ação de agentes sociais, especialmente os que detêm o capital, visando mudanças de ordem estrutural e social na ordenação espacial da cidade.

2 PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

O escopo desta seção compõe a trajetória metodológica que diante deste contexto buscou-se evidenciar o olhar e a análise de cada entrevistado sobre a aplicabilidade da verticalização. O critério das entrevistas perpassou pela necessidade de obter dados dentro de um contexto que envolveu agentes públicos e privados para a dimensão da sistematização dos dados, que caracteriza-se em buscar uma apreensão na fala dos sujeitos, interligado ao âmbito que eles se inserem e que foi abordado pela temática da pesquisa, sendo esses discursos gravados e transcritos na íntegra que produzem dados extremamente diversificados pela peculiaridades da verbalização de cada um sobre planejamento e desenvolvimento urbano, e sobre a produção do espaço urbano e a verticalização.

Então foram selecionadas as instituições privadas do processo de construção, vinculação e evolução do plano diretor e as personalidades que foram importantes no período de construção do plano diretor e posteriormente nos estudos de compreensão e aplicação do instrumento público. O que resultou na composição de dados e esses relatos vem com o objetivo de propor no sentido amplo as discussões e novas aplicações e redefinições, que possam fazer progredir esse modelo de pesquisa na área do Desenvolvimento Regional, Geografia, Arquitetura Urbanismo e História.

A pesquisa documental e bibliográfica corresponderam no trabalho ao uso de informações na base primária e secundária e as informações empíricas foram desenvolvidas como análises a realidade dos fatos que são observado estabelecendo deduções a partir da observação que se torna uma soma das contribuições feitas por diferente participantes, na tentativa de explicar o contexto de um determinado fenômeno.

As entrevistas seguiram um roteiro pré-estabelecido (Apêndice A e B) e todos os participantes entrevistados foram previamente esclarecidos a respeito da pesquisa e aceitaram que suas identidades fossem divulgadas, para isso solicitou-se a todos que fizessem a leitura do ofício (Apêndice C) e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (Apêndice D). Todas as entrevistas foram realizadas no local, data e horário disponíveis pelos entrevistados. Para identificação dos participantes delimitou-se, no quadro de entrevista, como critério metodológico, as instituições privadas do processo de construção, vinculação e evolução do plano diretor e as personalidades que foram importantes no período da construção do plano diretor e posteriormente nos estudos de compreensão e aplicação do instrumento público e discutiu-se em quatro eixos: 1) Verticalização e desenvolvimento; 2) Verticalização e Infraestrutura; 3) Verticalização e análises de projetos; 4) Verticalização e Plano diretor.

Assim, discutiu-se que a verticalização é um fenômeno atrelado ao desenvolvimento. Porém, é necessário que os agentes detentores do poder da política de desenvolvimento urbano tenham a perspectiva de que a cidade é um conjunto e, portanto, cresce tanto de forma vertical, quanto horizontal, cabendo aos gestores e à sociedade, perceber a cidade em sua totalidade.

2.1 SISTEMATIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Conforme Dencker (2000), uma característica importante das pesquisas qualitativas é a utilização de diferentes técnicas de coleta de dados em campo, sendo que as mais utilizadas são a entrevista aberta e a observação. Nesse sentido, o grande objetivo da entrevista qualitativa é “os relatos dos participantes que revelam suas percepções e análises do âmbito trabalhista das suas vivências diárias que envolve a análise desta pesquisa”.

Desse modo, segundo Gaskell (2000, p.66) “duas questões centrais devem ser consideradas antes de qualquer forma de entrevista: o que perguntar (o exemplo que consta no tópico-guia) e a quem perguntar (a importância de como selecionar os participantes)”. Em relação à primeira questão, levou-se em consideração neste trabalho o fato de que as entrevistas realizadas deveriam contribuir com a análise sobre o planejamento e desenvolvimento urbano, a partir da produção do espaço e a verticalização, identificando que mecanismo e dinâmicas induzem o desenvolvimento local, ressaltando a análise do processo de adensamento da verticalização na cidade de Macapá.

Os aprofundamentos da segunda questão serviram para a análise dos dados, sendo que os participantes foram organizados a partir de tópicos-guia, que configuram interação mais natural possível e proporcionam divisão em eixo temático. Por isto, os tópicos-guia (Quadro 1) para a organização das entrevistas semiestruturadas foram organizadas em dois eixos temáticos: (1) centrado no tempo de atuação do gestor, na atividade atual e no envolvimento do governo no planejamento e (2) centrado no tempo de atuação da construtora e o no planejamento executado da construtora. No questionário foram formuladas perguntas abertas e de caráter descritivo e com indagações mais aprofundadas sobre pontos que envolvem as construtoras/imobiliárias e o poder público (órgãos públicos).

As entrevistas realizadas a partir dos tópicos-guia durante o diálogo foram sofrendo adaptações e não seguiram, necessariamente, a mesma ordem apresentada. Isso permitiu que tanto os participantes, quanto a pesquisadora, envolvessem outros temas de relevância ou condizentes com o tema apresentado.

Quadro 1- Tópico-guia com perguntas da entrevista

EIXO TEMÁTICO (1)
Tempo de atuação do gestor
Atividade atual
Qual é o envolvimento do governo no planejamento
EIXO TEMÁTICO (2)
Tempo de atuação da construtora?
Planejamento da construtora

Fonte: Vales (2018)

Crescwell (2007) acrescenta que o pesquisador deve conduzir as entrevistas face a face com os participantes, apontando as perguntas que geralmente são abertas, pretendendo assim extrair visões de múltiplas realidades e opiniões. Sendo assim, foram selecionados 15 (quinze) participantes para a realização das entrevistas.

Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), juntamente com o ofício feito pela coordenação do Mestrado em Desenvolvimento Regional. As entrevistas foram agendadas por e-mail, contato telefônico e agendamento por ofício entregue pessoalmente, tendo sido gravadas por meio de vídeo com um *smartphone* ou filmadora portátil para garantir a segurança dos dados coletados no momento da transcrição. O quadro a seguir sintetiza o processo de organização e execução das entrevistas bem como o perfil dos participantes.

Para identificação dos participantes delimitou-se no quadro de entrevista como critério metodológico as instituições privadas do processo de construção, vinculação e evolução do plano diretor e as personalidades que foram importantes no período da construção do plano diretor e posteriormente nos estudos de compreensão e aplicação do instrumento público.

Quadro 2- Síntese da Organização e execução das entrevistas

DATA E DURAÇÃO DA ENTREVISTA	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PARTICIPANTE	PERFIL/FORMAÇÃO
16.04.2019 Duração: 00:11:42	SIDUSCON	Glauco Mauro Cei	Presidente do SIDUSCON, trabalhou como oficial no exército brasileiro, empresário e dono da empresa ETECON
28.03.2019 Duração: 00:10:35	SINE	Junior Braga	Gerente do SINE do Estado do Amapá

28.04.2019 Duração: 00:20:33	SOTECC	Elilson Mendonça	Topografo e técnico em edificações, um dos proprietários da empresa SOTECC
18.02.2019 Duração: 00:11:45	VEX- CONSTRUÇÕES	Nelson da Conceição	Representante da Vex-construções
21.03.2019 Duração: 00:31:00	CAU	Sérgio Magalhães	Presidente do CAU, arquiteto urbanista
05.02.2019 Duração: 00:13:03	CAESA	Demétrio Celestino	Engenheiro Civil, da CAESA
12.02.2019 Duração: 00:07:31	UNIFAP	Profa. Dra. Eliane Cabral da Silva	Professora do colegiado de geografia na Unifap
21.02.2019 Duração: 00:10:31	TÉCNICO EM REDE DE GÁS CANALIZADO	Heller Baia Nogueira	Técnico em instalação de gás canalizado da empresa VEX-construções
14.02.2019 Duração: 00:11:42	CREA	Alan Rodrigues	Engenheiro Civil, e responsável pelo setor da gerência geral
05.02.2019 Duração: 00:11:42	SEMDUH	Eumenides de Almeida Mascarenhas	Arquiteto urbanista e diretor do departamento de controle urbano
26.02.2019 Duração: 00:02:26	SEMAM	Gualberto da Silva	Responsável pelo setor de elaboração, análise e implementação de projetos
07.02.2019 Duração: 00:10:02	CBM -Corpo de Bombeiros	Coronel Augusto	Coronel do setor de projeto
07.01.2019 Duração: 00:21:33	CEA	Edinaldo dos Santos	Auxiliar de operações de Engenharia
12.02.2019 Duração: 00:11:42	UNIFAP	Prof. Dr. Jadson Porto	Professor do colegiado de geografia na Unifap
25.04.2019 Duração: 00:57:37	Residência do entrevistado	João Henrique P Pimentel	Ex Prefeito da cidade de Macapá-AP

Fonte: Elaboração da pesquisadora (2019).

2.2 ANÁLISE DOS DADOS

Para o tratamento dos dados (recorte das entrevistas) foi considerado a proposta teórico-metodológica com enfoque empírico-analítico, conforme descrito na metodologia. É notório que, o método empírico analítico aborda a realidade dos fatos que são observados estabelecendo deduções a partir da observação que se torna uma soma das contribuições feitas por diferentes participantes, na tentativa de explicar o contexto de um determinado fenômeno. E consiste em uma análise qualitativa que,

Delimitam o objeto de estudo constituindo-o como um todo e caminhando em direção das partes que o integram (método analítico); os contextos são isolados ou controlados (variáveis intervenientes ou contexto). O conhecimento produz-se identificando as partes (variáveis) e relacionando-as entre si, segundo os princípios da causalidade que permitem explicar o objeto (SANTOS FILHO; GAMBOA, 2002, p. 94/95).

Para a análise os dados foram divididos em três partes: na primeira, analisa-se e discute-se a aplicabilidade da verticalização. Na segunda parte, analisa-se o planejamento urbano na cidade de Macapá-AP correlacionando a terceira parte que envolve o desenvolvimento regional da cidade de Macapá-AP. O quadro 3 de categorias apresenta uma proposta para análise dos dados.

Quadro 3- Categoria analítica propostas no modelo tridimensional

CATEGORIA	DEFINIÇÃO	REFERENCIAL TEÓRICO
1) Verticalização	1) “A verticalização foi definida como a multiplicação efetiva do solo urbano” (SOMEKH, 1997).	Será discutido a partir das ideias dos autores Amado (2004), Becker (2013), Ferrari Junior (2004), Lefebvre (2006), Monte-Mór (2006), Ramires (1998), Ronilk (2006), Sposito (1988), Tostes (2016), entre outros.
2) Planejamento urbano	2) “Planejamento urbano deve ser ação política e instrumento dos interesses dissimulados de uma estratégia” (LEFEVRE, 1999).	
3) Desenvolvimento regional	3) “O desenvolvimento regional, deve-se ter em mente a “[...] participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço do processo de crescimento” (OLIVEIRA; LIMA, 2003 p. 31).	

Fonte: Elaboração da pesquisadora (2019).

Para a categorização, agrupou-se todas as entrevistas de acordo com o viés parecido, em seguida fez-se a transformação de seus conteúdos em unidades que convergem no mesmo pensamento, ou seja, de acordo com sua similaridade.

3 CARACTERIZAÇÃO DA VERTICALIZAÇÃO NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE MACAPÁ

Nesta seção serão apresentadas as características da área de estudo. No entanto, tendo em vista que Macapá é a capital do estado do Amapá, em alguns pontos serão apresentados também aspectos do estado, uma vez que a história de ambos está interligada. Nesse sentido, os antecedentes históricos são considerados como fator propulsor para o princípio da verticalização a partir da criação do Território Federal do Amapá.

Além disso, faz-se necessário um breve percurso pelos planos diretores idealizados ao longo da história da cidade, com o objetivo de compreender como se deu a urbanização de Macapá. Sendo também abordado o planejamento urbano, objetivando o processo de verticalização, a fim de se compreender em uma escala local as implicações ocorridas no desenvolvimento da cidade de Macapá.

1.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

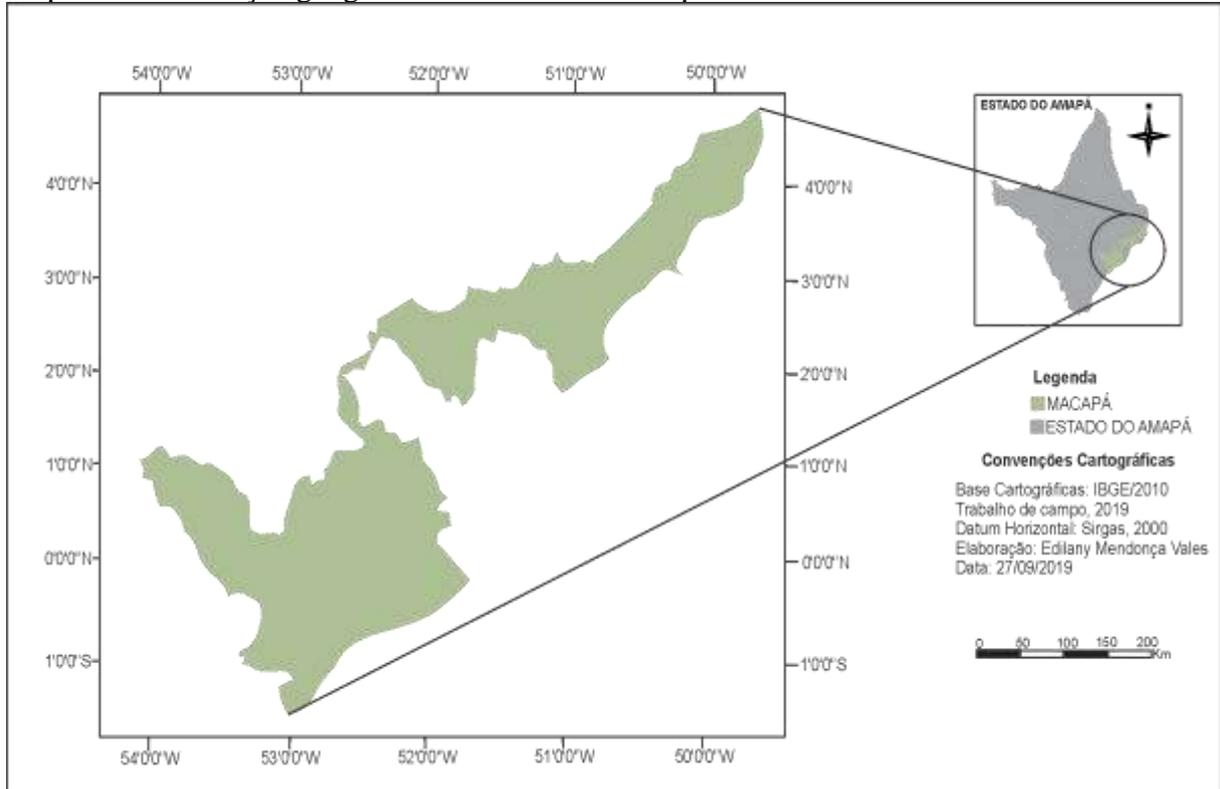
O estado do Amapá é composto por 16 municípios e está localizado na área setentrional da Amazônia Brasileira, tendo como fronteira ao sul o estado do Pará; ao Norte, o Suriname e a Guiana Francesa – Território Ultramarino do Governo Francês; e, a leste, o Oceano Atlântico. Possui mais de 70% de seu território protegido por Unidades de Conservação (UC) e Terras Indígenas (TI). Além disso, possui mais de 30 bacias hidrográficas, com destaque para seus diversos ambientes aquáticos, tais como: rios, igarapés, ressacas e lagos (TOSTES; SOUZA; FERREIRA, 2015).

A cidade de Macapá capital do estado do Amapá foi o primeiro município a ser criado no estado, sendo a única capital brasileira cortada pela linha do equador. Localiza-se na foz do rio Amazonas (entre os rios Pedreira, Matapi e litoral atlântico), na região sudeste do estado. Macapá faz limite com os municípios de Santana, Itaubal, Porto Grande, Ferreira Gomes, Cutias e Amapá. Possui uma área territorial de 6.502,105 km² e uma população estimada, em 2016, de 465.495 habitantes. A densidade demográfica é de 71,6 hab/km². Em 2010, este índice era de 62,14 hab/km² de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado no ano de 2010.

Neste sentido, definiu-se como área de estudo a cidade de Macapá (mapa 1), com destaque para suas características histórico-geográficas peculiar no que tange o planejamento e

o desenvolvimento da verticalização, evidenciando os aspectos históricos da urbanização com o objetivo de compreender as transformações ocorridas no conjunto da cidade.

Mapa 1 – Localização geográfica da cidade de Macapá



A história da cidade de Macapá revela fortes relações com os processos políticos, institucionais e econômicos, o que promoveu diversas mudanças no cenário da construção do Amapá, revelando a maior concentração demográfica que aconteceu com a expansão da cidade que deu-se a partir do adensamento da área urbana, para melhor compreensão a da trajetória da área de estudo, foi estabelecido a análise da produção do espaço urbano de Macapá com a criação do Território Federal do Amapá e a Estadualização do Amapá e os planos como documentos que interpretam o uso do solo.

3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ

A cidade de Macapá adveio das diversas transformações sofridas em cada período histórico transcorrido. Sua configuração espacial sofreu várias modificações para atender às demandas sociais e de infraestrutura (AMORIM; PORTO, 2017). Dessa maneira, cabe ressaltar que no âmbito espacial “as cidades são o resultado das transformações sociais ocorridas no decorrer do tempo, elas evoluem e configuram suas próprias dinâmicas no espaço. A origem da

cidade remete ao ambiente pré-histórico” (TOSTES; WEISER, 2017, p.2). Desse modo, compreende-se que para analisar o cenário de uma cidade, deve-se conhecer seus fatores de origem.

A partir desse contexto, a autora Sposito (1988) afirma que a cidade é resultado das transformações urbanísticas, como resultado do crescimento populacional, uma vez que a população e a cidade são indissociáveis e conforme o passar dos anos novas configurações surgem, agregando, assim, o conjunto da cidade.

Nesse sentido, será analisado os fatores que desencadearam a expansão urbana e consequentemente a verticalização na cidade de Macapá, sendo abordado o seu contexto histórico após a criação do Território Federal do Amapá como fator de origem das questões de urbanização.

3.2.1 Criação do Território Federal do Amapá

A criação do Território Federal do Amapá ocorreu por meio do Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, o qual criou ainda os Territórios Federais Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu, de partes desmembradas dos estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, respectivamente (AMAPÁ, 1943).

Os Territórios Federais foram criados tendo como embasamento a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937, por meio do que foi estabelecido em seu artigo 6º que: "a União poderá criar, no interesse da defesa nacional com partes desmembradas dos Estados, Territórios Federais, cuja administração será regulada em lei especial" (BRASIL, 1937 *apud* SILVA, 2007, p.65-66). Conforme,

A Constituição Federal de 10 de novembro de 1937, já de certo modo repetindo a Constituição de 1934, proclamara a existência do campo territorial diretamente dirigido pelo Poder Federal. Esse campo territorial seria composto das áreas incorporadas ao Estado brasileiro conforme as regras de direito internacional, das áreas provenientes da perda de autonomia dos Estados que revelassem ausência de capacidade financeira para administrar-se, e finalmente das áreas que o Poder Federal, no interesse da defesa nacional, retirasse da direção dos Estados, de que vinham sendo partes integrantes (REIS, 1949, p.113).

A partir desse contexto, os Territórios Federais foram projetados para oferecer subsídios capazes de fomentar o desenvolvimento econômico e combater focos de desnacionalização em regiões consideradas críticas para o país, tendo como etapa final suas transformações em estados-membros. O debate em torno da construção de uma nacionalidade que atingisse todos os cantos do país, por meio de um Estado centralizador responsável pela modernização e

desenvolvimento do Brasil, era o tema entre alguns dos principais pensadores da nação do início do século XX. Assim,

O isolamento dos espaços fronteiriços, ressaltado pelo estado varguista, não era somente de ordem geográfica, mas, sobretudo, econômica e cultural, precisando ser superado para a efetivação da integração nacional, o que exigiu ações pontuais, destacando-se o conhecimento estatístico do espaço brasileiro (SILVA, 2007, p.57).

No Amapá, existiam objetivos ainda mais específicos, tais como: garantir a proteção da fronteira norte do país; atender, por meio da conciliação, aos interesses de uma elite regional e local que reivindicavam uma atuação política mais efetiva para essas regiões, com a manutenção e a aquisição de novos privilégios, buscando ao mesmo tempo garantir as pretensões intervencionistas do governo federal sobre essas áreas. Nesse sentido,

A defesa nacional como justificativa para criação dos Territórios, tinha no Amapá o seu mais forte fundamento. A questão da fronteira na região sempre se mostrou como um sério problema para o Estado brasileiro. Como sua área fronteira faz limites com a Guiana Francesa, desde seu descobrimento pelos portugueses a região do Amapá foi alvo permanente da cobiça de estrangeiros (SILVA, 2007, p.71).

Com a criação do Território Federal do Amapá, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, necessitou nomear um governador para o novo território, encontrando na figura de Janary Nunes a melhor opção. Segundo Lobato (2013), o governador Janary Nunes chegou ao Amapá em 25 de janeiro de 1944 e apresentou-se como a solução das dificuldades que assolavam esse núcleo urbano, difundindo a ideia de esperança no âmbito de desenvolvimento, levando-se em conta o cenário de necessidades dessa pequena população, referente a estruturas básicas de saúde e saneamento.

As primeiras iniciativas de Janary como governador constituíram-se em organizar o território político e administrativamente, sendo que o ano de 1944 foi utilizado para o planejamento de serviços, exames de particularidades regionais, assentamento e experimentação das providências de caráter fundamental imediato.

De acordo com Silva (2007) Janary Nunes defendia o povoamento e o combate às doenças, por meio de políticas públicas e medidas de solução para transformar a realidade local. Na sua percepção, as terras amapaenses eram somente regiões despovoadas e abandonadas, onde a pequena população sofria com múltiplos tipos de endemias. Acerca do empenho do governador do Território para detectar os problemas e encontrar soluções necessárias, logo de início “visitou todos os núcleos urbanos. Impressionou-se com o estado de decadência, de abandono, que encontrou por toda parte” (REIS, 1949, p.125-126). Consoante a isto,

A capital, Macapá, obteve um amplo desenvolvimento entre os anos, de 1943 a 1955, período denominado de Janarista, é uma referência ao mandato exercido pelo primeiro governador do Território Federal do Amapá. Durante a sua vigência de sua administração, foi responsável direto pela ordenação e estrutura urbana da cidade, além de edificar inúmeras obras institucionais como parte da implantação da nova capital do Território Federal do Amapá (TOSTES; WEISER, 2018, p.37).

Em 31 de março de 1944, por meio do Decreto Federal nº 6.550, Macapá foi proposta à categoria de capital do Território Federal do Amapá, anteriormente representada pelo atual município Amapá, haja vista a sua localização privilegiada às margens do rio Amazonas. Dessa maneira, houve “a transferência da capital para Macapá, a decretação do aparelhamento administrativo, judiciário, fiscal, legislação de terras, divisão territorial, melhor fixação de limites e tombamento pormenorizado do que o Território possibilitava” (REIS, 1949, p.126). Assim,

A capital, pelo decreto lei 5.812, de 13 de setembro de 1943, devia ser a vila de Amapá, famosa dos dias de “Cabralzinho”. Suas condições, principalmente sua situação geográfica, eram forças negativas mostrando a impossibilidade da capital do Território sediar ali. Em exposições documentadas ao Ministro da Justiça, o governador Janary Nunes traçou o retrato do Território, assinalando, a cores fortes, impressionantes, as condições existenciais que experimentava. E em memoriais documentados, sugeriu a adoção das medidas de necessidade imediata que autorizassem os fundamentos de uma obra de verdadeira vitalização daquele pedaço da pátria. A capital devia ser sediada em Macapá. Os limites do Território precisavam retificação. A organização administrativa devia atender aos imperativos locais, para permitir o rendimento que se almejava (REIS, 1949, p.125-126).

Os autores Tostes e Weiser (2017) evidenciam que entre o período de 1943 a 1955, várias obras públicas foram construídas, obras essas de grande importância para a cidade. Além disso, a implantação de um novo traçado urbano para a cidade, com princípios modernos, constituídos de ruas e avenidas largas, com espaços públicos expandidos, assim dinamizando atividades públicas e de lazer, onde os diferentes estilos arquitetônicos, combinado com o traçado moderno da cidade, tornaram-se um marco da era Janarista.

A Figura 1 ilustra a composição do núcleo urbano de Macapá na década de 50, onde observa-se várias edificações e vias compondo a paisagem urbana.

Figura 1- Vista aérea de Macapá na década de 50



Fonte: IBGE (2019)¹.

Este registro revela o bairro Central, o primeiro bairro de Macapá, onde se localizava boa parte do núcleo populacional que atualmente é a área mais enobrecida da cidade e, portanto, a mais desejada quando se fala em mercado imobiliário. Nota-se que já haviam algumas edificações com dois andares, acompanhadas de outras edificações horizontais.

3.2.2 Amapá: de território a estado

De acordo com Porto (1999) a transformação dos territórios federais em estado é o ápice, em termo jurídico, em virtude da separação direta do poder central sobre as decisões destes que passam a não depender mais diretamente do Governo Central. Esta modificação fez com que ocorresse o desmembramento de Santana, que anteriormente era o distrito de Macapá, que se tornou um município por meio do Decreto-lei nº 7.639 de 17 de dezembro de 1987 (BRASIL, 1987). De acordo,

O Amapá, do tempo do Território, parecia deixar para trás o atraso, o abandono, o marasmo, o analfabetismo, as epidemias tropicais e a invisibilidade. Os anos passaram e o tempo de ruptura deu lugar a outro: o da permanência. Os Territórios Federais, criados como justificativa de oferecer condições necessárias para que regiões antes despovoadas e fragilizadas pela precariedade do poder público, pudessem fazer a transição tranquila para Estado, são exemplos dentro da República brasileira de experiências malsucedidas nesse sentido (SILVA, 2017, p.16).

¹ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440467> Acesso em: 25 de abril de 2019.

Vale destacar que os fatores que influenciaram para um novo dinamismo na urbanização da cidade de Macapá, levando em consideração sua formação socioespacial, incidiram dessa fragmentação do estado do Amapá quando ocorreu a estadualização, momento em que ocorreu um novo olhar do espaço urbano se fez necessário, levando em consideração uma série de mudanças no planejamento urbano.

Vinculado a este contexto histórico estão as grandes modificações urbanísticas, ocorridas conforme o desenvolvimento da cidade de Macapá, onde essas transformações do espaço implicaram em uma grande demanda de mão de obra para operar na construção civil, portanto, houve uma intensa migração para a capital, perdurando-se até o início de 1960 (TOSTES, 2006).

O grande crescimento demográfico de Macapá teve um aumento ainda mais significativo na década de 1950, dessa vez o motivo era a exploração das grandes jazidas de manganês, que conforme Lobato (2013, p.54) elucida que “o manganês é utilizado principalmente na fabricação de diversos tipos de aço, funcionando como desoxidante e removedor de impurezas”, sendo estes explorados pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI).

A descoberta das grandes jazidas de manganês que resultou nas instalações da ICOMI fora determinante em arquitetar diversas infraestruturas em todo o estado do Amapá, exercendo essa um papel importante pela exploração do manganês, devido à absorção de migrantes para trabalhar neste setor e em outros circuitos econômicos que se instalaram posteriormente.

As company town² foram às infraestruturas que mais se destacaram, pois, além de ser um projeto grandioso, com desenhos dinâmicos quanto à disposição das edificações e com uma ordenação hierarquizada, foi idealizado pelo arquiteto Oswaldo Bratke. Essas edificações tiveram sua importância como marco histórico, além da finalidade a qual se designava, ou seja, atender aos funcionários da ICOMI (TOSTES; TAVARES; WEISER, 2018).

Ainda de acordo com os supracitados autores,

Nas décadas de 1950 e 1960, há um grande marco para o estado do Amapá, que repercuti em âmbito internacional, a construção das Vilas Amazonas e Serra do Navio. Dois projetos de natureza grandiosa que frisaram a história da arquitetura moderna na Amazônia, mostrando a adaptação do movimento para com a região (2018, p.7).

É importante salientar que projetos como a ICOMI, estadualização do Amapá e a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), no ano de 1992, são considerados fatores culminantes no processo de urbanização na cidade Macapá e Santana,

² Cidades operárias planejadas por empresas para abrigar funcionários.

principais cidades e mais populosas do estado, pois foram fatores importantes que contribuíram para um alto fluxo migratório de pessoas que buscavam novas perspectivas de renda e estabilidade. Sendo estas as causas da expansão urbana considerada com reflexo no aparecimento de vários bairros, principalmente com um grande crescimento no eixo norte e sul da cidade de Macapá.

Segundo Tostes (2006), desde a época em que o Amapá era Território Federal o seu desenvolvimento urbano apresenta graves deficiências e, durante muitas décadas, não foi dotado de uma organização básica em termos de infraestrutura. Uma considerável parcela dos problemas apresentados no espaço urbano amapaense até os dias de hoje, tem como origem o deficitário planejamento empreendido por gestores públicos, somado à falta de integração de políticas públicas regionais propostas aos municípios que estejam alinhadas às propostas nacionais pré-existentes.

3.2.3 Os planos como documentos que interpretam e configuram o uso do solo

Antes de discorrer sobre os planos diretores que fazem parte do contexto histórico da cidade de Macapá, cabe trazer um conceito. De acordo com o Estatuto das Cidades (2008), o Plano Diretor trata-se de um instrumento de planejamento criado para orientar a ocupação do espaço urbano, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes. Em suas diretrizes gerais ele versa, entre outros aspectos, sobre: a garantia do direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos.

Além disso, também preconiza sobre o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência. Vale ressaltar que o Plano Diretor defende que em seu planejamento deve haver uma gestão democrática por meio da população e de associações representativas dos diversos segmentos da sociedade (BRASIL, 2008).

Ademais, é o Plano Diretor que define quais áreas podem ser adensadas com edifícios de maior altura, definida como verticalização alta, e as áreas que devem permanecer com verticalização média ou baixa e aquelas áreas que não devem ser urbanizadas, como as Áreas de Preservação Permanente (APP). Dessa forma, o Plano Diretor tem como objetivo principal fazer com que a propriedade urbana cumpra sua função social, ou seja, o interesse coletivo deve vir em primeiro lugar, em detrimento do interesse individual (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016). Portanto, tem o objetivo de promover uma melhor qualidade de vida para a população

por meio de políticas públicas de urbanização que englobem as reais necessidades de toda a população.

Nesse sentido, o Amapá durante o período de 1959 a 2004 contou com quatro planos diretores que normatizaram seu planejamento urbano e nesse sentido “O planejamento concebido nos planos propostos para o Amapá teve no eixo Macapá-Santana seu maior vetor e considerava a integração entre os dois espaços reflexos de uma perspectiva econômica” (TOSTES; SOUZA; FERREIRA, 2015, p.156). Entretanto, cabe enfatizar que destes planos somente alguns foram parcialmente executados, bem como não houve a participação popular e por consequência os anseios da população não foram atendidos.

Cabe destacar que os planos o GRUMBILF (1959) (mapa 2), o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) da Fundação João Pinheiro (1973) e o PDU da empresa HJ COLE & Associados (1979) abrangiam os municípios de Macapá e Santana, haja vista que até meados de 1980, Santana era distrito de Macapá. E por último, o Plano Diretor Participativo de Macapá (2004), o qual passou por algumas alterações em 2015 e permanece vigente. A seguir, será discorrido, em linhas gerais, sobre cada um desses planos.

Mapa 2 - Plano GRUMBILF



Fonte: Tostes; Feijão (2018).

A construção da hidroelétrica exigiu um planejamento de distribuição elétrica no território, além das necessidades dos serviços de água e esgoto. Nesse sentido, diante dessas

demandas que não seriam atendidas pelo plano GRUMBILF, se fez necessário um novo Plano Diretor para suprir essas necessidades.

Os autores Tostes e Weiser (2018, p.52) destacam que os indicadores propostos por esse plano eram inovadores demais para a época tanto em relação às áreas “úmidas, o traçado delineado e a questão do patrimônio edificado”, servindo de base para outros instrumentos urbanísticos posteriormente. Em 1973, entrou em ação o Plano de Desenvolvimento Urbano- (PDU) realizado pela Fundação João Pinheiro (mapa 3), resultado da ação conjunta entre o governo do Território Federal do Amapá e da secretaria adjunta do Ministério do Interior.

Mapa 3- Plano Fundação João Pinheiro



Fonte: Tostes; Feijão (2018).

Foi um projeto executado pelo governo federal com a finalidade de orientar o desenvolvimento urbano dos territórios federais. É importante destacar que o PDU/João Pinheiro por seu maior êxito de execução dentre os planos elaborados que seguia as tendências básicas do plano GRUMBILF. Entretanto, restringiu-se aos municípios de Macapá e Santana, não havendo resultados significativos nos demais núcleos regionais, conforme era esperado (TOSTES, 2018).

O Plano de Desenvolvimento Urbano da H.J COLE & Associados (1976-1979) teve como base uma proposta ampla a respeito das potencialidades do Território Federal do Amapá. Contudo, tal como os planos anteriores, visou prioritariamente fatores econômicos e políticos.

Para a H.J COLE era extremamente difícil fazer prognósticos e analisar as tendências do desenvolvimento econômico, tendo em vista que as indústrias localizadas no Amapá, naquela época, estavam voltadas para o mercado externo (TOSTES, 2018).

Ainda assim o PDU/H. J COLE (mapa 4) fez prognósticos para o potencial turístico do espaço amapaense, mas pouco foi feito nesse setor ao longo desses anos. Outro aspecto era a conclusão da BR 156, que teve seus avanços, mas de forma lenta (TOSTES, 2006).

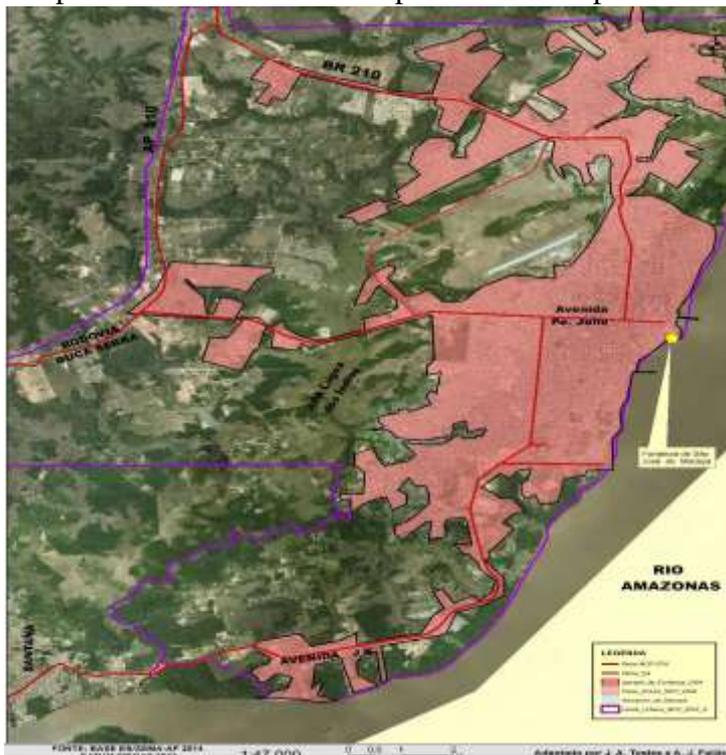
Mapa 4- Plano H.J COLE & Associados



Fonte: Tostes; Feijão (2018).

O Plano Diretor Participativo de Macapá entrou em vigor em 2004 (mapa 5). Esse plano é exclusivo do município de Macapá e tem como diferencial a participação da sociedade civil organizada. Contudo, há muitos pontos detectados nesse plano após a sua aprovação que não foram executados. Nesse sentido, Batista, Brito e Pantoja (2016, p.51) argumentam que “tal plano foi construído apenas para cumprir com as exigências imposta pelo Governo Federal, do que pela necessidade da sociedade macapaense, pois possui diretrizes interessantes, mas não são executadas pelo poder público municipal”.

Mapa 5- Plano Diretor Participativo de Macapá 2004



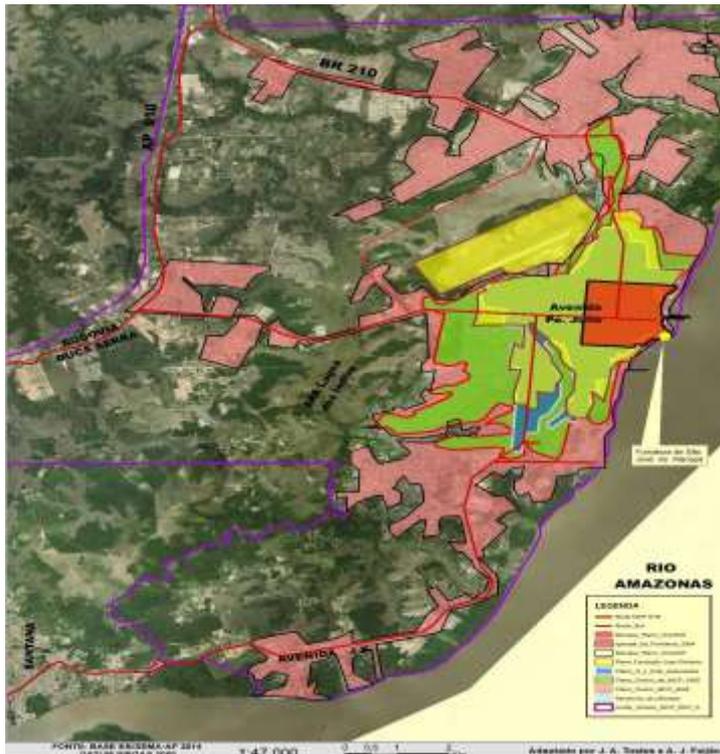
Fonte: Tostes; Feijão (2018).

Apesar do baixo nível de execução desses três primeiros planos, o avanço do contingente do uso do solo urbano acentua-se conforme o avanço dos anos. Os autores Tostes, Souza e Ferreira (2015, p.150) afirmam que, embora “o exercício do planejamento tenha ocorrido no território amapaense, à baixa capacidade técnica presente nos municípios, aliada a um baixo grau de participação da população na sua concepção, é refletida nas propostas idealizadas”. Nesse contexto, observa-se que os Planos Diretores, idealizados para o espaço amapaense, longe de atenderem às necessidades da população local, foram pensados para atender às acomodações do capital privado.

A esses fatores soma-se, ainda, a alta taxa de urbanização concentrada na cidade de Macapá. Dos 669.526 habitantes do Amapá 381.214 residem na área urbana de Macapá, correspondendo a 95,73% da população de todo o município (IBGE, 2010). Os fatores anteriormente mencionados corroboram para os problemas urbanos existentes no espaço amapaense.

O mapa 6 demonstra de forma ilustrativa o avanço da urbanização conforme os planos GRUMBILF (1959), o Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) da Fundação João Pinheiro (1973) e o PDU da empresa HJ COLE & Associados (1979) e o Plano Diretor Participativo de Macapá (2004).

Mapa 6- Evolução urbanística de Macapá de 1959 a 2004



Fonte: Tostes; Feijão (2018).

Embora o Amapá possua uma das mais baixas densidades demográficas do país, 4,69%, o estado concentra uma das mais elevadas taxas de urbanização, ocupando o 5º lugar. Contudo, o fenômeno de urbanização no estado é recente e se intensificou a partir da década de 1980. Segundo o censo de 2010, aproximadamente 90% da população residente no estado está concentrada em áreas urbanas. Longe de ser um fator positivo, a alta taxa de urbanização do Amapá é um demonstrativo da desigualdade territorial e social (TOSTES; SOUZA; FERREIRA, 2015).

Ademais, Tostes (2006, p.112) afirma que não tem sido prática do poder público municipal conduzir ações de planejamento, principalmente no que tange o desenvolvimento urbano. Nesse sentido, o autor argumenta que "há um descontrole sobre a questão urbana o que se constata no elevado número de loteamentos abertos nos últimos anos como fruto do processo de 'invasão". No entanto, conforme Barcellos e Barcellos (2004) no ambiente urbano surgem barreiras a sua implementação, como a falta de instrumentos legais para a regulamentação das ações e o consenso entre o interesse da iniciativa privada, o poder público e as necessidades dos habitantes.

Dessa forma, é necessário pensar o desenvolvimento urbano vinculado a um planejamento que considere a ordenação do espaço como um fator que envolve questões territoriais, culturais, socioculturais, administrativas e ambientais (BATISTA; BRITO;

PANTOJA, 2016). Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 garantiu aos municípios tratar do ordenamento territorial mediante planejamento e controle do solo urbano para assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, vale destacar que antes desse período, as ações eram definidas pelo Governo Federal.

3.3 A DISCUSSÃO DO DESENVOLVIMENTO DA VERTICALIZAÇÃO

A discussão sobre o espaço urbano e o processo de verticalização possuem diversas variáveis. Na discussão desse item optou-se pelas ideias de Tostes (2006); Porto (1998) Arroyo (2006); Corrêa (2004); Macêdo e Silva (2009); Ramires (1998), Cunha (2008), dentre outros.

O espaço urbano de acordo com Freitas e Ferreira (2011) é o lugar onde se realizam investimentos voltados para: produção, comercialização e transações de modo geral, que dinamizam o fluxo do capital sobre o território. Por outra perspectiva, é o lugar também onde as divergências sociais se sobressaem, subdividindo as categorias por grupos economicamente diversificados, a partir de modificações do espaço ocasionadas por investimentos tanto da iniciativa privada, quanto por parte do próprio estado, tornando o espaço urbano e rural e/ou regiões periférico das cidades economicamente diferentes, tanto em oferta de serviços e produtos, como no valor da própria terra. Consoante a isso,

O espaço é assim, desde logo, um valor de uso e a relação sociedade espaço uma relação valor-espaço, pois substantivada pelo trabalho humano observam os autores. Compreender os processos de formação e transformação dos territórios implica, portanto, no conhecimento das sucessivas etapas de desenvolvimento urbano em que as atividades humanas modificam-se implicando em reverberações materiais ao alterar a relação homem-espaço (CUNHA, 2008, p.14).

O espaço urbano geralmente é gerenciado por agentes sociais voltados para o interesse privado em detrimento do coletivo, o que faz com que, inevitavelmente, pense na ideia de que verticalização nas cidades grandes e médias como um processo que não é isento de tais investidas. Desta forma compreende-se que “o espaço urbano revela-se como o lócus da diversidade de relações sociais e econômicas e é a expressão da principal base territorial para o desenvolvimento do capitalismo, a cidade” (FREITAS; FERREIRA, 2011, p.2).

Para Lefebvre (2006) o conceito de produção do espaço é de que o espaço não existe “em si mesmo”, ele é produzido perpassando a realidade social. Pois bem, o espaço não é somente a produção social, mas os meios e a condição que devem ser levadas em contas para que ocorram as relações sociais.

A afirmação do autor permite retomarmos as ideias de Arroyo (2006) e Corrêa (2012), pois para ambos os autores o espaço é precedido primeiramente de regras, sejam elas determinadas pelo estado ou pela iniciativa privada, pois a hierarquia não é somente uma barreira para impedir o processo de relações sociais, mas também de impor padrões. O espaço fragmentado como afirma Corrêa (2012) é um elo impulsionado principalmente pelas demandas sociais reprimidas.

O conceito de espaço é considerado por Arroyo (2006) e Corrêa (2012) como resultado de relações espaciais entre as áreas da cidade que configuram com usos diferenciados da terra. Tal conceituação como a que se aplica ao modelo de cidade capitalista, na qual esses usos são evidenciados pela desigualdade entre os espaços, nas diferentes finalidades para qual são construídos e na questão social que envolvem os grupos ocupantes dos diferentes espaços urbanos.

Desse modo, tem-se o que Corrêa (2012) denomina ser um “espaço articulado e fragmentado”, pois esses diferentes usos da terra urbana se constituem em uma rede complexa de ações que, nesse sentido produz o espaço urbano. Assim,

Neste processo de ocupação do mundo, formamos e transformamos os territórios que habitamos até torná-los os reflexos de nós mesmos, ou seja, territorialidades que expressam a ligação entre o substrato material da vida e a atividade humana de produção dos meios de existência que, juntas, constituem a forma-conteúdo reveladora de modos de vida que é a cidade (CUNHA, 2008, p. 13).

O autor Arroyo (2006) destaca que apesar da produção espacial ser agenciada pelo Estado junto às instituições privadas, o primeiro se exime de representar a sociedade como um todo para representar os interesses privados, muitas vezes, gerando o que se denomina de hierarquização da terra urbana, já que existem locais mais rentáveis que outros.

Complementando as ideias de Arroyo (2006) e de Corrêa (2012) verifica-se que, tanto a iniciativa privada quanto o poder público influenciam na hierarquização dos lugares, bem como naqueles espaços articulados e fragmentados, à medida que os investimentos vão se consolidando em áreas consideradas mais centralizadas e com maiores índices de bens e serviços.

A hierarquia a que se refere Arroyo (2006) ocorre, em tese, por dois fatores, o primeiro pela definição dos instrumentos institucionais e o segundo pelo maior benefício de serviços e infraestrutura. Por outro lado, a maior parte da relação entre os espaços internos da cidade se dá de forma não pensada pelos habitantes.

O autor Corrêa (2012) salienta ainda que as diferentes áreas da cidade, geralmente divididas entre área comercial, área de lazer, bairros ocupados pela classe média e alta, bairros

periféricos e bairros populares são transitados pelos moradores por diferentes motivos – trabalho, estudos, lazer, compras. Desse modo, a relação entre os diferentes espaços urbanos é operada pelo deslocamento diário dos que ocupam esses lugares.

Há de se considerar nas ideias de Corrêa (2012) que novas dinâmicas vão se instalando a partir de ocupações que não estavam previstas previamente, mas que vão se valorizando naturalmente a partir da oferta de novos serviços e do posterior benefício por parte do poder público. Portanto, a escolha por um lugar para se morar, vai depender de diversos fatores, todavia, a questão econômica é determinante para essa escolha, quanto maior o capital de alguém, maior é a possibilidade de que o mesmo se localize em áreas com benefícios melhores de infraestrutura.

Os autores Macêdo e Silva (2009) esclarecem que os habitantes de uma cidade não usufruem dos mesmos privilégios nessa relação espacial, pois esses não possuem acesso completo aos diferentes lugares. Afinal, a fragmentação do espaço urbano apontada por Corrêa (2004), se manifesta, justamente, nessa desigualdade entre os usos da terra, de modo que a cidade não é conceituada como uma unidade de lugar, mas como o conjunto de lugares, diferentes entre si na sua forma espacial e no aspecto social, ideia que é corroborada por Macêdo e Silva (2009) que avalia que as condições sociais e econômicas, de alguma forma, irão sobrepor outros critérios técnicos na escolha por um lugar para morar.

A terra urbana e a habitação são necessidades de todos, o que faz com que o interesse por essas seja generalizado, tanto por aqueles que não possuem o capital quanto dos que o possuem, tornando-as uma mercadoria valiosa. Deste modo, cabe ressaltar que “a terra é um dos elementos que compõem o espaço urbano e uma condição indispensável para a realização de qualquer atividade. Na cidade, a terra, associada à infraestrutura produzida, torna-se uma mercadoria, o solo urbano” (TOSTES, SOUZA, FERREIRA, 2015, p 3).

Sendo assim, Corrêa (2012) afirma que a produção do espaço urbano não é operada por uma única entidade que reúna todos os interesses, mas por diferentes agentes sociais, com os mais diversos interesses envolvidos. Segundo o supracitado autor, tais agentes são os que “materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído” (CORRÊA, 2012, p. 44) e, portanto, são os que produzem o espaço social com a sua rede de ações, sendo eles, de maneira geral,

[...] os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação, o espaço é produzido, impregnado de materialidades, como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos com ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, mas também pleno de

significados diversos, como aqueles associados a estética, *status*, etnicidade e sacralidade (CORRÊA, 2012, p. 44).

A partir disto, percebe-se que o estado assume papel fundamental na produção do espaço urbano. Desta forma (SAMSON, 1980 *apud* CORRÊA, 2012, p.45) pontua alguns dos múltiplos papéis do estado capitalista nessa produção, e um desses trata-se de estabelecer “o marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço”, e outro, de “taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas” (p. 46). Ainda acrescenta que as diferenças de taxas, estabelecidas pelo Estado, de acordo com os diferentes espaços são o reflexo e condição para a diferenciação socioespacial no espaço interno da cidade.

Retomando as ideias de Arroyo (2006) sobre as questões da hierarquia, deve-se levar em conta que, nas últimas décadas, tentou-se colocar, em prática, instrumentos mais participativos e com apelo social, todavia, quando o próprio poder público é o primeiro a modificar a legislação vigente para atender aos interesses do capital, acaba-se por anular os resultados obtidos, a partir da construção social e coletiva.

Sendo assim, a heterogeneidade evidenciada no espaço urbano capitalista reflete a desigualdade social entre as classes (MACÊDO; SILVA, 2009), uma vez que a produção do espaço urbano é resultante da ação exercida por agentes sociais com vista a interesses que não compreendem o coletivo. Sobre a ideia de Macêdo e Silva (2009) que supostamente exista uma incompreensão sobre a natureza do coletivo, acredita-se que seja simplista pensar que tais agentes são alheios a essa realidade, o que de fato é determinante é quem pode ou não pagar pelos investimentos realizados.

Inserida no contexto da produção do espaço urbano, tem-se, então, a verticalização como um processo que ganha espaço nas cidades grandes e médias como uma das formas de ocupação da terra urbana. Nesse debate que envolve a maior valorização do solo, está a verticalização, pois consiste na criação de novos solos sobrepostos, organizados em vários andares, que possibilitam abrigar um contingente populacional mais numeroso do que habitações horizontais, dentro dessa perspectiva, o solo com potencial para verticalização se apresenta como uma mercadoria valorizada (TÖWS, 2011 *apud* BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016).

O processo de verticalização é indicado por diretrizes de planejamento urbano como uma forma de ordenação do espaço urbano, visando o suprimento da necessidade de habitação e de terra. De fato, o adensamento vertical se mostra como uma alternativa eficaz para a organização espacial interna da cidade, pois abriga um maior contingente de pessoas em uma

parcela da terra, gerando assim melhor aproveitamento do espaço e economizando custos de infraestrutura para o poder público.

Segundo Ferrari Júnior (2004) o fator discordante no âmbito do planejamento está na forma como as cidades no Brasil se configuram limitando o planejamento urbano a um planejamento do território, analisando fundamentalmente o desenho urbanístico que atende de forma imediata a necessidade da população, porém de forma ineficaz. Nesse sentido, Harvey (2014) enfatiza que a cidade é delineada pelas necessidades particulares da elite, política e econômica, dessa forma surge o processo de urbanização com a concentração do espaço geográfico e social.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade³ por meio da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, o poder Executivo Municipal ganhou a possibilidade de atuar de forma indutora no desenvolvimento urbano das cidades, aplicando para isso novos instrumentos (BRASIL, 2008). Essa lei veio para regulamentar os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, os quais versam sobre Política Urbana. Assim, de acordo com o art. 182 da CF, o Plano Diretor é o instrumento básico da política para promover o desenvolvimento urbano (BRASIL, 1988).

Desse modo, o Plano Diretor trata-se de um instrumento de planejamento criado para orientar a ocupação do espaço urbano. Em suas diretrizes gerais ele versa, entre outros aspectos, sobre: a garantia do direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos. Além disso, também preconiza sobre o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência. Vale ressaltar que o Plano Diretor defende que em seu planejamento deve haver uma gestão democrática por meio da população e de associações representativas dos diversos segmentos da sociedade (BRASIL, 2008).

Ramires (1998) afirma que, apesar de a verticalização se constituir como um aspecto da construção civil que se tornou símbolo da identidade do processo de urbanização no Brasil, aquela não pode ser entendida como resultado natural deste, já que “o processo de verticalização se trata de “uma das possíveis opções traçadas e definidas pelos diferentes atores sociais e interesses econômicos que envolvem a estruturação interna das cidades” (RAMIRES, 1998, p. 98). Sendo assim, a valorização do solo e o ordenamento das cidades, em favor da população, não podem ser vistos como características inerentes ao processo de verticalização.

³ O Estatuto da Cidade é o instrumento maior no que tange ao propósito de cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, pois seu Art 1º (Cap. 1, Parágrafo Único) se estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (TOSTES; FERREIRA, 2016, pg. 8-9).

Destarte, entende-se que os pontos positivos e negativos do processo de verticalização implicam em questões conflituosas, já que há uma complexa relação entre os múltiplos interesses envolvidos nesse processo. Nesse sentido,

As relações estabelecidas entre o público e privado modelam e estruturam o espaço urbano, o Estado como suporte dá as condições necessárias para que a iniciativa privada possa desenvolver as suas atividades, e onde estas atuam não somente no modelo físico e territorial sobre determinada área, mas das relações estabelecidas sobre um determinado grupo (SANTOS, 2008, p. 19).

Assim, compreende-se que o espaço urbano não pode ser reduzido ou definido como pertencente a uma localização ou grupo social, uma vez que este na verdade configura-se como parte da diversidade sociocultural existente. De outro ponto de vista, Silva (2008, p.16) menciona que “a intensificação da verticalização não é decorrente apenas da demanda por habitações, mas de uma rede de relações econômicas, sociais, técnicas que se entrelaçam criando novas paisagens na cidade”. Entretanto, cabe indagar até que ponto a criação dessas “novas paisagens” pode de fato agregar valores benéficos ao espaço urbano.

Entende-se que a produção do espaço urbano ocorre por meio da ação de agentes sociais, especialmente os que detêm o capital, visando mudanças de ordem estrutural e social na ordenação espacial da cidade. Nessa produção, a verticalização abrange diversos aspectos que afetam o ordenamento interno da cidade como um todo, promovendo alterações na estruturação, uma vez que gera impactos, além de ambientais e físicos – que modificam a paisagem urbana –, sociais, econômicos e políticos. Assim, o processo de verticalização assume lugar de destaque dentro da produção do espaço urbano, gerando benefícios para determinados grupos em detrimento de outros.

Adiante, enumera-se os pontos concernentes à verticalização mais significativos para a produção do espaço urbano em geral e os que, nesse processo, mais afetam o ordenamento interno da cidade tanto no aspecto formal quanto social. No que tange aos aspectos formais e ambientais da verticalização no espaço urbano, Monteiro e Oliveira (2013) apontam que os principais são: a sobrecarga da infraestrutura, a formação de ilhas de calor e a impermeabilização do solo, além desses aspectos há de se considerar o maior volume e consumo das infraestruturas já existentes nas áreas mais bem valorizadas.

Os aspectos ambientais são rapidamente evidenciados durante o processo de verticalização, diante de sua influência sobre a propagação natural dos ventos na superfície, causando alterações perceptíveis no clima local. Esse fato se justifica pela redução média da velocidade dos ventos, que são automaticamente projetados para outras direções que seja possível seu percurso natural sem grandes interferências.

Ainda nessa perspectiva, os autores Brito, Pantoja (2016) ressaltam que a verticalização influencia na forma e no uso do solo, pois aumenta a concentração de resíduos, demandando grande esforço para a manutenção como coleta, transporte e descarte final destes resíduos por parte do serviço público. Outro importante serviço fundamental até mesmo para a liberação deste tipo de obra recai sobre a criação e tratamento de esgoto, que precisa estar de acordo com as normas técnicas

Quanto aos aspectos sociais, a verticalização reflete e condiciona a diferenciação dos espaços e a desigualdade social. A partir desse aspecto Ramires (1998) afirma que a propagação do apartamento no Brasil, por exemplo, se deu por conta da aceitação desse tipo de imóvel por parte das classes médias e altas. O apartamento na verticalização passa a ser associado aos grupos de maior renda; ainda que, para estimular o adensamento vertical pela classe baixa, o governo produza as habitações verticalizadas como é o caso dos programas governamentais de habitação popular verticalizada.

Além disso, o processo de verticalização é responsável por profundas mudanças em relação ao valor e uso do solo urbano, o que também afeta a estruturação social (RAMIRES, 1998). Pois, o valor dos espaços é negociado pelo estado junto a empresas de construção civil visando à geração de lucro para o interesse privado, de modo que, ao serem finalizadas, essas edificações serão (ou já foram, até o momento da finalização) vendidas aqueles que possuem o capital, ou seja, as classes média e alta, excluindo assim os indivíduos e os agentes sociais de baixa renda.

O quadro 4 descreve os principais fatos ocorridos no processo de verticalização na Amazônia, onde agregada a cidade de Macapá, um dos fatores de destaque dar-se-á por meio das mudanças ocorridas no Plano Diretor, logo, a dinâmica da verticalização progrediu de forma acelerada.

Quadro 4- Processo de verticalização na Amazônia e no Amapá

1949	Início da verticalização a partir da construção de um edifício em Manaus e Belém
2000	Esse processo se intensifica.
2004	Modificação no Plano Diretor na cidade de Macapá-AP, o processo de verticalização passou a ser acentuar.
2008	Cria-se sete unidades de imóveis com alto adensamento na cidade.
2010	Aumentando para dezesseis unidades, o dobro em dois anos, iniciando um acelerado processo de verticalização na cidade de Macapá-AP.

Fonte: Adaptado de Batista, Brito e Pantoja (2016).

Sobre o processo de verticalização na Amazônia, Batista, Brito e Pantoja (2016) afirmam que o crescimento dos prédios em Macapá não foi acompanhado de um crescimento das infraestruturas, como saneamento básico, asfaltamento, melhorias do atendimento e

equipamentos do Corpo de Bombeiros. Cabe ressaltar ainda, que a construção de edifícios de forma aleatória, onde não haja ponderações dos pontos negativos deste processo, é um retrocesso no que se refere ao desenvolvimento urbano, haja vista que um dos principais critérios do Ministério das Cidades não está sendo respeitada, ou seja, a participação da população.

Esse processo de verticalização só se intensifica a partir de 2000 e no Amapá esse processo se inicia mais tardiamente, pois o primeiro edifício com mais de dez andares só foi construído em 1999. Nesse sentido, a cidade “continua a ter uma gestão urbana tecnicista, como aquelas vistas no passado” outro fator a ser considerado é a infraestrutura urbana e não somente o elevado número dos edifícios (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016, p.59). Nesse sentido,

O processo de Verticalização se inicia em meados da década de 1949, com a construção na cidade de Manaus do edifício IAPETEC, construído pelo Estado para abrigar um de seus órgãos e apresentava dez andares. Concomitante a este prédio é construído em Belém em 1950 o edifício Manoel Pinto da Silva, com 26 andares, foi o primeiro arranha-céu da Amazônia. Estas foram às construções iniciais na região (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016, p 54).

O processo da verticalização na Amazônia ocorreu tardiamente em relação ao restante do Brasil, assim como o processo de urbanização, e só se inicia em meados de 1949 com a construção de um edifício em Manaus. Nesse mesmo ano que é inaugurado o primeiro bloco do Colégio Amapaense (Figura 2), que foi criado em 1947 e construído em 1948 (TOSTES; TAVARES; WEISER, 2018), edifício símbolo da origem da verticalização na cidade de Macapá, com quatro andares e localizado na Avenida FAB, no bairro Central.

Figura 2- Colégio Amapaense



Fonte: IBGE (2019)⁴.

A partir dessa perspectiva, o início da verticalização alta na cidade de Macapá é revelada por meio da figura 3, a qual ilustra o edifício denominado Turmalina Residence, considerado um marco propulsor no processo da verticalização, “o primeiro acima de 10 andares no Centro

⁴Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/ap40428.jpg>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

Urbano de Macapá” (SANTOS, 2016, p. 86), está localizado na Rua Paraná nº 1295, no bairro Santa Rita.

Figura 3- Edifício Turmalina Residence



Fonte: Vales (2018).

Essa construção chamou a atenção das construtoras, porque até então em Macapá só havia prédios com no máximo quatro andares. Somente com as modificações ocorridas no Plano Diretor de 2004 esse processo de verticalização passou a se acentuar, ocorrendo então, mudanças no padrão de altura dos prédios, onde as implicações das problemáticas não são seguidas de melhorias na infraestrutura urbana.

Na cidade de Macapá, o processo de verticalização obedece a um apelo econômico, onde as mudanças no padrão da altura dos prédios é um fator emblemático que ocorreu de uma gestão municipal para a outra, onde o setor da construção civil, principalmente, se beneficia com esse processo de verticalização, ou seja, visto como um negócio para o estado do Amapá.

A verticalização está aparente na área central da cidade de Macapá. (SANTOS, 2016, p. 87) afirma que:

Por meio do crescimento vertical do centro urbano de Macapá, ocorreu simultaneamente com a conurbação entre Macapá e Santana, viabilizada pelo processo de descentralização a partir de uma produção mais periférica do espaço urbano, gerando o adensamento dos Eixos Norte, Sul e Oeste. Portanto, a

centralização e a descentralização ocorreram de maneira paralela, reforçando o adenso populacional do centro e da periferia das duas cidades.

O Plano Diretor Participativo de Macapá (MACAPÁ, 2004a) instituiu as diretrizes iniciais para a verticalização no município. Na lei de uso e ocupação do solo encontram-se diretrizes mais específicas para a verticalização, como a altura máxima das edificações. O Plano normatiza os limites da verticalização urbana por Zona e suas Subzonas. Para este trabalho focalizou apenas à caracterização da Zona Urbana. Além disso, é oportuno esclarecer que muitas modificações foram feitas, no que diz respeito às diretrizes para a verticalização de Macapá, desde 2004 até os dias atuais.

Sobre esse Plano Diretor de Macapá (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016, p.51) enfatizam o seguinte:

Com o decorrer do tempo, em função da aplicação deste Plano um novo processo urbano tem sido visualizado na capital amapaense, a verticalização, como resultado do desenvolvimento e modernização da cidade. Entretanto, esse processo vem sendo levado adiante sem se considerar à precariedade e mesmo inexistência de infraestrutura de saneamento básico da cidade e alterando os PDU conforme as necessidades do capitalismo, e não da sociedade amapaense.

A expansão urbana torna-se evidente na paisagem urbana, que apesar dos projetos idealizados em épocas anteriores não terem sido colocados em prática, de fato, que a fragmentação desordenada conforme a dinâmica da cidade tornou o planejamento precário diante da paisagem da cidade.

De acordo como art. 77 do Plano Diretor Participativo de Macapá:

Zona Urbana é a área no município de Macapá destinada ao desenvolvimento de usos e atividades urbanas, delimitada de modo a conter a expansão horizontal da cidade voltada a otimizar a utilização da infra-estrutura existente e atender às diretrizes de estruturação do município (MACAPÁ, 2004a, p.39).

O art. 80 esclarece a divisão da zona urbana: I – Subzonas de ocupação prioritária; II – Subzonas prioritárias para implantação de infraestrutura urbana; III – Subzonas de fragilidade ambiental; IV – Subzonas de estruturação urbana; V – Subzonas de proteção especial; VI – Subzonas institucionais; VII – subzonas de restrição à ocupação (MACAPÁ, 2004a).

Nas Subzonas Prioritárias para Implantação de Infraestrutura Urbana (SPIU), a verticalização é baixa e condicionada à capacidade de infraestrutura urbana. Nas Subzonas de Fragilidade Ambiental (SFA), a verticalização é admitida exclusivamente para atividades de turismo com garantia de conforto térmico e ambiental. As Subzonas de Estruturação Urbana (SEU) não se caracterizam por ocupação vertical. As Subzonas de Proteção Especial (SPE) e

As Subzonas Institucionais (SI) não preveem ocupação. As subzonas de restrição à ocupação se caracterizam pelo impedimento ao uso e à ocupação (MACAPÁ, 2004a).

Cada subzona (Mapa 7) tem suas diretrizes específicas quanto aos limites da verticalização. Assim, as Subzonas de Ocupação Prioritária (SOP) caracterizam-se por “verticalização baixa ou média com garantia de conforto térmico e ambiental e condicionada à capacidade de infraestrutura urbana” (MACAPÁ, 2004, p.40).

Mapa 7 – Mapa de zoneamento urbano da cidade de Macapá.



Fonte: Tostes (2019) .

No que concerne aos limites da verticalização conforme o Plano Diretor de Macapá (2004a), o quadro 5 demonstra o tipo de verticalização conforme suas respectivas alturas. Essas diretrizes foram modificadas, e atualmente, esses números estão maiores. Fator este, que contribui para a alteração do espaço urbano da cidade, principalmente na área central, onde a taxa de verticalização predomina, assim como a de serviços. Desse modo, os valores dos solos urbanos e os imóveis construídos são elevados, devido à influência da verticalização.

Quadro 5: Limites de verticalização, segundo a lei nº 029/2004.

Tipo de Verticalização	Altura em metros	Número de pavimentos
Verticalização Baixa	8 a 14 metros	3 a 4 pavimentos
Verticalização Média	14 a 22 metros	5 a 7 pavimentos
Verticalização Alta	22 a 33 metros	8 a 12 pavimentos

Fonte: Elaborado por Vales (2018) a partir da lei nº 029/2004.

No que se refere ao espaço urbano de Macapá, segundo Tostes (2006) o primeiro governo do território federal do Estado do Amapá influenciou fortemente em intensas transformações, que privilegiou na sua implantação um traçado urbano com vias largas, tornando um espaço urbano amplo. Já de acordo com Porto (1998, p.118-119) a cidade de Macapá teve seu impulso maior levando em consideração os processos migratórios motivados pelas questões empreendedoras como a ICOMI a partir de meados da década de 1950, fato que naquela época deu a cidade de Macapá o maior referencial do então Território Federal do Amapá e sendo o causador de aplicações de investimentos e ações no setor público.

Aliado as ideias de Tostes (2006) e Porto (1998), verifica-se que ambos os autores fortalecem a ideia da institucionalidade posta a partir do primeiro governo do Território Federal com implicações para o futuro, todavia salienta-se que as referências de Porto (1998) no primeiro momento são vinculadas ao caráter econômico e as ideias de Tostes (2006) no princípio de desenvolvimento urbano da capital a partir de novos investimentos.

Aliando as ideias de Lobato (2013) e Santos (2010) verifica-se que a concepção idealizada a época para o Território teve em parte semelhanças com o que ocorreu no Brasil onde partes dos operários passaram a trabalhar nas construções em Brasília e com isso gerando as cidades satélites sem que houvesse a preocupação inicial de onde seriam alocados os migrantes, os trabalhadores oficiais e os demais agregados informais. Já para Santos (2010) a dinâmica que envolve a cidade de Macapá nos anos de 1940 e nos anos de 1950 ainda era fortemente marcada pela dinâmica com as chamadas ilhas do Pará, fato que se constata pelos dados existentes do IBGE (2010) em que chega 40% da população é de origem Paraense.

Quando se compara as discussões sobre os efeitos descritos por Lobato (2013) e os princípios delineados por Tostes (2006) verifica-se que os efeitos sociais não foram mitigados totalmente nos primeiros vinte anos do então Território Federal do Amapá. Nesse sentido, o planejamento urbano tem sua importância na produção do espaço urbano, por prever e antecipar ações em prol do desenvolvimento de projetos que visam à qualidade de vida e apresentem objetivos claros e consistentes, políticas públicas eficientes, com uma participação popular ativa e disponibilidade de recursos financeiros. Assim, os planejamentos das cidades partem do pressuposto de promoção da melhoria social, econômica e física, alinhando-se às estratégias globais. Assim,

O planejamento urbano é um processo amplo que não pode ser restringido à simples ordenação do espaço, pois envolve aspectos econômicos, administrativos, socioculturais, territoriais e ambientais. É um processo dinâmico, contínuo, retroalimentável e com base multidisciplinar, que necessita da integração das áreas

envolvidas buscando melhorar a qualidade de vida da população urbana (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016, p. 49).

A partir do que se aborda é possível constatar que os entraves criados pela verticalização sem uma infraestrutura adequada afetam diretamente as populações no entorno dessas construções. As mudanças ocorridas nos Planos Diretores de Macapá, ao longo dos anos, beneficiaram, principalmente, o capital privado. Poucas mudanças foram feitas visando a melhoria da qualidade de vida da população. Esse fato demonstra, em primeiro lugar uma discrepância com o que determina o Plano Diretor (2004) de Macapá; pois, segundo esse plano, o adensamento de edificações deve estar condicionado à implantação da infraestrutura urbana.

Outro aspecto observado é a pouca participação popular, que tem sido cada vez mais alijada do Planejamento Urbano de sua cidade, se o plano se diz participativo, então, deveria haver a participação da população nesse planejamento. Assim, não se pode julgar que o aumento da verticalização significa melhoria na qualidade de vida da população como um todo. Desse modo, Tostes e Ferreira (2016, p. 13) defendem que o direito a cidade “não é nulo, pois o que preconiza a lei não está dissociado das necessidades da população, porém ele deve ser aplicado em condições de igualdade sem caracterização de privilégios, legitimando as instituições públicas e privadas e dando-lhes autonomia para exercê-lo”.

O crescimento demográfico foi consequência de projetos que foram agregados ao estado do Amapá, logo após se tornar Território Federal, em 1943. A partir desse período, vários acontecimentos tornaram o Estado dinâmico nas atividades econômicas e individuais. Destaca-se, nesse sentido, a modificação do território em nível de modernização, onde observa-se o aparecimento de loteamentos, mercados imobiliários e edifícios verticais que representam a expansão do espaço urbano (TOSTES; FERREIRA, 2016).

Nesse contexto, observa-se que a terra se tornou uma mercadoria, predominando o valor do uso do solo com o objetivo de garantir a acumulação de capital. “A configuração espacial descrito processo de expansão não levou em conta a justa distribuição do espaço urbano. Em Macapá muitas famílias residem em aglomerados subnormais” (TOSTES; FERREIRA, 2016, p. 10).

De acordo com Barquero (2001, p. 23) “[...] pode-se dizer que a cidade é mais do que um mero ponto no espaço, já que forma uma organização na qual os atores interagem e trocam bens, serviços e conhecimento, segundo regras específicas”. Todos esses fatores implicam na constante configuração do conjunto da cidade, onde elevam-se os prédios e se menosprezam seu entorno, onde a multiplicação do solo, por meio de sobreposição de pavimentos, é de forma concreta e para uma minoria provida de melhores condições financeiras, onde o rio agrega valor

ao solo, mas sua recompensa é mais impuridades despejadas em sua água. As responsabilidades da cidade não devem ser atribuídas apenas aos agentes privados e públicos, as responsabilidades são de todos. Entende-se que a cidade é indissociável de seus habitantes, então, que todos participem das transformações.

Diante de tais condicionantes, é necessário fazer uma análise sobre o desenvolvimento urbano, a partir do planejamento urbano e o processo de verticalização. Para tanto a análise sobre o processo da verticalização é de suma importância para a política urbana e o ordenamento urbano, enfatizando o cumprimento da função social.

O processo de verticalização tem introduzido tipologias habitacionais novas, novos espaços de expansão urbana que estão sendo incorporados ao tecido urbano. São novos espaços produtivos associados a tecnologias mais elaboradas e a formas de crescimento nas quais diferentes articulações entre Estado e capital imobiliário interagem. (MENDONÇA; COSTA, 2011)

No centro urbano da cidade de Macapá destaca-se a aplicabilidade da verticalização é o que mais tem destacado no sentido da produção do espaço urbano revelando um novo contexto de expansão capitalista na cidade.

4 O PLANEJAMENTO URBANO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Nesta seção pretende-se abordar, em termos teórico-metodológico, o processo do planejamento urbano e da verticalização. A partir dessa perspectiva, compete o estudo sobre a expansão urbana, desenvolvimento urbano e o uso do solo nos espaços verticais, considerando um olhar sob o ponto de vista da cidade. Pois, embora a pesquisa se concentre nos processos evolutivos do planejamento urbano e da verticalização, não se pode discutir esses fatores sem considerar a cidade, seus agentes sociais e as problemáticas envolvidas. Pois a população é indissociável da cidade, sendo planejadas por meio das necessidades e anseios dos agentes locais.

Por meio dessas influências cabe refletir sobre a temática do desenvolvimento urbano nas cidades médias da Amazônia, a partir da cidade de Macapá, observando as implicações da verticalização no âmbito do planejamento urbano. Para isso é relevante considerar aspectos como as transformações do Plano Diretor, a lei de uso e ocupação do solo, e as questões ambientais, a partir da Constituição Federal de 1988.

4.1 PLANEJAMENTO URBANO E O PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO NO BRASIL

O planejamento urbano e o processo de verticalização serão discutidos a partir das ideias dos autores Amado (2004), Becker (2013), Ferrari Junior (2004), Lefebvre (2006), Monte-Mór (2006), Ramires (1998), Ronilk (2006), Sposito (1988), Tostes (2016), entre outros. Sendo esses autores essenciais na discussão das transformações vivenciadas de maneira constante nas cidades, para se compreender como ocorre a evolução do planejamento urbano no Brasil, e o processo de verticalização.

4.1.1 Aspectos evolutivos do planejamento urbano no Brasil

A expressão planejamento urbano surgiu como resposta para os problemas não solucionados pelo urbanismo, ou até mesmo causados por ele, ocasionando características marcantes na perspectiva das problemáticas da cidade. O termo planejamento urbano é oriundo de países desenvolvidos, como Inglaterra e Estados Unidos. Trata-se de uma peça de fundamental importância para a cidade, prevendo desordem e buscando a melhoria da qualidade de vida da população. No entanto, a ausência de participação da sociedade, principalmente no

que diz respeito as discussões que versam sobre a cidade, configuram um espaço urbano com um reflexo do que determina o capital (TOSTES, 2016). Assim,

A paisagem da cidade se faz como uma obra, e não como um produto, por ser o resultado de ações humanas sobre ações humanas, criada por uma história, pelo movimento e relações entre seus habitantes. No entanto, não se despreza, aqui, a ação do poder de mercado sobre a obra da cidade, mas se destaca que as diversas ações que outrora tentaram transformar a cidade numa mercadoria, fizeram-na em uma obra de arte mais atrativa, aumentando ainda mais o sentimento da cidade com valor de uso, não de valor de troca (TOSTES, 2016, p. 5).

A autora Santos (2006) esclarece que o planejamento urbano, apesar de seus variados processos evolutivos no decorrer do tempo e os atores que interferem no ordenamento urbano, ressalta que o poder público é visto como principal ator no princípio, porém, perde condições políticas e financeiras de se manter no comando desse processo de planejamento.

Segundo a supracitada autora, o planejamento urbano desde seus primórdios vem se readaptando, logo no início fora criado para solucionar problemas sanitários, haja vista seu importante papel desempenhado com funções específicas para lidar com a disseminação de doenças infectocontagiosas, por meio de obras públicas; já em outro momento mais tardio difundiu-se o urbanismo tecnocrático-modernista, atribuído diretamente ao avanço tecnológico e de um paradigma replicável em qualquer cidade.

Segundo Amado (2004) o planejamento urbano tem oito fases distintas de evolução, conforme o quadro 6 demonstra, sendo a oitava fase considerada como etapa embrionária das necessidades de controle das atuais áreas urbanas e dos problemas sociais, a exemplo a exclusão e insegurança social, que registram um aumento significativo.

Quadro 6- Evolução do planejamento urbano

Fases	Período	Evolução do planejamento urbano
1	Séc. XIX	Controle do desenho da cidade e dos fatores de salubridade
2	Final do Séc. XIX	Desenho da nova cidade com ligação cidade/campo
3	Início do Séc. XX	Desenho das cidades ideais
4	Anos 70	Contenção da expansão urbana sobre solo agrícola, florestal e paisagens
5	Anos 80	Integração de medidas de política ambiental
6	Anos 90	Recuperação ambiental das zonas degradadas
7	Final dos anos 90	Desenho de planos com inclusão da componente ambiental
8	Início do Séc. XXI	Desenho de planos com inclusão das preocupações ambientais, sociais e econômicas.

Fonte: Amado (2004).

Após a Revolução de 1930, a ampliação no processo de urbanização e de industrialização no Brasil, fez com que o planejamento urbano deixasse de ser apenas um instrumento de solução para enfrentar os problemas com o saneamento e a beleza da cidade, passando a considerar a demanda dos trabalhadores urbanos, onde a moradia tornou-se protagonista antes mesmo de torna-se um direito ao cidadão, e o poder público foi pressionando a tomar atitudes sobre a expansão da cidade, adensamento urbano e ordenamento e suas consequências (SANTOS, 2006). Consoante a isso,

Tanto na arquitetura moderna brasileira, consolidada nos anos trinta com o projeto do Ministério de Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, quanto no urbanismo progressista representado na nova capital federal construída ao final da década de cinquenta, essa corrente consolidou, no bojo de suas várias adaptações e redefinições, o sentido de modernidade que marcou o país no seu processo inicial de urbanização sob a égide da industrialização substitutiva de importações, período que se estendeu, com fases distintas, até o golpe militar de 1964 (MONTE-MÓR, 2006, p. 64).

Conforme Monte-Mór (2006) explica o planejamento urbano no Brasil teve interferência de várias correntes urbanistas que tiveram supremacia na vertente progressista, chefiadas por Le Corbusier. Sabe-se que várias cidades se formaram a partir do modelo urbanístico agregado à lógica de produtividade industrial no período em que os espaços urbanos foram hierarquizados de forma rígida. A partir disso, o referido autor aponta que o zoneamento⁵ funcionalista do espaço possa ter sido uma das principais heranças do planejamento urbano moderno, sendo essa uma significativa diretriz regulada nos Planos Diretores e Leis Complementares.

Nesse sentido, conforme Tostes (2016) enfatiza, no Brasil, a política urbana, regulamentada na Constituição Federal de 1988, é desenvolvida para o ordenamento e o desenvolvimento das funções sociais da cidade para assegurar a qualidade de vida da população. A confirmação desses princípios está inserida no Estatuto da Cidade, a qual reúne as diretrizes para ações de planejamento urbano e gestão da cidade.

A partir dessa perspectiva, quando se fala de transformações e mobilizações sociais urbanas, tais fatores como: Movimento Nacional dos Mutuários, o documento da CNBB, intitulado “Solo Urbano e Ação Pastoral” e o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU); oriundo da década de 80 foram essenciais para o progresso dos debates acerca da gestão da cidade, juntamente com a criação da Constituição Federal de 1988.

Após a Constituição de 1988 o planejamento urbano no Brasil sofreu expressivas modificações, onde os instrumentos de gestão urbana ganharam espaço no ordenamento

⁵ Entende-se por zoneamento a legislação urbanística que varia no espaço urbano.

jurídico das cidades. E a elaboração do Plano Diretor, como instrumento de gestão pública, com articulações para proporcionar melhor qualidade de vida aos cidadãos. Sendo assim, o Estatuto da cidade e os Planos Diretores Municipais são consequências de uma reforma urbana no início da democratização do país.

Nesse contexto, Amado (2004) ressalta que a evolução do planejamento urbano adveio de diversos aspectos, principalmente econômico, e mais recentemente as questões sociais e ambientais. Sendo os elementos ligados a qualidade vida da população fator de suma importância no desenvolvimento de atuações do planejamento urbano, no entanto, estes fatores não têm sido discutidos de maneira coesiva e ininterrupta como deveriam.

A década de 90 foi um período de intensos debates junto à sociedade, partidos e governos, referente ao papel dos cidadãos e suas funções relacionados a gestão da cidade. Sendo também um período marcado pelos avanços institucionais obtidos no âmbito do direito à moradia, direito a cidade, da propriedade e posse (RONILK, 2006). Assim,

A principal constatação dessas análises é que o planejamento do território não é mais representado pelo ato de controle rígido e fechado e sim por uma postura de coordenação flexível e aberta, transferindo a execução e parte do planejamento de ações para unidades inferiores de administração promovendo incentivos ao empreendedorismo das cidades e das metrópoles para possuírem uma imagem forte e positiva (FERRARI JUNIOR, 2004, p.19-20).

As reflexões de Tostes (2016) e Ferrari Junior (2004) são concordantes com de Ronilk (2006), que faz algumas ponderações sobre a facilidade de se criar novos municípios, fator extremamente aplicado na reconfiguração do território, aumentando significativamente o número de municípios brasileiros. De acordo com a autora essas ponderações são facilmente explicadas após a Constituição Federal de 1988. Podendo-se perceber por meio dos seguintes dados:

Em 1940, o Brasil contava com 1.572 municípios. Em 2003, esse número chegou a 5.562. Em 50 anos, de 1940 a 1992, foram criados 2.912 municípios, enquanto que apenas na última década foram instaladas 1.077 novas administrações, provocando em curto período de tempo, importantes transformações na geografia político-administrativa brasileira (RONILK, 2006, p. 202).

Dessa maneira, as problemáticas da cidade tornam evidente a necessidade e a importância de um planejamento urbano eficaz, no qual "planejar consiste em projetar algo para o futuro, em analisar a situação atual e ordenar os passos a serem dados, para o alcance dos objetivos pretendidos. Observa-se o presente, projetando o amanhã" (BRITO, 2017, p. 3).

O planejamento urbano é um processo de contínuo avanço, o que significa que os estudos sobre todas as ações concernentes a sua concepção implicam em um melhor entendimento sobre os conflitos urbanos atualmente. Questões ambientais e sociais também estão bem presentes em discussões contemporâneas, abrangendo não somente o espaço físico da cidade, mas também todos os aspectos a cercam.

Algumas fases do planejamento modernista se sucederam, principalmente, pela influência de países centrais na elaboração de planos urbanísticos, sendo que alguns foram executados e outros não, dessa maneira percebe-se, então, que esses planos fazem parte do contexto histórico do planejamento urbano no Brasil.

4.1.2 O processo de evolução da verticalização sob a ótica da cidade

O processo de verticalização é definido como a multiplicação do solo urbano (SOMEKH, 1997). Além de ser considerado um fenômeno característico de cidades médias e grandes, também pode ser compreendido como uma das fases do processo de urbanização brasileira. Conforme Sposito (1998) em sua obra *Capitalismo e urbanização*, para se compreender o processo de urbanização, deve-se também compreender o processo de industrialização. A fim de refletir o avanço do desenvolvimento da urbanização, que por sua vez, iniciou-se por meio da industrialização, sob a ótica do capital acumulado e o desenvolvimento técnico-científico.

De acordo com Santos (2008) o processo de verticalização inicia-se de fato no Brasil na década de 1920, advindo da industrialização. Onde as principais cidades símbolo dessa transformação urbana foram Rio de Janeiro e São Paulo, destacando-se nesse período por participarem ativamente desse processo de reestruturação do país, onde, por um longo período foram apontadas como exemplos de desenvolvimento urbanístico.

Dessa maneira, o que se denomina Revolução Industrial⁶ é mais do que o período marcado pelas descobertas de invenções, tais como, máquina a vapor e a locomotiva, mas também é um período de transformações que envolve mudanças na cidade, na sociedade, e no próprio processo de produção industrial no século XVI (SPOSITO, 1988).

A partir dessa perspectiva, Lefebvre (2006) destaca os processos e as problemáticas urbanas como aspectos iniciais da formação das cidades modernas, sendo a indústria⁷ a mola

⁶ Denomina-se Revolução Industrial a série de transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas, que vinham se processando desde fins do século XVIII e que culminaram na primeira metade do XIX, com a passagem da produção baseada na ferramenta (artesanato/manufatura) para aquela baseada na máquina (indústria).

⁷ A expressão *indústria*, entendida em seu sentido mais restrito, diz respeito às formas tomadas pela produção de mercadorias, a partir da máquina fatura, e especialmente com a Revolução Industrial.

propulsora. Conforme Sposito (1988) afirma, a cidade é a forma concretizada do processo de urbanização, tendo papel basilar na civilização contemporânea, sendo na maioria das vezes indissociáveis da ideia que um dia as cidades não existiram, ou foram insignificantes. Reproduzir os caminhos de sua origem faz-se necessário para a sua compreensão, dessa maneira, deduz-se que o espaço é história e dá o entendimento que a cidade de hoje é o resultado do que foram antes, ocasionada pelas transformações sociais ocorridas ao passar dos tempos.

O crescimento das cidades na revolução industrial é um fator fundamental para a compreensão da verticalização, pois com a expansão das cidades, as adaptações na malha urbana, tais como: vias de circulação entre estações, redes de água, esgoto, saneamento, energia (gás, eletricidade, vapor) e comunicação, foram adotadas como novos requisitos da produção do espaço urbano. Além disso, o avanço tecnológico, principalmente aliado a eletricidade, permitiu a potencialidade de crescimento vertical das cidades com auxílio dos elevadores (ASCHER, 2010).

Apesar do processo industrial demarcar o início da urbanização no Brasil, foi no período de 1970 que a expansão urbana ficou conhecida como uma fase de modernização no país. Pois, "a urbanização havia se acelerado nos anos 1960, crescendo a taxas de 5,2% ao ano, com 56% dos 93 milhões de habitantes vivendo nas cidades. Entre as décadas de 1960 e 1970, mais de 20 milhões de pessoas havia trocado o campo pela cidade" (SILVA, 2008, p. 36).

De acordo com Ferrari Júnior (2004), as cidades brasileiras se configuram de maneira que o planejamento urbano se restringi a um planejamento de território⁸, no que diz respeito a sua configuração espacial e seus equipamentos coletivos, acabando por valorizar a obra física pura e desconsiderando-se a construção da cidadania de grande parte de seus habitantes. Percebe-se então, que no âmbito do planejamento é analisado, essencialmente, o desenho urbanístico de maneira que atende somente as necessidades imediatas da população. Entretanto,

Entretanto, no Brasil e em outras partes do mundo, os pressupostos progressistas prevaleceram na organização da cidade grande, materializados no zoneamento e controle do uso do solo. O zoneamento e a regulação do uso do solo urbano visava resolver uma contradição central da cidade capitalista: o conflito entre a propriedade privada do solo e as demandas coletivas de integração e resposta à cooperação implícita no espaço urbano. A criação de comissões e/ou órgãos técnicos de planejamento local respondiam ao caráter supostamente isento e independente face aos interesses específicos, mascarando de fato o processo de despolitização que se impôs à cidade e à sua expansão, subordinando-a cada vez mais às necessidades das várias frações do capital e das classes dominantes (MONTE-MÓR, 2006, p.10).

⁸ O território da cidade, em sua parte física, é constituído tanto dos elementos do meio natural quanto do meio antrópico, e que vão dar sustentação à ocupação e à forma urbana (CASSILHA; CASSILHA, 2009, p. 9).

Segundo Lefebvre (2006) o direito a cidade passa por um conjunto de ações estratégicas com maior repartição dos benefícios já existentes. O problema não é somente se o sujeito reside distante dos centros mais bem valorizados, mas se onde ele mora existem os serviços necessários que atendam as condições primordiais de qualidade de vida. Entretanto, o crescente número populacional de uma cidade, influencia diretamente a expansão urbana, pois "na medida em que a cidade cresce, aumenta a exigência de novas áreas que possam satisfazer às necessidades de sua população" (SILVA, 2008, p.28). Assim,

O primeiro passo dado para o início de uma política urbana no Brasil deu-se em 1930 com o Plano Agache realizado no Rio de Janeiro, daí que o planejamento urbano ganha importância dentro da política-administrativa das cidades brasileiras. Em pleno governo militar, é criado o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo como instrumento de planejamento urbano voltado para a habitação (BARBOSA, 2013, p.143).

A aprovação do Estatuto da Cidade, onde o poder público Municipal exerce maior autonomia e responsabilidade de atuar de forma indutora no desenvolvimento urbano das cidades, aplicando para isso novos instrumentos. Tendo em vista, que essa Lei veio para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, os quais versam sobre política urbana. Assim, de acordo com o art. 182 da CF, o Plano Diretor como instrumento básico da política para promover o desenvolvimento urbano, obrigatório para cidades acima de 20 mil habitantes. Nesse sentido,

A evolução das nossas cidades mostra que a legislação urbanística brasileira se manifestou como produto das dinâmicas transformações sociais com regras que vão se delineando gradualmente de acordo com o tempo e espaço, buscando propiciar melhores condições de vida ao homem nos espaços habitáveis (ROCHA, 2017, p. 22).

O quadro 7 permite visualizar, de maneira explicativa, os princípios que conduzem as ações de planejamento e gestão da cidade, onde estão envolvidas todas as ações para promover uma boa qualidade de vida do cidadão. Essas diretrizes legitimam a colaboração e integração entre gestão e sociedade, dita os direitos de participação popular no decorrer do planejamento urbano.

Quadro 7- Perspectivas do direito à cidade.

DIRETRIZES DO DIREITO À CIDADE NO ESTATUTO DA CIDADE	
a) Garantia do direito a cidades sustentáveis.	Direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

b) Gestão democrática da cidade.	Direito a participação popular e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, na execução de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.
c) Planejamento do desenvolvimento da cidade.	Direito a distribuição espacial adequada, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos ao meio ambiente.
d) Cooperação entre governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade.	Direito a um processo de urbanização que atenda ao interesse social.
e) Justa distribuição de benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.	Direito de acesso a todos os benefícios e ônus da urbanização.

Fonte: Adaptado por Tostes e Ferreira (2016) do Estatuto da Cidade.

O planejamento urbano é um direito ao qual a comunidade pode representar seus anseios individuais e coletivos, beneficiando a urbanização da cidade. "As diretrizes acima listadas convergem na mesma finalidade que é a democratização da gestão das cidades para ordenar o pleno desenvolvimento das suas funções sociais e da propriedade urbana, tais princípios se aferidos conseguem representar o direito à cidade" (TOSTES; FERREIRA, 2016, p. 8).

Todavia, segundo Ferrari Junior (2004, p. 18) "as legislações, os planos e a centralização, no encaminhamento da discussão urbana, não responderam às questões conflitantes dentro do contexto socioespacial e não contribuíram para o acesso ao mercado imobiliário legal". Vinculado a este contexto, cabe enfatizar, que os habitantes de uma cidade não usufruem os mesmos privilégios nessa relação espacial, pois esses não possuem acesso completo aos diferentes lugares dentro da cidade.

Afinal, a fragmentação do espaço urbano apontada por Corrêa (2004) se manifesta justamente nessa desigualdade entre os usos da terra, de modo que a cidade não é conceituada como uma unidade de lugar, mas como o conjunto de lugares, diferentes entre si na sua forma espacial e no aspecto social (MACÊDO; SILVA, 2009). Nesse sentido,

Toda essa dinâmica, como já foi visto, não ocorre de forma homogênea no espaço urbano. Ela é seletiva, e busca as melhores áreas, ou aquelas mais valorizadas pela população abastada. É nesse espaço que ocorre de forma mais efetiva o processo de verticalização. Por isso, a localização terá também vasta influência na valorização do capital e nos preços de moradia. Os equipamentos públicos, a proximidade dos serviços e dos centros administrativos e comerciais tornará o espaço construído mais procurado e, portanto, mais valorizado (SILVA, 2008, p. 26).

Assim, não se pode julgar que o aumento da verticalização significa melhoria na qualidade de vida da população como um todo. Pois, o melhoramento deve ser para toda a população e não apenas para uma parcela mais abastada que pode pagar para morar nesses

edifícios e para usufruir de uma melhor infraestrutura. Dessa forma, é necessário pensar o desenvolvimento urbano associado a um planejamento que considere a ordenação do espaço como um fator que envolve questões territoriais, culturais, socioculturais, administrativas e ambientais (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016).

Lefebvre (2006) destaca que a sociedade e a cidade são conectadas de maneiras a qual uma intervém na outra, sendo essa relação com múltiplas diversificações em vários âmbitos. Definindo o urbano com temporalidade indefinida, onde o conjunto de todos os elementos da cidade, sendo estes palpáveis ou não, necessariamente são indissociáveis. Portanto, "a urbanização passou a ser vista cada vez mais como uma necessidade da transformação das sociedades em busca de um futuro moderno (e melhor) [...]" (MONTE-MÓR, 2006, p.7).

O planejamento urbano da cidade deve abranger além do que é físico, nesse sentido o seguinte autor afirma que:

Por isso, ao se falar de cidade qualquer análise pragmática do espaço é vã uma vez que sensível e tangível contribuem igualmente em sua conformação. Falar de cidade, portanto, é falar sobre materialidade e imaterialidade que encontram-se entrelaçadas na constituição de um **espaço vivente** (CUNHA, 2008, p.25).

Sendo assim, para uma cidade se expandir são necessários espaços livres para a construção de novas habitações, contudo a expansão urbana nos espaços verticais é, em sua grande maioria, elevada nos centros urbanos. Esses espaços estão quase que completamente ocupados por edificações verticais, que na sua maioria não foram construídas para atender a população em sua totalidade. Desse modo, a verticalização nem sempre é compreendida como uma solução para a demanda por habitação, já que a multiplicação dos andares favorece um maior número de aproveitamento de espaço, pois na maioria das vezes, a verticalização atende principalmente ao capital privado.

Por isso, uma problemática constante nos centros urbanos é a elevada demanda social por habitação, fator esse que encarece o valor das terras urbanas. Como resposta a essa demanda, os planos diretores indicam o adensamento por verticalização como uma possível diminuição desse problema, dessa forma, as áreas que apresentassem melhores infraestrutura seriam destinadas para a edificação (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016).

Vale ressaltar, que Ascher (2010) destaca que a falta de sincronia entre o aumento da população, cada vez mais rápida, e a infraestrutura, um processo lento, é algo notório ao garantir que a modernidade não é um estado, mas um processo constante de transformação da sociedade. Entende-se, portanto, que a cidade não oferece direitos iguais a toda a população, direitos esses fundamentais como: habitação, acessibilidade e infraestrutura adequada. No entanto, a

expansão urbana é um fator frequente ao longo dos anos, não havendo um acompanhamento distinto com a infraestrutura, modificando a paisagem urbana e movimentando discussões sobre o real desenvolvimento urbano, o qual se difere do desenvolvimento econômico.

A busca por estudos e iniciativas em realizar debates nos quais assuntos referentes a relação da sociedade, compreendida com inserida na cidade como agente transformador, onde a produção do espaço relaciona-se com as problemáticas urbanas e sociais é de suma importância para a compreensão dos conflitos urbanos vivenciados nos dias de hoje.

No entanto, no que tange aos aspectos da construção civil, Ramires (1998, p.98) afirma que "a verticalização do espaço urbano, sem sombra de dúvida, representa uma revolução na forma de construir, afetando a dinâmica de acumulação/reprodução do capital no setor da construção civil e mercado imobiliário". Segundo Oliveira e Oliveira (2012), a construção civil é uma atividade que contribui para o desenvolvimento regional, para a geração de empregos e mudanças para a economia. Trata-se de setor muito vasto e heterogêneo e por isso é necessário contextualizar seus limites e abrangências de estudo. Entretanto, quando se fala de desenvolvimento urbano logo as conseqüentes são ligadas ao desenvolvimento econômico, ambos se diferem nos seus conceitos, mas são indissociáveis nas questões da cidade.

Conforme Silva (2008) os edifícios residências procuraram reproduzir um ambiente similar as residências horizontais e tradicionais da época, sofrendo oposições quanto a aceitação do mesmo, apesar de suas fachadas atrativas e modernas, no seu ambiente interno a sensação obtida pelo habitante era de estar em seu ambiente de origem, a casa. Porém, a ideia de modernidade⁹ e mais conforto a qual os apartamentos foram intitulados tornaram-se bem encantadora ao passar dos anos.

Assim, a construção civil é classificada no código 45 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE e contempla uma ampla lista de atividades relacionadas à construção. Segundo a Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), também do IBGE, a construção civil compreende: as atividades de preparação do terreno; construção de edifícios e obras de engenharia civil; obras de infraestrutura para energia elétrica e para telecomunicações; obras de instalações; obras de acabamento; aluguel de equipamentos de construção e demolição com operários. Desse modo, edificações é um subsetor da construção civil.

O fato do planejamento urbano está indissociável dos eventos ao passar dos anos provoca a necessidade de se entender a sua trajetória dentro do contexto ao qual está inserido.

⁹ É mais correto falar "modernização", pois a modernidade não é um estado, mas um processo de transformação da sociedade (ASCHER, 2010, p. 21).

Neste sentido, a sociedade, a cultura, assim como a economia englobam a discussão como agentes transformadores, no entanto, as distinções de cada país fazem com que esses estudos sejam diferentes em cada um deles. Em seguida, a partir dessa perspectiva cabe estudos diferentes de acordo com as regiões brasileiras, dessa maneira o debate de uma região ocupada de forma tardia diante do resto país, onde deve-se levar em conta suas particularidades, será abordado no tópico seguinte.

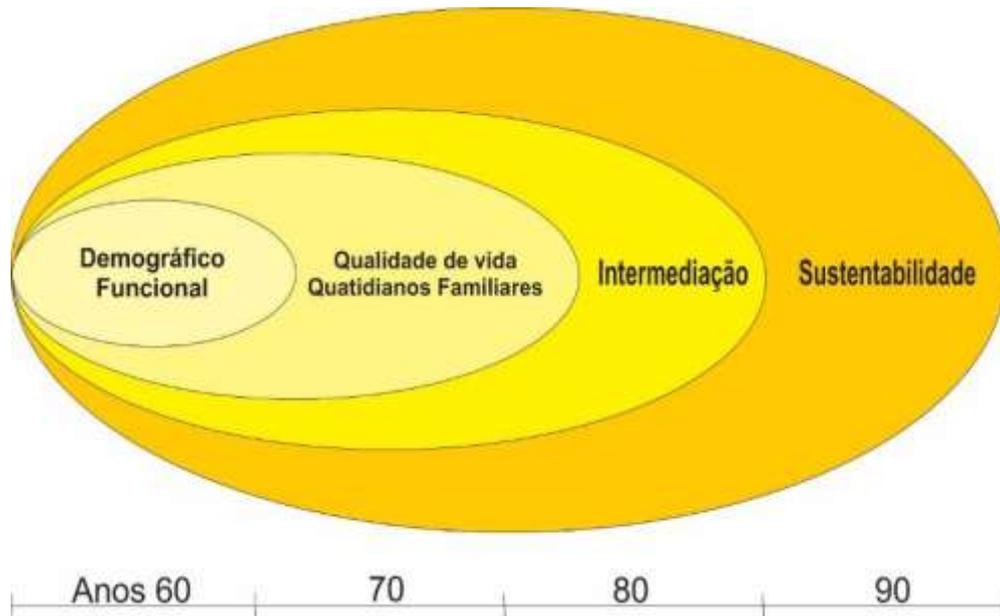
4.2 O PROCESSO DE PLANEJAMENTO URBANO E VERTICALIZAÇÃO NAS CIDADES MÉDIAS DA AMAZÔNIA

Percebe-se que os estudos já desenvolvidos são insuficientes para se compreender de fato a região amazônica isto devido a sua imensa dimensão demográfica, suas características peculiares e suas formas diferente de organização do espaço, a qual teve que ser "ocupada" de forma acelerada e conseqüentemente desordenada, onde os conflitos urbanos sinalizam a falta de aplicabilidade de políticas públicas.

Porém, quando se trata do "tema cidade média no cenário brasileiro apresenta reduzidos estudos, a maioria das análises são reflexões do eixo centro sul, cujas características do processo de urbanização são completamente distintas do cenário amazônico" (SILVA; FERREIRA; TOSTES, 2017, p. 93).

Costa (2002) desenvolveu um estudo acerca da conceituação de cidade média, onde são analisados a evolução de seu conceito (figura 4) desde que surgiu pela primeira vez, na França no final da década de 60, associada ao IV Plano de Desenvolvimento Econômico e Social em 1971 a 1976. Daí por diante, o conceito de cidade média passa por diversas evoluções sucessivas, onde as definições vão além das características estatísticas e funcionais. Pois de acordo com cada país, os critérios para definição se enquadram em uma nova leitura segundo o sistema urbano. Desse modo, cabe destacar o conceito de cidade média e sua evolução, e apesar de não ser este o foco da pesquisa, faz-se importante ponderações sobre.

Figura 4: Evolução dos critérios de definição de Cidade Média



Fonte: Costa (2002).

Nesse contexto, segundo Silva, Tostes e Ferreira (2017, p. 96) "devemos levar em consideração vários fatores quando se pensa em cidade média, dentre eles a interação espacial, a função da cidade, a dimensão demográfica, a qualidade das ofertas de serviços e etc". Assim,

Esta busca de definição retrata dois aspectos: por um lado, a dificuldade em identificar as características básicas de uma cidade média; por outro, a importância que estas têm vindo a assumir na evolução dos sistemas urbanos e regionais. Esta relação, parecendo contraditória, não o é, pois é efetivamente a diversidade de funções e de percursos de valorização dos recursos desenvolvidos por estas cidades, que permite a introdução de novos critérios de definição, realçando-se o seu papel para o equilíbrio dos sistemas urbanos e regionais e para o processo de desenvolvimento regional em geral (COSTA, 2002, p. 124).

Para debater as questões de desenvolvimento na Amazônia, que abrange as questões naturais e a cultura do povo amazônico com peculiaridades de seu território, a dinâmica territorial e as transformações da paisagem, serão utilizadas as reflexões, principalmente, da autora Becker (2013) considerada uma das maiores referências em assuntos amazônicos, além de ilustres autores como: Porto et. al. (2008); Amorim e Porto (2017); Santos (2016); Silva (2017); Tostes e Ferreira (2016) dentre outros.

Para compreender o processo de ocupação da Amazônia deve-se retroceder a década de 1960, período da Ditadura Militar, quando houve o aceleração caracterizado especialmente pelo planejamento governamental, intervenção econômica, e formação de um moderno aparelho de Estado. Nesse mesmo período, é criada a Zona Franca de Manaus, afim de adiantar a ocupação regional. "Entre 1960 e 1980 a região Norte apresentou crescimento demográfico

de 48,3%, principalmente em áreas urbanas, por conta desse fluxo migratório induzido pelo Estado" (AMORIM; PORTO, 2017, p.31).

De acordo com Tostes e Ferreira (2016), conhecer as cidades Amazônicas e suas particularidades é um fator decisivo para a concepção de ações transformadoras no espaço urbano. Pois, por meio do processo de expansão das capitais da Amazônia, de forma acelerada e desordenada¹⁰, é elucidada a situação quanto as questões de vulnerabilidade ambiental e social ao qual o espaço urbano e os moradores estão atualmente subordinados.

A forma como foi ocupada, acelerada e desordenada, acabou gerando degradações ambientais, além da deficiência ou total ausência de serviços públicos. Vale ressaltar que as capitais da Amazônia é onde se concentra um índice elevado da população, “[..] as capitais comportam mais de 70% de todo contingente populacional da região” (TOSTES; FERREIRA, 2016, p. 5).

Becker (2013) ressalta o saber da Amazônia ter sido ocupada de forma tardia, porém o que não é de conhecimento amplo é que essa região teve uma história diferente¹¹ do resto do Brasil. Sendo que uma parte, como o estado do Grão-Pará, foram alvos de disputas internacionais. Processo esses marcados por pequeno crescimento e grandes intervalos de estagnação. "Tampouco é difundido o fato de que a história da Amazônia mostra que a expansão do sistema capitalista colonial não se fez mediante um único modelo" (BECKER, 2013, p. 24).

De acordo com Amorim (2016), a Amazônia integra-se ao cenário brasileiro e mundial, de forma efetiva, quando o Governo Federal passa a intervir aderindo a planos que intervêm na sua configuração espacial. Conexões são feitas por meio de rodovias, e seus recursos naturais são explorados por empresas transnacionais, onde se instalaram, bem como a infraestrutura necessária para atender suas demandas.

Belém e Manaus (metrópoles) desfrutaram de suas particularidades e desenvolveram, mediante a posição estratégica, comércio, favorecimentos políticos, e o comando do grande surto da borracha que suscitou uma infraestrutura urbana, apesar de suas particularidades serem semelhantes, suas histórias são diferentes (BECKER, 2013). O entendimento do processo de "ocupação" da Amazônia é uma amarração para se compreender o processo de urbanização na

¹⁰ Além da ocupação desordenada de áreas inadequadas para moradia, percebia-se a ineficiência no que tange a atendimento em infraestrutura urbana e é considerada como um dos principais fatores de fragilidade urbana, principalmente no que se refere ao acesso de infraestrutura.

¹¹ É sabido que na Amazônia teve uma ocupação europeia tardia em relação ao Brasil. Além disso, muito do processo de povoamento europeu da região nos séculos XVII e XVIII permanece mal estudado (BECKER, 2013).

cidade¹² de Macapá, para se compreender as principais dinâmicas sofridas no decorrer dos anos no conjunto da cidade.

4.2.1 As transformações da dinâmica urbana da cidade de Macapá

A transformação do Território Federal do Amapá¹³ em Estado em 1988, é um marco das transformações do espaço urbano, gerando um novo dinamismo em sua configuração socioespacial. O Amapá "ocupa uma área de 143.453,7 Km², que em sua maior parte encontra-se localizada ao norte do equador. Correspondente a 1% do espaço nacional e 3,71% da região Norte. Possui fronteira com Suriname e Guiana Francesa" (SILVA, TOSTES, FERREIRA, 2017, p. 94).

Para se compreender o contexto atual do espaço urbano de Macapá, deve-se retroceder aos anos de 1943 a 1975, período referente a implantação do território e, é o mais relevante na configuração do espaço amapaense, pois foi quando correu o aceleração do crescimento demográfico e as transformações políticas, econômicas e político-administrativo. Vale ressaltar que Santana era distrito de Macapá, sendo desmembrada somente após a Estadualização. Neste sentido,

Macapá e Santana se configuram como cidades médias, não somente pelo contexto demográfico (embora o IBGE registrasse em Santana 92 mil habitantes), mas também pela funcionalidade e pela interação que esses dois municípios possuem para esta parcela da margem esquerda da foz do rio (PORTO et. al., 2008, p.14).

A infraestrutura herdada pelos ajustes espaciais gerados no período do Território Federal do Amapá, em grande parte concentrada em Macapá e Santana, contribuiu expressivamente para uma conexão melhor entre esses principais núcleos urbanos. Revelando um novo contexto de urbanização a partir da década de 1940, colaborando para o crescimento das principais cidades do Amapá, "[...] já que a base logística se concentrou nestas cidades. Com a criação do TFA, destaca-se o volumoso investimento estatal, acompanhado das políticas de desenvolvimentos projetadas para a Amazônia [...]" (SANTOS, 2016, p.35).

A partir desse contexto, destaca-se no quadro 8 os principais eventos dinâmicos ocorridos no Amapá, a partir do período de criação do Território Federal do Amapá, até a Estadualização, sendo estes influência para transformação do espaço urbano de Macapá.

¹² Cidades são criadas por processos econômicos, e definidas por suas relações com outras cidades da rede que participa (BECKER, 2013, p. 39).

¹³ Com a criação do Território Federal do Amapá, destaca-se o volumoso investimento estatal, acompanhado das políticas de desenvolvimentos projetadas para a Amazônia (SANTOS, 2016, p. 35).

Quadro 8- Principais eventos transformadores da urbanização de Macapá

CONTEXTO DA REDE URBANA DO AMAPÁ	PROCESSO HISTÓRICO DE AFIRMAÇÃO DA CENTRALIDADE
1943 – 1944	Criação do Território Federal do Amapá; Macapá é transformada na capital do Ex-Território Federal do Amapá, com isso a Cidade de Macapá passa a concentrar os principais investimentos públicos e privados do Estado
1953 -1957	Instalação e início das atividades da ICOMI S/A em Serra do Navio; criação da CEA
1961- 1968	Daniel Ludwig adquire terras no Vale do Jari, início da política de criação de unidades de conservação no Amapá, instalação do projeto Jari
1975	Primeiro Plano de Desenvolvimento do Amapá
1979	Construção da BR-156
1980	Criação do distrito industrial de Macapá, 2º Plano de Desenvolvimento do Amapá
1985 -1987	Plano de Desenvolvimento Integrado do Amapá; Criação de novos municípios no Amapá, com destaque para a criação do município de Santana por desmembramento de Macapá
1988	Estadualização

Fonte: Adaptado de Santos (2016, p. 31) *apud* Santos; Amorim (2015).

A partir desses acontecimentos pode-se compreender o espaço urbano amapaense em seu contexto atual. Devido a contribuição desses fatores no desenvolvimento urbano é que houve a fase de grande aceleração da expansão urbana, esse adensamento populacional é percebido, principalmente, nas cidades de Macapá, capital, e Santana, segunda maior cidade do estado. Consoante a isso,

[...] Dentre eles, cabe citar a fragmentação política do espaço amapaense, a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, o retorno da economia mineira, além da expansão da infraestrutura energética e a novas relações fronteiriças entre o Amapá e a Guiana Francesa são fatores marcantes nesta nova configuração da SRM¹⁴ (AMORIM, 2016, p. 82).

Nesse sentido, o aumento da malha urbana de Macapá, a partir de 1990, reconfigura o espaço urbano da cidade, devido ao adensamento urbano e ao alto índice de ocupação em que se destaca um processo de expansão urbana estimável com a criação de vários novos bairros e loteamentos, sendo 15 deles criados pelo estado do Amapá (SILVA, 2017).

¹⁴ Sub-região de Macapá (SRM), é composta pelos municípios de Macapá, Santana, Mazagão, Porto Grande, Ferreira Gomes, Serra do Navio, Itaúbal do Piririm, Pedra Branca do Amaparí e Cutias do Araguari (AMORIM, 2017).

Esse processo de urbanização amapaense não se difere do processo característico da Amazônia. Sendo este, um requisito herdado do regionalismo, onde a principal vertente é "ocupar", sendo destaque a criação de loteamentos e elaboração de legislações pertinentes ao uso, ocupação e gestão urbana. Assim,

As transformações espaciais existentes no Amapá foram concentradas na sua região central (Macapá, Santana, Ferreira Gomes, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari), sendo que, em Macapá e Santana, a dinâmica é mais intensa devido à posição de centro administrativo e econômico do Amapá. A concentração urbana amapaense nos municípios de Macapá e Santana foi decorrente dos seguintes fatores: Os principais processos produtivos instalados no espaço amapaense foram instalados nesses municípios; em Macapá concentraram-se as principais relações políticas, pois nesta cidade encontra-se toda a máquina administrativa estadual. Com isso, Macapá não é somente centro administrativo estadual, mas também centro econômico (PORTO et. al., 2008, p. 19).

Silva (2017) destaca que na cidade de Macapá, no período de 1990 a 2010, umas das principais características do processo de urbanização, ocorreu por meio da criação de novos bairros, expandindo-se horizontalmente e sob uma condição periférica¹⁵. Ocasionalmente, assim, um destaque para a desigualdade socioespacial na transformação da paisagem urbana, especialmente na ocupação das áreas úmidas¹⁶, nomeadas regionalmente como área de ressaca.

A ocupação das áreas de ressaca é decorrente de um conflito urbano característico da cidade, ou seja, a falta de moradia¹⁷. Essa situação motiva as pessoas sem recursos financeiros de adquirir terras urbanas, a habitar esses locais. Desde a década de 1990 houve intensificação desse processo de ocupação, expondo assim, a ineficiência do governo em não desempenhar um desenvolvimento urbano eficaz. Diante disso, é dado destaque a evolução da população nas duas cidades (Macapá e Santana) na seguinte tabela 1,

Tabela 1- Evolução da população Amapaense

POPULAÇÃO AMAPAENSE 1950 – 2018									
Municípios	ANO								
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2015	2018
Amapá	8.794	7.900	10.377	9.508	8.075	7.121	8.069	8.622	9.187
Calçoene	-	2.344	2.834	2.834	2.834	5.177	6.730	10.163	11.306
Cútias	-	-	-	-	-	-	3.280	5.407	6.101

¹⁵ Periférico aqui se refere à acepção do termo relacionada com áreas empobrecidas e com pouca infraestrutura no urbano.

¹⁶ Em função das características do relevo de Macapá, as áreas úmidas são encontráveis em toda a extensão da cidade, e, como a maioria dessas áreas é ocupada por populações de baixa renda, tem-se essa dimensão de desigualdade socioespacial em boa parte do tecido urbano de Macapá (SILVA, 2017, p.66).

¹⁷ Dando origem a uma das maiores problemáticas ambientais da Macapá contemporânea, que é a ocupação de áreas alagáveis e de proteção ambiental por um número considerável de pessoas para moradia (SILVA, 2017, p. 63).

Ferreira Gomes	-	1.396	1.375	2.047	2.386	3.562	5.802	6.901	7.967
Itaubal	-	-	-	-	1.666	2.894	4.265	4.949	5.617
Laranjal do Jari	-	-	-	-	21.372	28.515	39.942	45.712	51.362
Macapá	20.594	39.723	76.915	127.554	169.579	283.308	398.204	456.171	512.902
Mazagão	5.105	7.565	10.497	20.436	8.911	11.986	17.032	19.571	22.053
Oiapoque	2.984	3.934	4.554	5.028	7.555	12.886	20.509	24.263	27.906
Pedra Branca do Amapari	-	-	-	-	-	4.009	10.772	13.988	-
Porto Grande	-	1.949	2.643	3.329	4.905	11.042	16.809	19.669	22.452
Pracuúba	-	-	-	-	-	2.286	3.793	4.531	5.246
Santana	-	-	-	-	51.451	80.439	101.262	112.218	123.096
Serra do Navio	-	3.709	5.164	4.521	3.627	3.293	4.380	4.938	5.488
Tartarugalzinho	-	-	-	-	4.693	7.121	12.563	15.212	17.769
Vitória do Jari	-	-	-	-	-	8.560	12.428	14.364	16.254
Amapá	37.477	68.520	114.359	175.257	289.397	477.032	669.526	766.679	861.773

Fonte: IBGE (2018) apud Santos (2016, p. 37).

A parcela mais "esquecida" da população de uma cidade, por inúmeras vezes, é na verdade a maioria, consideradas invisíveis no viés do planejamento urbano e da legislação, usufruem das terras irregulares e mercados informais no qual a legislação urbanística se absteve, sendo item de ignóbeis investimentos em infraestrutura (ROLNIK, 2006). Dessa maneira, a autora esclarece que:

Os terrenos que a lei permite urbanizar, assim como os financiamentos que a política habitacional praticada no país tem disponibilizado, estão reservados ao restrito círculo dos que têm dinheiro e propriedade da terra. A política habitacional de interesse social tem reforçado a exclusão dos mais pobres, ao destiná-los para conjuntos precários em periferias distantes (RONILK, 2006, p. 201).

Assim como a verticalização, a arquitetura, a cidade e a sociedade passam por constantes transformações, mudando sua configuração de acordo com o tempo e a economia. O uso do solo não difere dessas vertentes. De acordo com Rocha (2017) a década de 70 é protagonista do grande crescimento da informalidade, das favelas, dos loteamentos clandestinos. No entanto, é também o período dos grandes planos diretores, planos metropolitanos, e a criação de muitos órgãos relacionados ao planejamento urbano da cidade.

Segundo Silva, Tostes e Ferreira (2017) o planejamento urbano tem como finalidade solucionar a falta de moradia, saneamento básico, mobilidade urbana, infraestrutura urbana e lazer para os cidadãos em sua totalidade, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida. Porém, quando o poder público age apenas em privilégio de um determinado espaço da cidade, conhecida como "nobre", e desprezando áreas periféricas, acaba gerando segregações socioespaciais. Assim,

A instalação de próteses no espaço amapaense vem desde o período colonial. A própria colonização deste espaço impôs novos ritmos às dinâmicas espaciais pré-existentes e aos seus moradores, seja pelo modelo de exploração dos produtos naturais amazônicos, pela sua ocupação e modelos de defesa (construção de fortes), pelo modelo administrativo de seu território (povoados, vilas, cidades, Capitânias, Províncias, Estados, Territórios Federais), seja pelo domínio territorial com demarcações fronteiriças acordadas em tratados internacionais em processos de conquista e compras de terras de países vizinhos (Acre) (PORTO et. al., 2008, p.17).

Sendo assim, é desafiador, quando se trata de investir em periferias e favelas o retorno é considerado desprezível. Portanto, entende-se que a construção de cidades estabilizadas exige que "além de mobilizar recursos financeiros, introduzam mecanismos permanentes de acesso à terra legal e formal por parte dos mais pobres, redesenhando a natureza e instrumentos até agora em vigor no campo do planejamento e gestão do solo urbano em nossas cidades" (ROLNIK, 2006, p. 201).

Dessa forma, o Plano Diretor em suas diretrizes gerais versa, entre outros aspectos, sobre: a garantia do direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, tratando-se de um instrumento de planejamento criado para orientar a ocupação do espaço urbano. Além disso, também preconiza sobre o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do município e do território sob sua área de influência. Vale ressaltar que o Plano Diretor defende que em seu planejamento deve haver uma gestão democrática por meio da população e de associações representativas dos diversos segmentos da sociedade (BRASIL, 2008). Enfim,

Definir políticas e instrumentos para gestão do território urbano é algo primordial para a vida da cidade em abrangentes aspectos. Planejar o espaço urbano significa olhar para o futuro de nossas cidades buscando prevenir problemas, dificuldades, coibir a degradação urbana e ainda traçar consciente organização para futuras medidas urbanísticas em favor da população local, melhoria da qualidade de vida urbana e possível contemplação de uma cidade mais justa (ROCHA, 2017, p. 38).

O Amapá contou com alguns planos, dos quais foram pouco utilizados, até implementar o Plano Diretor Participativo de Macapá (MACAPÁ, 2004a), conforme é evidenciado na seção 2. Até os dias atuais, algumas significativas mudanças ocorreram, principalmente na lei do Uso e Ocupação do Solo, onde encontra-se as diretrizes mais específicas para a verticalização, como a altura máxima das edificações, além da normatização dos limites da verticalização urbana por Zona e suas Subzonas.

Essas mudanças no âmbito da verticalização afetam principalmente o bairro central e bairros adjacentes, pois são áreas mais valorizadas, é um exemplo claro do papel regulador do

Estado em benefício de determinados empreendimentos. Verifica-se, ainda, que são os empreendimentos na faixa de verticalização alta que sofrem a maior alteração.

É notório que não bastam apenas as análises descritas para saber se a dinâmica da verticalização vem ganhando espaço de forma adequada. Requer reflexões quanto aos pontos adversos, pois os espaços verticais exigem equilíbrio e diálogos coesos entre o processo de expansão, e de uma boa qualidade de vida urbana para a população.

A discussão sobre o planejamento urbano e o processo de verticalização, a partir da expansão urbana e a cidade, identificando os mecanismos e as dinâmicas que induzem o desenvolvimento urbano, corroboram na pesquisa sobre as implicações da verticalização para o desenvolvimento da cidade de Macapá.

Na história da urbanização da cidade de Macapá, o Estado é o principal protagonista. Antes disso, as transformações advindas da criação do Território Federal do Amapá foram fundamentais no processo de expansão urbana, porém, com a estadualização e a autonomia dos municípios ocorre as transformações da paisagem urbana por meio do adensamento populacional, a fragmentação desordenada do espaço urbano e sua nova configuração.

5 AS IMPLICAÇÕES DA VERTICALIZAÇÃO NA ÓTICA DOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS

Nesta seção serão abordadas as implicações que a verticalização ocasionara na cidade de Macapá, tendo duas vertentes de análises, sendo elas: públicas e privadas. Nesse sentido, toda a investigação realizada nesta pesquisa por meio de discussões teóricas é referenciada nesse capítulo, com a contribuição das entrevistas dos principais órgãos públicos e privados, agregando com o objetivo de compreender as dinâmicas da urbanização em Macapá, ocorridos especialmente após o Plano Diretor de 2004, considerando as modificações que foram feitas no que diz respeito às diretrizes para a verticalização, até os dias atuais.

5.1 ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES DO PROCESSO DE VERTICALIZAÇÃO NO CONJUNTO DA CIDADE DE MACAPÁ

Diante da caracterização do espaço, faz-se necessária uma análise sobre as implicações locais ocorridas a partir da expansão urbana e a verticalização sob a ótica do papel desempenhado pelos agentes públicos e privados. Esta análise sobre as implicações do processo de verticalização é de suma importância para a política urbana e o ordenamento urbano da cidade de Macapá.

O processo de verticalização na cidade de Macapá adveio de diversos fatores históricos transformadores, dentre alguns desses fatores responsáveis por este processo estão: questões empreendedoras como a ICOMI a partir de meados da década de 1950; a estadualização do Amapá, em 1988; a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), no ano de 1992. Cabe ressaltar que este processo está interligado ao crescimento migratório que colaborou na modificação da paisagem urbana e sua reconfiguração espacial.

Algumas das edificações construídas em Macapá no período de Território permanecem até os dias atuais, e além de compor o patrimônio histórico cuja arquitetura agrega a paisagem da cidade, acaba por reforçar a dualidade entre o passado e o presente. A partir desse contexto, cabe destacar a avenida FAB localizada no bairro Central, que é considerada um marco divisor do desenvolvimento dos eixos Norte e Sul da cidade, o ritmo acelerado dessa expansão ocasionou uma evolução na malha urbana que se torna visível a partir da década de 1990, onde destaca-se um crescimento horizontal elevado na zona Norte, ocasionando o surgimento de novos bairros. Nesse sentido,

Destacam-se como características principais do processo de urbanização vivenciado por Macapá, no período entre 1990 e 2010, um forte conteúdo periférico e horizontal,

intensificação da desigualdade socioespacial e o governo do estado como promotor destacado da expansão urbana (SILVA, 2017, p. 66).

Desse modo, vale ressaltar que a expansão urbana, após a estadualização, ampliou-se pela cidade acompanhada por inúmeros problemas sociais, econômicos e ambientais, evidenciando a falta de investimentos em saneamento básico e demandas habitacionais. A terra tornou-se mercadoria, predominando o valor do uso do solo com o objetivo de garantir a acumulação de capital, onde intensificou a desigualdade socioespacial observada principalmente a partir da ocupação das áreas úmidas¹⁸ da cidade, onde as condições de moradia são precárias e essa ocupação indevida gera a degradação do ambiente natural.

A crescente população de Macapá pode ser justificada pela alta taxa de migração, esses habitantes vinham em busca de novas alternativas de vida e de acesso a serviços públicos como educação, saúde, além de acesso a um emprego e renda. A partir dessa perspectiva, faz-se necessário avaliar o conjunto de fatores que ocasionam o atual estágio de desenvolvimento urbano, por meio dos agentes públicos e privados, pois são estes os agentes responsáveis pelas transformações políticas e territoriais.

Sendo que, de acordo com Monte-Mór (2006) a cidade está em constante transformação, e urbanização torna-se cada dia mais uma questão de necessidade da sociedade que busca um futuro melhor. Junto a essas dinâmicas ocorre a alteração da paisagem, suas formas e as suas funções. Muitos são os atores responsáveis por essas alterações, nesse sentido, é necessário ressaltar as intervenções dos agentes públicos e privados.

5.1.1 Uma análise sobre as implicações do Plano Diretor

Somente em 2004 foi elaborado o Plano Diretor Participativo de Macapá (PDPM). Foi apresentado na comemoração da fundação da cidade de Macapá, na gestão do prefeito João Henrique Rodrigues Pimentel, período de 2001 a 2008. O Plano Diretor foi criado com a intenção de ser o principal instrumento da política, do desenvolvimento e expansão urbana, estabelecendo regras e diretrizes para o planejamento de um processo de ordenação territorial, com objetivo de desempenhar um desenvolvimento sustentável e promover uma melhor qualidade de vida para os seus habitantes.

Conforme a Lei Complementar nº 029/2004 a altura máxima da verticalização alta permitida era de até 12 pavimentos. Conforme as diretrizes iniciais sobre a verticalização da

¹⁸ Em função das características do relevo de Macapá, as áreas úmidas são encontráveis em toda a extensão da cidade, e, como a maioria dessas áreas é ocupada por populações de baixa renda, tem-se essa dimensão de desigualdade socioespacial em boa parte do tecido urbano de Macapá (SILVA, 2017, p. 66).

cidade de Macapá, foram determinados três tipos de altura, sendo elas: alta, média e baixa. Tornando-se de conhecimento geral como o processo de verticalização deveria atuar na cidade e quais as diretrizes a serem seguidas pelas construtoras na hora de projetar. Assim,

Em 2004 entra em vigor o PDPM, este específico para o município de Macapá, o qual foi arquitetado a partir da participação da sociedade civil organizada devido às novas exigências do Estatuto da Cidade/2001. Tal plano foi construído apenas para cumprir com as exigências imposta pelo Governo Federal, do que pela necessidade da sociedade macapaense, pois possui diretrizes interessantes, mas não são executadas pelo poder público municipal (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016, p. 51).

Após sete anos, na gestão do prefeito Roberto Góes, no período de 2008 a 2011, foram realizadas algumas modificações significativas no PDPM, principalmente relacionadas ao padrão de altura dos edifícios e ao tipo de verticalização a ser adotado em algumas áreas, o que contribuiu para a transformação do gabarito da cidade. As definições para a verticalização foram alteradas por meio da Lei Complementar nº 077/2011, a verticalização alta é subdividida em Alta 1 e Alta 2, com altura máxima de 20 pavimentos.

As diretrizes para a verticalização foram novamente modificadas em 2014, na gestão do atual prefeito de Macapá, Clécio Luís, por meio da Lei Complementar nº 109/2014. Assim, pela referida lei fica definida a verticalização alta com altura máxima de 22 pavimentos. Essas alterações na legislação, modificando o padrão de altura dos edifícios, ficam evidentes ao decorrer dos anos. Para se compreender as mudanças nos padrões de altura da verticalização de Macapá, pode-se considerar dois fatores:

[...] O primeiro se deve a inexperiência das gestões, que no momento da construção do Plano não atentaram para o avanço do processo de verticalização da cidade, assim como a agilidade no processo de construção, visto o cumprimento da legislação do Ministério das Cidades. Outro fator que pode explicar as inúmeras mudanças no padrão de altura dos prédios seria atender a determinados interesses, visto as demandas econômicas da atualidade (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016, p. 57).

A tabela 2 demonstra as alterações ocorridas nas diretrizes do PDPM em três períodos diferentes, destaca-se o fato de cada um ter sido alterado conforme a mudança de gestor, onde predominou-se o interesse econômico, com poucas percepções dos impactos que implicariam tais edifícios no futuro da cidade de Macapá.

Tabela 2- Alterações dos padrões da verticalização no Plano Diretor Participativo de Macapá.

PADRÃO	Lei Complementar nº 029/2004	Lei Complementar nº 077/2011	Lei Complementar nº 109/2014
VERTICALIZAÇÃO ALTA	22 até 33m (8 a 12 pavimentos)	Alta 1: 57,20 até 62,90m (20 pavimentos)	Altura máxima de 76m (22 pavimentos)
		Alta 2: 34,64 até 37,94m (12 pavimentos)	
VERTICALIZAÇÃO MÉDIA	14 até 22m (5 a 7 pavimentos)	21 a 31,7m (10 pavimentos)	Altura máxima de 45m (12 pavimentos)
VERTICALIZAÇÃO BAIXA	8 até 14m (3 a 4 pavimentos)	14,35 até 16,10m (5 pavimentos)	Altura máxima de 23m (5 pavimentos)

Fonte: Vales (2019).

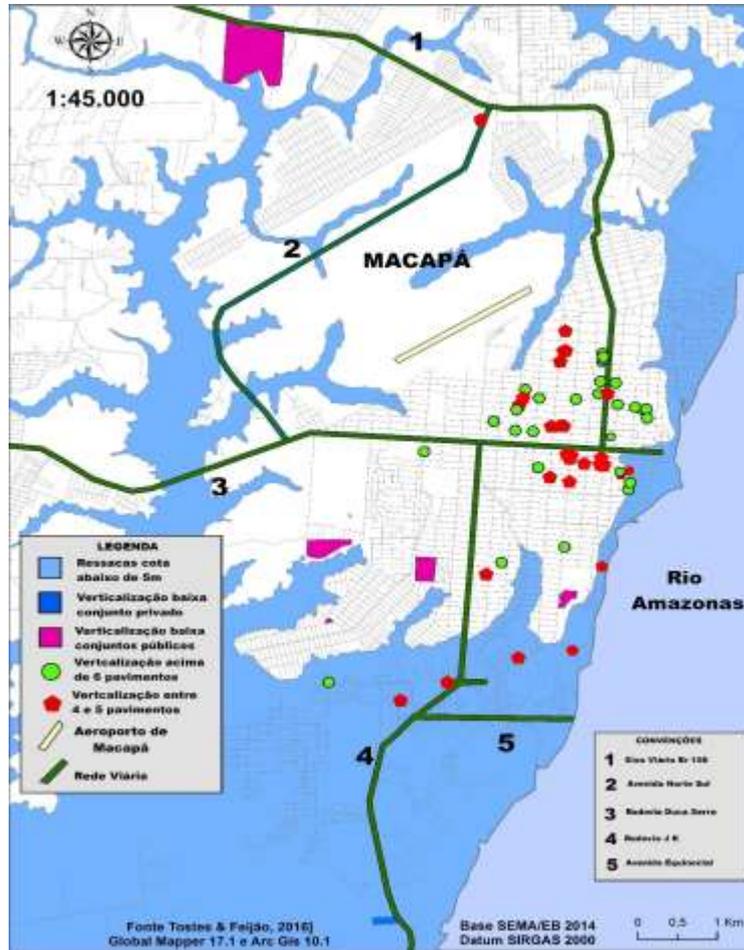
Essas mudanças ocorridas no PDPM, sobretudo no padrão de altura dos edifícios, são fatores primordiais na contribuição para as intervenções imobiliárias, visando a dinâmica do desenvolvimento sob a ótica da Verticalização Média e Alta na área central e bairros adjacentes. Essas modificações que visam principalmente o interesse dos agentes privados, ou seja, interesses imobiliários, acabam por colaborar no surgimento de espaços segregados na malha urbana, onde uma parte da população é excluída devido aos valores exacerbados desses imóveis. Portanto, esse é o cenário que a desigualdade socioespacial começa a se fazer mais visível na cidade.

A verticalização é um fenômeno inevitável da modernidade, pois trata-se de um processo urbanístico que permite a multiplicação do solo gerando lucros cada vez maiores, conforme a valorização da área, geralmente localizadas em áreas centrais. Estes espaços são apreciados pelo valor de mercado na maioria das vezes elevado, influenciados pela infraestrutura já existente. Segundo Silva (2017, p.92) no caso de Macapá, "a escolha dessas áreas para verticalização parece levar em consideração alguns elementos, como a presença e beleza cênica do rio Amazonas, presença de infraestrutura na área e o fato de parte dessas áreas ser de interesse do capital".

Observa-se a partir do Mapa (8) que a verticalização já se apresenta como parte da paisagem do espaço urbano na cidade de Macapá, a repercussão desse processo destaca-se na região central de Macapá, área considerada "nobre". O cenário do antigo Território onde o edifício escolar do Colégio Amapaense era destaque por sua infraestrutura com seus quatro andares, atualmente apenas configura-se como símbolo histórico da arquitetura local. E em seu

entorno os novos prédios destaques em verticalização alta estão localizados, sendo estes facilmente percebidos na paisagem da cidade.

Mapa 8: Ordenamento da verticalização na cidade de Macapá



Fonte: Tostes (2019).

O rio Amazonas faz parte deste cenário, contribuindo com sua beleza cênica para enaltecer mais ainda os valores do solo urbano nessa região. Cabe ressaltar que a verticalização, torna-se exponencialmente visível na configuração da paisagem, no entanto, não significa que a cidade dispõe de uma infraestrutura adequada, que por sinal deveria acompanhar de maneira igualitária o gradual crescimento dos números de edifícios construídos. Dessa forma, serão destacados três edifícios construídos recentemente os quais são destaques na paisagem urbana de Macapá.

A figura 5 ilustra o edifício da Associação Comercial e Industrial do Amapá (ACIA), localizado na Rua General Rondon com a Avenida FAB, no bairro central de Macapá. O empreendimento era um anseio do empresariado local, o qual foi possível a partir de uma parceria da ACIA com a Construtora ICON.

O acordo consistiu na cessão do terreno pela Associação Comercial e o compartilhamento dos espaços com a Construtora. Projeto este que viabilizou a construção desse edifício em um dos cenários mais históricos de Macapá, construído com 18 andares, mudando visivelmente o cenário urbano da avenida FAB, conhecida pela concentração de prédios públicos dos três poderes, como Tribunal de Justiça do Amapá, Palácio do Setentrião e Prefeitura de Macapá (BARBOSA, 2018).

Figura 5- Vista em perspectiva do Edifício ACIA



Fonte: Barbosa, B. (2018)¹⁹.

A figura 6 ilustra o edifício Residencial Costa Norte que se encontra em fase de construção. O prédio tem 22 andares e localiza-se na Rua São José, número 1524, bairro Central, à 150m da Beira Rio, conhecida antigamente como Praça Zagury que é uma praça ventilada e um dos principais pontos turísticos da cidade de Macapá nas margens do Rio Amazonas onde é possível ser avistado do 19º andar do edifício Residencial Costa Norte. Os valores entre 700.000 a 850.00 estão sendo divulgados por algumas corretoras de imóveis. Todavia, é possível perceber que alguns imóveis têm valores elevados, tornando-se privilégio de uma única classe social.

¹⁹ Disponível em: <https://www.cleberbarbosa.net/primeiro-arranha-ceu-da-avenida-fab-sera-inaugurado-em-setembro/>. Acesso em 27 de setembro de 2019.

Figura 6- Vista em perspectiva do edifício Residencial Costa Norte



Fonte: Vales (2019)

A figura 7 é a vista em perspectiva do edifício Oficce Araguay Business Center endereço: AV. Duque de Caxias número 1129, Bairro Central. Próximo ao Tribunal de Justiça e Ministério Público da cidade de Macapá-AP.

Figura 7- Vista em perspectiva do edifício Oficce Araguay Business Center



Fonte: Vales (2019)

A figura 8 ilustra novos empreendimentos verticais que estão em fase de construção, prestes a serem concluídos, configurando a paisagem do espaço urbano da cidade.

Figura 8- Empreendimentos verticais em fase de construção



Fonte: ICON construtora (2019)²⁰.

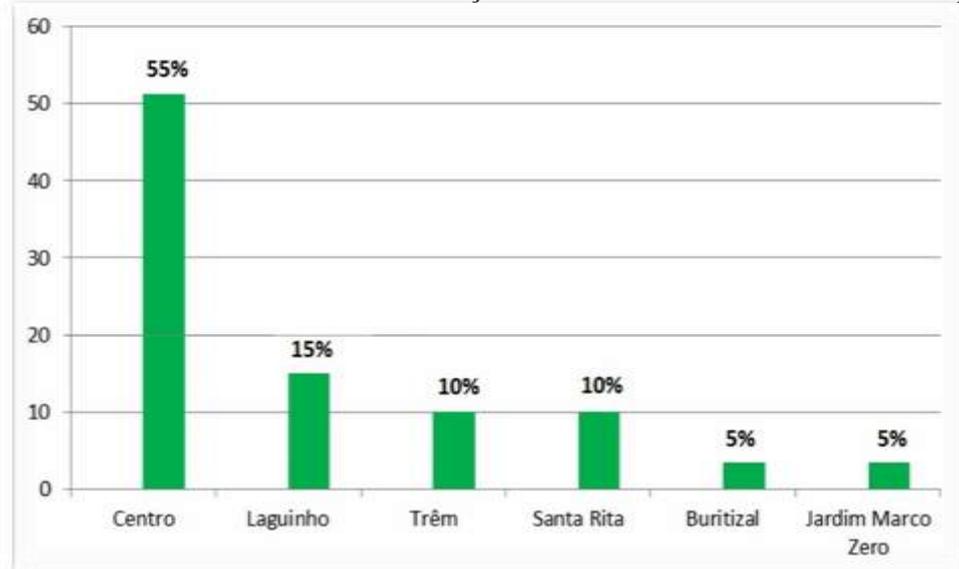
Os empreendimentos destacados nas figuras revelam a forma como vem ocorrendo o processo de aplicabilidade da verticalização a partir do processo de reestruturação urbana. A aplicabilidade da verticalização no centro da cidade de Macapá foi dinamizada por alterações no plano diretor que atualmente esgotou o prazo e necessita atender a obrigação legal de elaboração ou adequação para a atual realidade. Sabemos que, a cidade de Macapá integra o projeto chamado “Macapá 300 anos” que busca solucionar diversos entraves a partir de potencialidades, selecionando vários trabalhos científicos com o objetivo de obter dados coletados com a proposta de contribuir com planejamento e o desenvolvimento da cidade ao curto, médio e longo prazo.

Percebe-se que a predominância da verticalização Média e Alta está concentrada no bairro Central (Gráfico 1), no entanto, cabe ressaltar que o adensamento da verticalização nesta área apresenta impactos urbanos agregado às questões de mobilidade, acessibilidade, saneamento e infraestrutura, verificando-se que população do seu entorno é quem mais sofre com as consequências, e que o descaso quanto a estes aspectos reforçam que o cumprimento da função

²⁰ Disponível em: <http://iconconstrutora.com.br/>. Acesso em: 24 de setembro de 2019.

social da população é insignificante quando se fala do Plano Diretor "Participativo" de Macapá, que embora apoie a ideia de ser participativo é perceptível sua ineficácia neste quesito.

Gráfico 1- Percentual de verticalização Média e Alta nos bairros de Macapá



Fonte: Tostes; Feijão (2018).

5.1.2 As novas dinâmicas urbanísticas de Macapá

Conforme afirmam os autores já citados na seção 3, como: Amado (2004) Monte-Mór (2006), Lefebvre (2006), Cunha (2008), dos quais concordam que a cidade é indissociável dos seres que a habitam, e que o urbano sofre constantes transformações, sendo estas concretas ou não, visíveis ou simplesmente sensitivas. De modo, que se faz necessária a reflexão sobre as questões de infraestrutura necessária onde o cidadão resida, e não somente nos centros mais bem valorizados, atendendo por meio de planejamento a necessidade e anseio de toda a população. Assim,

O governo do então Território do Amapá começou a investir em habitações formais, na década de 1980, privilegiou o funcionalismo público, dando início à construção dos conjuntos habitacionais na cidade de Macapá, as linhas de financiamentos com a gestão da Caixa Econômica Federal. Um dos primeiros conjuntos habitacionais implantados neste período foi denominado de Cabralzinho, localizado na zona oeste da cidade, seguido de outro conjunto Laurindo Banha, localizado no bairro dos Congós e do Conjunto Boné Azul, na zona norte, as margens da BR-210 (TOSTES, 2016, p. 9-10).

Segundo Silva (2017, p. 61) "observa-se que o maior crescimento da malha urbana da cidade ocorre entre 1973 e 2004, período correspondente a 15 anos de administração do governo do Território Federal e outros 15 de vigência da estadualização", o espaço urbano sofreu

diversas transformações, entre criações de novos bairros e expansão de seu território de forma desordenada. No entanto, uma observação mais atenta do conjunto da cidade permite uma representação atual das novas dinâmicas urbanísticas que surgiram após se passarem 15 anos da elaboração do PDPM, em 2004, principal instrumento da política urbana.

Apesar da verticalização ser idealizada como edifícios cada vez mais altos e tecnológicos, é possível identificar o uso dessa multiplicação do solo também em moradias populares. São conjuntos habitacionais provenientes da iniciativa pública pelo Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV²¹, com o objetivo de diminuir a falta de moradia da população carente.

Também se nota o adensamento na zona central pelos empreendimentos de alto padrão, destacando a verticalização alta. Além de identificar as ações da iniciativa privadas, os empreendimentos imobiliários, dos quais esses loteamentos fechados²² causam um forte impacto localizando-se as margens das rodovias Duca Serra, Rodovia JK e AP 210. A exemplo disso os autores Tostes, Souza e Ferreira (2015, p.155), descrevem que:

A Rodovia JK caracteriza-se principalmente por seu uso residencial e institucional, muito diferente das características existentes no final da década de 1980, quando seu uso era basicamente de lazer. Atualmente, apesar do uso ainda ser secundário, vem intensificando seu uso comercial com a implantação do Shopping Amapá Garden. Já na Rodovia Duca Serra, nas duas últimas décadas, ocorreu a intensificação do seu uso residencial, institucional e comercial.

Apesar dessa transformação na configuração da cidade por meio da habitação social e interesses comerciais do solo urbano, a principal finalidade da construção dos conjuntos habitacionais não teve êxito, o de contribuir para a diminuição das ocupações das áreas úmidas. Percebendo-se que os agentes públicos não se preocuparam, ou falharam, em desenvolver uma política urbana eficaz sob o viés do gradual crescimento da população, preocupando-se apenas em sanar problemas atuais, sem um planejamento a longo prazo. E segundo Barquero (2001, p. 206) "A evolução de uma localidade ou região dá-se por meio das decisões tomadas por agentes públicos e privados".

Entende-se que a produção do espaço urbano ocorre por meio da ação de agentes sociais, especialmente os que detêm o capital, visando mudanças de ordem estrutural e social no ordenamento espacial da cidade. Nessa produção, a verticalização abrange diversos aspectos

²¹ Criado pelo Governo Federal em 2009, agrega diversas operações de financiamento habitacional de interesse social.

²² Conforme Silva (2017) após 2010 surgiram os loteamentos fechados e condomínios, em terras que antes eram consideradas rurais, no período de 1980 a 2010. Onde tudo indica que essas terras, com alguma ou nenhuma atividade rural, estavam sendo reservadas com a intenção de se utilizar em um momento mais lucrativo.

é resultado das transformações sociais e sua imagem refleti o processo de urbanização, interligando sempre o presente ao passado.

Na cidade de Macapá, o processo de verticalização obedece a um apelo econômico, onde as mudanças no padrão da altura dos prédios é um fator emblemático, e ocorreu de uma gestão municipal para a outra. Essa mudança no padrão de altura dos prédios (Tabela 3) atraiu construtoras e inevitavelmente aumentou o número de contratados no setor da construção civil.

Tabela 3 –Número de contratados no setor da construção civil no Amapá no período de 2007 a 2016

CONTRATAÇÕES NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL		
ANO	NÚMERO DE CONTRATADOS	TOTAL
2007	4.084	4.084
2008	3.257	3.257
2009	3.705	3.705
2010	4.618	4.618
2011	6.454	6.454
2012	6.366	6.366
2013	7.320	7.320
2014	8.826	8.826
2015	5.959	5.959
2016	5.056	5.056
TOTAL GERAL:	55.645 (CONTRATADOS 2007-2016)	

Fonte: Adaptado de dados do RAIS/IBGE.

A tabela demonstra os números relacionados à contratação no setor da construção civil, no período de 2007 a 2016. Que refleti o adensamento da verticalização na cidade de Macapá. Entretanto,

A realidade retrata a abstração contrária daquilo que deveria ser a cidade considerando tal descrição. A dominação da lógica capitalista subordinou espaço urbano ao valor de troca e transformou a cidade no mecanismo de uso do capital que a molda de acordo com seus próprios interesses (TOSTES, 2018, p. 21).

Vale ressaltar, que em 2008, tinha-se um total de sete unidades de imóvel com alto adensamento, em 2010 aumentou para 16 unidades, ou seja, mais que o dobro em dois anos, indicando um acelerado processo de verticalização. Contudo, seguindo o pensamento do autor Ascher (2010), onde a ausência de sincronia entre o significativo crescimento da verticalização e a infraestrutura ao seu entorno, refletindo a ideia de constantes transformações. Os prédios em Macapá não desfrutam de um crescimento simultâneo da infraestrutura, como saneamento básico, asfaltamento, melhorias do atendimento e equipamentos do Corpo de Bombeiros.

Os entraves criados pela verticalização sem uma infraestrutura adequada afetam diretamente as populações no entorno dessas construções. Esse fato demonstra, em primeiro lugar, uma discrepância com o que determina o Plano Diretor (2004) de Macapá; pois, segundo esse plano, o adensamento de edificações deve estar condicionado à implantação da infraestrutura urbana. Outro aspecto observado é a pouca participação popular, que tem sido, cada vez mais ausente do Planejamento Urbano de sua cidade, pois o plano reforça ser participativo, então, deveria realmente haver participação da população nesse planejamento. Nesse sentido,

A verticalização em Macapá em sua maioria se traduz em empreendimentos que segregam o espaço urbano por serem projetos isolados e não reproduzirem a integração entre a cidade e o edifício. O problema em si não está na verticalização, mas em como ela está posta, priorizando o caráter físico da maior fração do solo e negando o direito à cidade (TOSTES, 2018, p.28).

Conforme Monte-Mór (2006) a necessidade da sociedade de ter um futuro moderno, que estima ser algo melhor, é atrelado a urbanização. E quando se imagina a modernidade ligado a urbanização, logo idealizamos uma cidade repleta de prédios, os mais altos prédios. Contudo, é evidente que a verticalização traz uma via de mão dupla do que representa para a cidade. Se nós fecharmos os olhos no que envolve fatores sociais, vamos ter uma visão equilibrada, pois a cidade pode ser vertical, mas, devemos destacar os pontos positivos e os adversos que precisam ser corrigidos.

Em concordância com as ideias de Tostes²³, o qual afirma que a verticalização alta e média vem transformando rapidamente o ambiente construído no entorno dos novos prédios, notando-se o aparecimento de novos pequenos empreendimentos na área central. Além de considerar a verticalização alta, até 22 pavimentos, exorbitante para Macapá que tem características de um corpo hídrico. Além de avaliar a verticalizações baixa, mais precisamente, os conjuntos habitacionais de interesse social, como um elemento que descaracteriza os residentes, onde não tem uma infraestrutura básica ou condições de acessibilidade e mobilidade, e ainda se diferem da paisagem.

²³ O espaço construído na cidade de Macapá entre 1943-2018, autor Jose Alberto Tostes, artigo publicado em 5 de maio de 2019, em <http://josealbertostes.blogspot.com.br> – acessado 07/08/2019 às 22:15h

5.2 ANÁLISE DA VERTICALIZAÇÃO SOB A ÓTICA DOS AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS

As compreensões da realidade do desenvolvimento da urbanização, por meio das análises dos processos de produção do espaço urbano em Macapá, são de fundamental importância para se compreender a atual fase da sociedade Amapaense, no sentido de compreender as relações sociais, econômicas, espaciais e dinâmicas que conduzem a produção das atuais espacialidades urbanas, em especial no tocante ao papel do planejamento urbano. Por isso, as entrevistas com os principais atores atuantes na transformação socioespacial e no desenvolvimento urbano da cidade de Macapá, como os agentes públicos e privados, são de suma importância para a compreensão do atual conjunto da cidade.

As entrevistas foram realizadas com quinze entrevistados, os quais tiveram a oportunidade de falar da sua atuação no seu cargo e função de competência, o olhar de cada um que se depara com a atual realidade nos seus setores e como eles analisam a verticalização. Houve uma aplicação de um formulário para guiar os entrevistados, sendo que alguns optaram por responder de modo livre, como em uma conversa aberta e outros responderam de acordo com o questionário.

O objetivo é refazer uma trajetória histórica e lembrar sobre os episódios que envolvem o desenvolvimento da urbanização, dos quais os entrevistados tornam-se intermediadores na constituição da memória, refletindo sobre acontecimentos antes menosprezados. Destacando a reflexão sobre o papel e a importância do Estado na produção do espaço urbano via implementação de planos, projetos e leis, que ajudam na produção de espacialidades singulares. Assim como a influência direta dos agentes privados, principal interessado sobre essas dinâmicas.

5.2.1 A visão dos entrevistados a respeito da verticalização na cidade de Macapá

A subseção ora em evidência, ressalta as entrevistas com as construtoras, imobiliárias e o poder público que são os órgãos públicos (2019). Nesta etapa do trabalho, buscou-se evidenciar o olhar e a análise da aplicabilidade da verticalização de cada entrevistado que se depara com a atual realidade nos seus setores. O estudo foi, então, seccionado em quatro: o primeiro traz a verticalização e o desenvolvimento; o segundo descreve a verticalização e a infraestrutura; no terceiro constam as análises da verticalização e os projetos; no quarto tem como proposta enfatizar a verticalização e o plano diretor.

Para a seleção dos entrevistados se aplicou o conceito de informante-chave, este conceito consiste na utilização de informações repassadas por pessoas que detêm certas informações consideradas valiosas “seja por sua especialização no problema ou campo de consulta, seja por sua vivência ou experiência cotidiana do aspecto que se quer consultar” (SEPÚLVEDA, 2005, p. 223). Seguindo esse contexto, serão apresentados no quadro 9, uma relação conforme as entidades vinculadas, cargos, nomes e objetivos de cada entrevistado.

Quadro 9- Relação dos Participantes e os eixos temáticos

Nº	ÓRGÃO	PARTICIPANTES	EIXO TEMÁTICO
1	SIDUSCON	Glauco Mauro Cei	<ul style="list-style-type: none"> ● Verticalização ● Desenvolvimento
2	SINE	Junior Braga	
3	SOTECC	Elilson Mendonça	
4	VEX COSNTRUÇÕES	Nelson da Conceição	
5	CAU	Sérgio Magalhães	<ul style="list-style-type: none"> ● Verticalização ● Infraestrutura
6	CAESA	Demétrio Celestino	
7	UNIFAP	Profa. Dra. Eliane Cabral da Silva	
8	CREA	Alan Rodrigues	<ul style="list-style-type: none"> ● Verticalização ● Análises dos Projetos
9	SEMDUH	Eumenides de Almeida Mascarenhas	
10	SEMAM	Gualberto da Silva	
11	CBM -Corpo de Bombeiros	Coronel Augusto	
12	TÉCNICO EM REDE DE GÁS CANALIZADO	Heller Baia Nogueira	
13	CEA	Edinaldo dos Santos	
14	UNIFAP	Prof. Dr. Jadson Porto	<ul style="list-style-type: none"> ● Verticalização ● Plano Diretor
15	Ex Prefeito de Macapá	João Henrique Pimentel	

Fonte: Vales (2019).

Alguns entraves foram percebidos durante a busca desse material, sendo assim, não houve sucesso ao tentar a aplicação da entrevista com a empresa ICON- Construtora e Incorporados, apesar de diversas tentativas a empresa não aceitou a aplicação de formulários ou entrevistas. A empresa conforme Eumenides de Almeida Mascarenhas²⁴ afirma, é uma, das três empresas que mais constroem edifícios em Macapá, de acordo com a regularização dos prédios na SEMDUH. A participação de uma das grandes construtoras é retratada como uma ausência respeitável para se obter uma visão a partir dos agentes privados, no entanto, os quinze entrevistados foram de extraordinária valia.

A verticalização gera desenvolvimento por meio da construção de edifícios, alguns argumentos são citados, tais como: o aumento de empregos no setor da construção civil e novos

²⁴ Diretor do departamento de controle urbano da SEMDUH.

curso para a qualificação dessa mão de obra, a economia de custos para os agentes públicos e a tecnologia advinda com o processo da verticalização.

Assim, utilizando o conceito formulado por Ascher (2010), a falta de sincronia dos ritmos entre o crescimento da população e a infraestrutura, onde a população aumenta cada vez mais rápida e a infraestrutura segue em um processo de crescimento demorado, demonstra as transformações constantes da cidade e sociedade.

Lembrando, que a cidade e a sociedade são inseparáveis e que o urbano tem temporalidade indeterminada, segundo Lefebvre (2006). Pois como afirma Sposito (1988), a cidade é consequência da urbanização, que reflete seu passado no presente.

Dessa forma, percebi que a infraestrutura da cidade não está crescendo em conformidade com os edifícios. Essa falta compatibilidade de investimentos na infraestrutura na mesma proporção da verticalização evidencia que os agentes públicos estão falhando na sua gestão, em se fazer cumprir o que diz o plano diretor em relação ao planejamento urbano. Também foi perceptível nas falas de todos os entrevistados que o planejamento deve ser pensado visando o futuro, a situação atual é analisada e repensada de maneira ordeira para se conseguir melhorias desejadas. Sobre a discussão da verticalização e o desenvolvimento afirmam a SIDUSCON, SINE/AP, SOTECC- Construções e topografia, VEX- CONSTRUÇÕES,(2019):

Desenvolve-se o crescimento regional e a inclusão de novas tecnologias, gera menos custo em infraestrutura para o poder público, tornando-se uma tendência em todas as cidades, no entanto, para verticalizar é necessária uma ordenação do território de forma adequada e organizada, sendo a prefeitura o órgão responsável por executar as regras referentes à verticalização de empreendimentos, sejam estes privados ou públicos. Na cidade de Macapá somos uns dos últimos brasileiros a adotar a verticalização, existe locais onde a verticalização é feita desordenada e causando problemas, deve-se ter a preocupação com a circulação do vento, respeitar os limites da zona que não podem ter edifícios, caso contrário teremos a temperatura climática alteração que é provável que toda e qualquer empreendimento pode ter um impacto ambiental e os projetos criados visam mitigar o máximo possível e tudo deve ser bem planejado (PRESIDENTE DO SIDUSCON, entrevista realizada em 16/04/2019).

Com a verticalização passamos a ter a imagem de cidade moderna. E evidencia-se a taxa de crescimento empregatício no setor de construção civil, tornando-se uma das áreas em destaque. Vale destacar o ano de 2018, onde cursos foram oferecidos com parceria do SENAI, foram seis cursos onde em média trezentos trabalhadores foram capacitados. O governo cumpriu seu papel no que diz respeito a desempenhar políticas públicas, incentivando a instalação de empresas e qualificando profissionalmente a mão de obra. Infelizmente esse ano que tivemos um percentual de desemprego igual de Manaus, somos um espaço territorial pequeno, não temos grandes indústrias, vivemos basicamente da economia do contracheque onde o servidor público que sustenta o comércio no período de pagamento, para mudar esse cenário colocamos as nossas expectativas em setores indústrias e na verticalização para desenvolver o mercado econômico da região (GERENTE DO SINE/AP, entrevista realizada em 28/03/2019).

Anteriormente não ocorria a expansão da verticalização devido à falta de diretrizes apropriadas, todavia, atualmente este cenário foi modificado e a construção de edifícios com padrão de verticalização alta já é possível. Comparado a outros centros urbanos, como por exemplo, Belém, nota-se o aumento de rede de hotelarias que configuram o conjunto da cidade, incentivados pelo desenvolvimento do turismo. Já em Macapá, percebe-se uma reduzida rede de hotelaria instaladas

na cidade (TOPOGRAFO E TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES DA SOTECC - Construções e topografia, entrevista realizada em 28/04/2019).

Podemos afirmar que a verticalização gera desenvolvimento, através das construções de prédios, pois permite contratar trabalhadores e aumenta significativamente o número de empregos no setor da construção civil, e esse avanço na construção civil vem aumentando cada dia mais. A empresa VEX sempre gostou do ramo de incorporação, fazemos prédios comerciais ou prédios habitacionais e não recebemos ajuda do poder público, na construção civil temos altos e baixos, mas não podemos deixar de afirmar que gera desenvolvimento porque tem período que é necessário contratar bastantes profissionais e tem período que é necessário reduzir, depende muito da expansão do mercado (REPRESENTANTE DA VEX-CONSTRUÇÕES, entrevista realizada em 18/02/2019).

Contudo, como se observa pelos depoimentos acima a verticalização já é um elemento visível na cidade de Macapá, gera emprego e renda na construção civil no entanto, alguns aspectos como a sobrecarga na infraestrutura, acarretado pela contribuição do uso da verticalização, devem ser discutidos a fim de se garantir uma qualidade de vida urbana. Em termos de sistema viário, mobilidade, e saneamento, ainda são poucos os investimentos.

A porção central da cidade de Macapá, apesar de possuir rede de esgoto primário está ficando cada vez mais precarizada com o aumento dos números de prédio, o governo estadual e o governo municipal precisam se adequar à nova realidade e investir no aumento da rede de esgoto atual para que não fique no limite e entre em colapso, portanto a gestão pública precisa criar, planejar e executar os projetos visando a qualidade de vida urbana. A fala dos entrevistados abaixo ilustra as implicações do processo de verticalização no conjunto de infraestrutura da cidade:

No aprofundamento da problematização sobre a verticalização e infraestrutura, trata-se diretamente com a gestão pública, pois não temos um bom coletor pluvial, a nossa rede de esgoto está precária, a distribuição de água não é o suficiente e liberando mais construções verticais a rede de esgoto não suportará a demanda. É necessário que a população Macapaense entre no cenário e se envolva com o planejamento urbano, participe de diversas ações uma delas é o Amapá 300 anos que esse ano começamos a dialogar sobre ele e essa é a oportunidade de tratar sobre o Plano diretor e diretamente trataremos dos problemas da infraestrutura da cidade, a administração pública precisa falar de planejamento urbano, percebemos um verdadeiro descaso com a alteração da paisagem, visivelmente o prédio construído atrás da igreja São José de Macapá tira a beleza da paisagem daquele lugar que é nosso patrimônio histórico e ficou desarmônico. Não podemos afirmar que o problema é a verticalização, mas podemos tratar da forma como ela está sendo aplicada, então é importante começarmos a pensar no desmembramento setorial, pensar na atual liberação de espaço para a construção de prédios para que não ocorra um desequilíbrio, o nosso problema todo está em algo que eu chamo de conscientização urbana e isso é uma causa de todos (PRESIDENTE DO CAU, entrevista realizada em 21/03/2019).

Desenvolveu-se alguns projetos de recursos sanitários do espaço urbano de Macapá e Santana. Mas, ainda não há um projeto pensando no processo de verticalização, é necessário que ocorra revisão do plano diretor da cidade de Macapá, pensando na construção vertical de forma equilibrada e com um bom planejamento sobre a infraestrutura, por isso as malhas devem ser implantadas de forma setorializadas para que não ocorra prejuízo nas áreas periféricas por falta de boa infraestrutura, precisamos sempre acompanhar o que está posto no Plano Diretor da cidade de Macapá, ele tem informações de retro regulação, ele é um organismo vivo que faz todos os setores se ligarem como uma engrenagem com um único objetivo atender a população (ENGENHEIRO CÍVIL DA CAESA, entrevista realizada em 05/02/2019).

Os impactos mais diretos estão na infraestrutura e que ocorre na área central, os prédios usufruem do esgoto primário e o fator de ter esse enobrecimento deve-se ao urbanismo, observa-se que sem grandes estudos e pesquisas que a tendência é intensificar o interesse imobiliário necessitando de um melhor planejamento no setor da infraestrutura da capital (PROFESSORA DA UNIFAP- GEOGRAFIA- Profa. Dra. Eliane Cabral da Silva, entrevista realizada em 12/02/2019).

Percebe que o posicionamento do CAU, CAESA e UNIFAP- GEOGRAFIA expõe a questão ao desenvolvimento da infraestrutura, sendo um dos grandes impactos da verticalização e está a problemática, não só da própria verticalização ou o seu adensamento, mas também de não existir projetos de infraestrutura pensados na verticalização ainda, em questões de água e esgoto. Sendo que as áreas mais centrais, geralmente são as mais valorizadas por já possuir uma infraestrutura, facilitando a inserção da verticalização, principalmente a verticalização alta.

Outro aspecto importante declarado por alguns entrevistados foi às análises para a aprovação dos projetos de verticalização dependem da classificação do edifício, ou seja, de acordo com o seu padrão de altura e funcionalidade. A verticalização alta, por exemplo, exige um plano de estudo de impacto de vizinhança, o EIV, sendo este um dos Planos a mais exigidos o diferenciando da verticalização média e baixa. Pois, trata-se de edifícios que exigem mais atenção relacionada à sua segurança devido sua altura, além de ocasionar impactos em seu entorno, trata-se do desenvolvimento do conjunto da cidade, então, deve-se avaliar todo o conjunto. Sobre as análises para aprovação dos projetos para que ocorra a verticalização afirma CREA, SEMDUH, SEMAN, CBM, CEA, TÉCNICO EM REDE DE GÁS CANALIZADO (2019):

O engenheiro elabora um projeto, registra todos os projetos que envolvem uma edificação e assina a RT (Responsabilidade técnica). A prefeitura por meio da SEMDU é a instituição competente para a concessão do alvará onde é feita a análise e a verificação dos projetos se estão em conformidades com as normas municipais para permitir a verticalização alta, que é um número de pavimentos específicos. A fiscalização do CREA como qualquer conselho é cartorial (GERENTE GERAL DO CREA, entrevista realizada em 14/02/2019).

Para a aprovação de projetos para a verticalização são solicitadas as mesmas documentações da construção horizontal, o que muda é a nomenclatura, chama-se pessoa jurídica que é empresa, e o EIV, que é Estudo de Impacto de Vizinhança. Necessita-se também de autorização das concessionárias, no caso a CEA e a CAESA. E o projeto de combate ao incêndio que deve ser expedido pelo setor de projetos do corpo bombeiros. A SEMDUH segue as análises conforme a legislação, por exemplo os afastamentos seguem uma regra no tamanho do lote seguindo o Plano Diretor, temos também um índice para calcular a verticalização baixa, média e alta e esses parâmetros são atendidos conforme vamos fazendo as nossas análises e deixando algumas observações. No ano de 2004 a SEMDUH obteve mais processos do que anos anteriores e isso ocorreu devido a aprovação da verticalização no Plano Diretor, nos anos de 2011 tivemos muitas demandas também e 2014 também alavancou foram em média 109 ou mais documentos para análises e 2017 também subiu a somatória para 115, com isso podemos observar que o Plano Diretor precisa ser revisado, porque é ele que norteia todo o nosso trabalho e aumenta as demandas conforme as suas alterações para a construção, atualmente começou o processo de metropolização e devemos estar preparados e atualizados para novas demandas (CBM) (DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO DA SEMDUH, entrevista realizada em 05/02/2019).

Fiscaliza-se a obra, e a licença que é dividida em três: licença prévia, de instalação e de operação, logo em seguida solicitamos um Plano de Resíduos Sólidos para saber o destino final do entulho que gerado durante a construção e por fim, depois de tudo analisado e acesso no projeto expede-se

o EIV (Estudo de Impactos de Vizinhança) (RESPONSÁVEL PELO SETOR DE ELABORAÇÃO, ANÁLISE E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DA SEMAN, entrevista realizada em 26/02/2019).

Para a verticalização apresenta-se projeto de combate e prevenção de incêndio, é obrigatório a apresentação do projeto para as edificações acima de 750m². Se essa edificação passar de mil e duzentos metros quadrados ou altura superior a 10 metros, é necessário outro tipo de projeto que agreguem hidrantes de parede, mas SPDA central de GLP, então, isso é analisado cada caso e avaliados separadamente. Pois, os equipamentos de combate ao incêndio são de valores elevados e mesmo que houvesse o recurso financeiro os veículos são largos e a grande parte das ruas da cidade de Macapá são estreitas o que dificultaria ou impossibilitaria a locomoção. Outra dificuldade enfrentada é a falta de equipamentos para incêndios de alto porte, por isso solicitamos projetos que mostrem que os prédios têm autonomia e sabem como evitar os sinistros e tem sistemas de combate ao incêndio ou dão conta de garantir a segurança das pessoas pela parte interna dos prédios. Todos os estabelecimentos, todas as edificações necessitam de projetos, de vistorias e análises para conseguirem o alvará de vistoria do corpo de bombeiro solicitado pela prefeitura (CORONEL DO SETOR DE PROJETO DO CMB, entrevista realizada em 07/02/2019).

Seguindo as normas necessita-se de três vias do projeto, com essa documentação surgir a viabilidade técnica que serve para saber se a concessionária consegue atender a demanda para as edificações, e planejando ao mesmo tempo para a previsão de carga futura. O projeto é diferenciado para o consumidor que solicita uma demanda alta, as residências pequenas não precisam solicitar a viabilidade técnica, então, a verticalização entra na demanda do grupo A nas normas da CEA e sem dúvidas o valor encarece para o morador dos prédios, dependendo da demanda que foi solicitada (AUXILIAR DE OPERAÇÕES DE ENGENHARIA DA CEA, entrevista realizada em 07/01/2019).

A utilização de gás de cozinha tem uma especificidade, é feito um projeto isolado que pensa na segurança do morador. Tem edifícios em Macapá que a instalação é toda embutida na parede, observa-se então o avanço da tecnologia, e essas tubulações utilizam a rede principal que é feita todo aparente por fora dos prédios, e a partir das ramificações dentro do apartamento é possível utilizar o gás de cozinha, e toda essa tubulação adequada segue normas da ABNT, pois todas essas redes de gás é fiscalizada pelo corpo de bombeiro, eles exigem a ART de montagem e o teste de estanqueidade para verificar se existe algum vazamento, esse processo de utilização de gás diferenciado nos prédios faz parte da vida dos moradores pois são eles que pagam uma taxa mensal para a utilização do gás de cozinha, esse processo específico exigido serve para garantir a segurança, caso ocorra um incêndio sabemos que o corpo de bombeiro dificilmente conseguirá ter sucesso por falta de equipamento adequados para grandes incêndios, por isso eles exigem do proprietário esse cuidado com a utilização do gás de cozinha nos prédios que é feito por canalização (TÉCNICO EM INSTALAÇÃO DE GÁS CANALIZADO, entrevista realizada em 21/02/2019).

A questão referente ao cenário que abrange a verticalização no espaço urbano de Macapá demonstra que quando se constrói um edifício, multiplica-se o solo e a quantidade de famílias que habitarão na mesma área, percebe-se que a demanda por abastecimento de água, energia, sistema de esgoto, serão intensificadas. Então, os órgãos do município devem avaliar esse impacto urbano que essa construção causara, verificando a segurança local. Atualmente, o PDPM completa quinze anos de vigência, e mesmo assim é possível notar a falta de infraestrutura no conjunto da cidade.

De acordo com Tostes (2018) os projetos relacionados à verticalização não foram avaliados de maneira adequada nas vertentes ligadas aos fatores do adensamento populacional, disposições de resíduos e abastecimento de água, energia e alterações microclimáticas, ou as limitações visuais da paisagem urbana, e a conexão com a vizinhança e seu entorno.

Dessa maneira, cabe aos responsáveis pelo empreendimento, os responsáveis técnicos pela obra e a prefeitura atuarem de maneira interligados, para que se possa, por tanto, não somente defender o capital privado, mas a cidade deve ser prioridade, e deve ser planejada em sua totalidade. Macapá necessita de projetos direcionados ao bem-estar da sociedade, com infraestrutura pública de serviços, o conjunto da cidade deve ser percebido nos projetos de verticalização.

O crescimento da cidade sem um devido planejamento pode ocasionar sérios problemas para a qualidade de vida urbana. A verticalização é pensada como estratégia de solução de um problema, porém, as consequências do adensamento da vertical são deixadas de lado. Macapá vive um processo de crescimento vertical cada vez mais acelerado, onde o setor privado é destaque em empreendimentos verticais habitacionais, ocasionando impactos urbanos que necessitam de uma nova modelagem da infraestrutura da cidade.

Deve-se considerar também que a verticalização em Macapá inicia-se por meio do Residencial Turmalina, que possui 10 andares, considerado um marco propulsor para o processo de verticalização. E quando se fala em verticalização, conseqüentemente, vincula-se uma conexão com o Plano Diretor. E o ex-prefeito da cidade de Macapá, João Henrique Pimentel, gestor atuante no período de elaboração do PDPM em 2004, esclarece que o plano diretor é democrático a ponto de ter um conselho de gestão, que não perdurou até os dias atuais e que se os gestores utilizassem o PDPM como base, a cidade seria melhor planejada.

Além disso, também preconiza sobre a distribuição espacial das áreas da cidade e das atividades econômicas do território sob sua área de influência. Vale ressaltar que o Plano Diretor defende que em seu planejamento deve haver uma gestão democrática por meio da população e de associações representativas dos diversos segmentos da sociedade (BRASIL, 2008). Como relata os entrevistados sobre a aplicabilidade da verticalização na cidade de Macapá e o plano diretor:

A verticalização começa com a construção do prédio Turmalina Residence de 10 andares, para os padrões da época que foi construído, esse foi o primeiro prédio alto. No Estado do Amapá o comportamento da estadalização não foi o processo de crescimento natural, mas foi sentado em expectativas, como exemplos temos a expectativa do agronegócio, a expectativa da geração de energia elétrica a expectativa do Amapá estado. No plano diretor não se leva em consideração a conurbação de Macapá, Santana Mazagão, da mesma forma que é necessário lembrar que plano diretor mudou para atender uma rede hoteleira na cidade de Macapá e que até hoje não passou por uma revisão (PROFESSOR DA UNIFAP-GEOGRAFIA-Prof. Dr. Jadson Porto, entrevista realizada em 12/02/2019).

O plano diretor é uma base, um guia de instrução para o gestor. No plano diretor encontra-se questões acerca de mobilidade, de meio ambiente, água, drenagem, resíduos sólidos e os desdobramentos do uso e ocupação do solo. A verticalização surgiu do planejamento urbano, que definiu na Orla o gabarito de 12 metros sendo que numa escala bem pequena, aumentando esse gabarito na direção do centro da cidade. Observa-se o prédio do Hotel Ibis, o qual não era para ser daquela altura, era

para ter apenas cinco andares, contudo foi alterado o plano diretor para 7 e 8 andares para atender uma particularidade porque o prédio já estava construído, surgiram muitas críticas na época, pois a verticalização impermeabiliza a área, desmata, forma ilhas de calor por isso que deve ser planejada e temos o cuidado de não deixar deliberar e ter vários hotéis de vários pavimentos, por isso é importante enfatizar que o plano diretor era burocrático, foi necessário criar o conselho de gestão em Macapá para acompanhar todo trabalho. Agora estamos em outra época, todas as antigas análises e pesquisas, cabiam para aquele atual cenário. A verticalização é boa desde que o planejamento urbano seja bom e as demandas atendidas (EX-PREFEITO DE MACAPÁ JOÃO HENRIQUE PIMENTEL, entrevista realizada em 25/04/2019).

Diante das respostas dos entrevistados o planejamento criado para a ocupação do espaço urbano e que promove o desenvolvimento o Plano Diretor que em suas diretrizes gerais ele versa, entre outros aspectos, sobre: a garantia do direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e serviços públicos.

Todavia, conforme afirma Ferrari Junior (2004, p. 18) "as legislações, os planos e a centralização, no encaminhamento da discussão urbana, não responderam às questões conflitantes dentro do contexto socioespacial e não contribuíram para o acesso ao mercado imobiliário legal". Afinal, conforme o autor Macêdo e Silva (2009) a fragmentação dos espaços na cidade acaba se manifestando justamente nessa desigualdade entre os usos da terra, de modo que a cidade não é conceituada como uma unidade de lugar, mas como o conjunto de lugares, diferentes entre si na sua forma espacial e no aspecto social. Nesse sentido, Batista, Brito e Pantoja argumentam que, "tal plano foi construído apenas para cumprir com as exigências imposta pelo Governo Federal, do que pela necessidade da sociedade macapaense, pois possui diretrizes interessantes, mas não são executadas pelo poder público municipal" (2016, p 51).

Vale ressaltar, que por mais que se busque por meio de políticas urbanas prever a desordem e planejar um futuro melhor para os habitantes, cabe a população reivindicar seus interesses, sua necessidade, e debater as questões da cidade, questões que afetam diretamente ou não, um indivíduo todos os dias. Essa carência de uma participação social refleti a desconexão da população com a cidade, e quando a população não participa das decisões, a cidade torna-se reflexo do que determina o capital (TOSTES, 2016).

A verticalização é uma consequência da solução de problemáticas do adensamento populacional de uma cidade, onde a ação dos agentes modeladores do espaço ocorre, na maioria das vezes, sem um planejamento adequado. A partir desse processo de crescimento vertical, as classes sociais médias e altas apresentam-se como principais consumidores, adquirindo imóveis, para fins habitacionais e comerciais.

Dessa maneira, o adensamento da verticalização não pode ser avaliado como uma significativa melhoria na qualidade de vida da sociedade, pois apenas uma minoria dotada de boa condição financeira desfruta dessa melhor infraestrutura. Havendo, portanto, uma oposição

aos objetivos do Plano diretor de planejar um desenvolvimento que considere os fatores que envolvem questões territoriais, culturais, socioculturais, administrativas e ambientais (BATISTA; BRITO; PANTOJA, 2016).

No caso da cidade de Macapá, é notório no conjunto da cidade essa mudança na paisagem com a verticalização, vista especialmente no centro da cidade, devido a área ser valorizada, possuir transporte público, e a beleza do rio que agrega valor econômico.

Então, o expressivo aumento de grandes edifícios nesse período caracteriza o adensamento dos espaços mais valorizados e mais bem servidos de infraestrutura e equipamentos urbanos, composto pela Praça Beira Rio, os órgãos estaduais, e observa-se as atividades econômicas do setor terciário, comércio, bancos, escritórios e prestadores de serviços variados, nas redondezas dos prédios temos atividades institucionais e de lazer.

Com relação às construtoras envolvidas na produção vertical no centro urbano de Macapá, nota-se que apresentam tempo de atuação variado. Há o que atua com mais tempo, como a VEX-construções, uma empresa que nasceu em 07 de janeiro de 2007. Há outra mais recente como a ICON construção civil e serviços LTDA, que foi fundada em 2015 é uma empresa que atua na construção civil, na manutenção e reforma em geral, e na área de pavimentação, sediada na capital paraense, atuante nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Ceará e atualmente destaca-se com mais prédios construído na cidade de Macapá. Temos também a construtora Zanin e Incorporadora, fundada em abril de 2011 por um casal empresário que passaram a atender o mercado local com a implementação de prédios multifamiliar. E em junho de 2012 a empresa passou a ser administrado por seus filhos que são arquiteto urbanista, engenheiro e corretor (Pesquisa de campo, fevereiro de 2019).

Nesse processo, ampliam-se cada vez mais os agentes na aplicabilidade da verticalização, as empresas citadas buscam formas de ampliar o mercado no setor da construção civil, sendo a verticalização uma dessas formas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na cidade de Macapá, o processo de verticalização obedece a um apelo econômico, em que as mudanças no padrão de altura dos prédios são um fator emblemático e ocorreram de uma gestão municipal para a outra. A modificação no gabarito da cidade torna-se, cada vez mais, perceptível por meio dos elevados edifícios que configuram a paisagem urbana macapaense. Essa mudança no padrão da verticalização atraiu construtoras e, inevitavelmente, aumentou o número de contratados no setor da construção civil, no entanto, observa-se que o espaço urbano se tornou mercadoria, predominando o valor do uso do solo com o objetivo de garantir a acumulação de capital.

Nos últimos anos a verticalização tem seguido uma trajetória de crescimento exponencial, principalmente na área Central da cidade de Macapá. Essa modernidade é impulsionada sob a ótica dos elevados prédios, que persegue uma cidade compacta. Portanto, entende-se que a produção do espaço urbano acontece por meio da ação de agentes sociais, especialmente os que detêm o capital, visando mudanças de ordem estrutural e social na ordenação espacial da cidade.

Sobre a discussão da verticalização, não há como negar que temos pontos positivos e negativos, porque muito embora o produto final venha atender as classes majoritárias, todavia, quando se refere à natureza dos investimentos em infraestrutura urbana, vale ressaltar que o conjunto da cidade é beneficiada, e, portanto, a população. É preciso que se busquem e que se tornem públicos os valores importantes para a população, e, para isso, cabe à democratização das discussões pertinentes ao espaço urbano e ao avanço da verticalização.

A partir do que foi abordado é possível constatar que as mudanças ocorridas nos Planos Diretores de Macapá ao longo dos anos beneficiaram, principalmente, o capital privado. Poucas mudanças foram feitas visando a melhoria da qualidade de vida da população sendo que o Estado é o agente que se destaca por seu papel ambivalente, pois é detentor do controle dos instrumentos de planejamento urbano. Regula, fiscaliza e executa intervenções que modificam a paisagem urbana, um mediador dos diversos interesses da cidade, e apesar de representante do povo, muitas vezes age a favor do interesse privado.

Os objetivos elencados nos quadros foram determinantes para a análise do processo de verticalização na cidade de Macapá, no que diz respeito a perspectiva dos agentes públicos e privados, foram de suma importância para se obter informações exclusivas de forma documental não havendo a possibilidade de pesquisas, tornando as entrevistas um produto relevante para se desenvolver a pesquisa.

Entende-se que o processo da verticalização é importante para a política de urbanização e com o passar do tempo veio tomando força no que se refere o ordenamento e diretrizes do plano diretor. Por isso, compreende-se que a partir do plano diretor houve grandes mudanças e essas mudanças, muitas vezes, ocasionam malefícios a população, um exemplo disso, são edifícios altos demais que acabam causando má circulação de ar e pouco espaço físico, ou seja, edifícios que causam consequências socioambientais.

Alguns fatores positivos devem ser apontados, tais como: o aquecimento do mercado imobiliário, a geração de emprego e renda, o desenvolvimento no setor da construção civil, e por consequência, no setor profissional de engenharia e arquitetura. Todavia, os pontos negativos também são importantes destacar, são eles: imóveis com valores elevados, tornando um privilégio de uma única classe social, aumento dos impactos urbanos, concentração do capital, formação de ilhas de calor, menos visibilidade da paisagem urbana. Enfim, todos são fatores desse processo que se torna cada dia mais inevitável nas cidades, faz parte de uma busca comum por um futuro melhor. É preciso pôr em prática projetos que priorizem a qualidade de vida urbana.

A verticalização é um fenômeno atrelado ao desenvolvimento, no qual, Macapá já está em processo desde 1999, quando o primeiro prédio de 10 andares surgiu, causando a reflexão de um futuro moderno e promissor. Porém, é necessário que os agentes detentores do poder da política de desenvolvimento urbano, tenham a perspectiva de que a cidade é um conjunto, e cresce tanto de forma vertical, quanto horizontal, cabendo aos gestores, e também a sociedade, perceber a cidade em sua totalidade.

Diante do exposto este trabalho de forma alguma pretende finalizar a discussão acerca da temática levantada, pois muitos aspectos não foram abordados na dissertação, como os impactos ambientais, sociais e as modificações climáticas com o uso e ocupação dos solos verticais, embora tenham sido mencionados nas falas dos entrevistados e que não foram contemplados nos quadros e que exigem maior embasamento teórico.

Dessa forma, compreendo que este e outros assuntos serão mais bem aprofundados em pesquisas futuras, essa temática abre diversas possibilidades de investigação, que podem ser realizadas sob diferentes formas de olhar o processo de aplicabilidade da verticalização. Enfim, este trabalho alcançou repostas sobre planejamento e desenvolvimento que ocorre na cidade de Macapá com o processo da verticalização no viés da infraestrutura, análise de projetos, desenvolvimento e plano diretor para o âmbito científico e social.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (orgs.). **Cidades médias: produção do espaço**. São Paulo: Expresso Popular, 2006, p. 71-85.
- AMADO, A, **Preferência pela Liquidez: o Novo Contexto Financeiro Internacional Inviabiliza a Teoria?** Revista de Economia Política, vol. 24, nº 4 (96), outubro/dezembro/2004.
- AMORIM, J. P. A.; PORTO, J. L. R. Organização Espacial da Sub-Região de Macapá, da Gênese a Estadualização. **Revista ACTA Geográfica**. Boa Vista, v.11, n.25, jan./abr. de 2017. pp.17- 39. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5654/acta.v11i25.3203>>. Acesso em: 15 set. 2019.
- AMORIM, J. P. A. **Organização espacial da sub-região de Macapá, na Amazônia Setentrional Amapaense (1990-2015)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, Brasil
- ASCHER, F. **Metápolis ou l’avenir des villes**. Paris: Odile Jacob, 1995.
- AMAPÁ. **Termos de referência para o Plano de Ação Imediata de Macapá**. Macapá: 1943.
- BARCELLOS, P.F.P; BARCELLOS, L.F.P. Planejamento urbano sob perspectiva sistêmica: considerações sobre a função social da propriedade e a preocupação ambiental. **Revista da FAE**. Curitiba, v. 7, n.1/jun. 2004, p. 129-144.
- BATISTA, A. J; BRITO, D. M. C; PANTOJA, G. M. T. O processo de verticalização urbana em Macapá/AP. **Revista GeoAmazônia** – ISSN: 2358-1778 (online), Belém, v. 04, n. 08, p. 46-63, jul./dez. 2016.
- BARBOSA, T.; CARVALHO, J. G. **Os limites do desenvolvimento local: estudos sobre pequenos municípios do interior de São Paulo**. Revista Florestan – dos 95 alunos de graduação em Ciências Sociais da UFSCar. Ano 2. Edição Especial– Maio de 2018.
- BARQUERO, Antonio Vasquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE/UFRGS, 2001. p.23.
- BECKER, B. K. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Revista Parceiras Estratégicas, n. 12, 2001.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 3 ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL; 1985; **Diretrizes para o Desenvolvimento Regional**, Subsídios ao IPND da Nova República; Brasília: Ministério do Interior; 1987.

BRITTO, C. M. **Sustainable community development: a brief introduction to the multi-modal systems method**. Systemic Practice and Action Research, v. 24, n. 6, p. 509-521, 2011.

BRITO, M. A.; NASCIMENTO, J. S.; LIMA, J. E. **Diferenciais de Desenvolvimento Econômico entre os Municípios Brasileiros: uma análise sob o prisma da regressão quantílica**. In: I Circuito de Debates Acadêmicos-CODE, 2017

BATISTA, A. J; BRITO, D. M. C; PANTOJA, G. M. T. **O processo de verticalização urbana em Macapá/AP**. Revista GeoAmazônia – ISSN: 2358-1778 (online), Belém, v. 04, n. 08, p. 46-63, jul./dez. 2016.

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias Empresas e Desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. São Paulo. Atlas, 2001.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 41-51.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato de. **O espaço Urbano**, editora Ática, Série Princípios, 3ª edição, n. 174, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato de. **O espaço Urbano**, editora Ática, São Paulo, 1993.

COLE, H.J. ASSOCIADOS S.A. Brasil. Consultoria de planejamento urbano, arquitetura e turismo. **Documento síntese**, Rio de Janeiro, 1979.

COSTA, A. A. D. **A verticalização e as transformações do espaço urbano de Natal – RN**. 2000. TESE (Doutorado)—Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

CUNHA, E.J.R. **A Natureza do Espaço Urbano: Formação e Transformação de Territórios na Cidade Contemporânea**. Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura da UFMG. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/RA-AO-7EFPDL>>. Acesso em: 19 set. 2019.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisas em turismo**. 4ª ed. São Paulo: Futura, 2000. 286 p.

ESTATUTO DA CIDADE. **Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001**. Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966 e outras...e dá outras providências. Brasília, 2008.

FAÇANHA, A. C. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais da cidade**. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 198.

FERRARI JÚNIOR, J.C. **Limites e potencialidades do Planejamento Urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras**. Estudos geográficos. Rio Claro, v. 2, n.1, jun. p. 15-28, 2004. Disponível em: http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/especializacao/planejamento/arquivos/ferrari_junior_jose_carlos.pdf. Acesso em: 18 nov. 2018.

FERREIRA, J. F. C.; SOUZA, A. C. M.; TOSTES, J. A. **O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil)**. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, v.8, n.2, p.149-167, jul./dez. 2015.

FREITAS, T. M.; FERREIRA, C.L. **A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama - DF**. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. In: 1º Circuito de Debates Acadêmicos - II Conferência do Desenvolvimento, 2011, Brasília DF. I Circuito de Debates Acadêmicos, 2011.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Relatório anual 1976**. Disponível em: portal.fgv.br/sites/portal.fgv.br/files/u82/fgv_annual_report_2018_pt_spreads_bx.pdf. Acessado em: 10 de março de 2018.

GALLICCHIO, E. La experienciadel centro latino-americano de Economía Humana (CLAEH) em laconstrucción de alianzas para eldesarrollo local: Analisis de tres experiencias. **Conferencia em Asamblea General de ALOP**. Antigua Guatemala, Guatemala, 9 de mayo de 2002.

GASKELL, G. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som um manual prático**. 7 ed Petrópolis: Vozes, 2000, p. 66.

GRUMBILF, Brasil. **Plano urbanístico da cidade de Macapá**: plano de desenvolvimento urbano. São Paulo: Grumbilf, 1960.

HARVEY, D.. **Cidades rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes-Selo Martins, 2014.

HOUGH, M. **Naturaleza Y Ciudad**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1998.

IBGE. **Comissão Nacional de Classificação** – CONCLA, 2018. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 jul. 2018.

IBGE. Cidades-população 2000 e população estimada 2018. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/. Acessado em 15 de abril de 2018.

LEFEBVRE, H. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4º ed. Paris: EditionsAnthopos, 2000). Primeira versão início fev. 2006.

LOBATO, S.S. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá(1944-1964)**. 2013. 239 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo .

LOBATO, S.S. Federalização da Fronteira: A Criação e o Primeiro Governo Do Amapá (1930-1956). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 7, n. 1, jan.-jun., 2014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.22228/rt-f.v7i1.210>>. Acesso em: 19 set.2019.

MACAPÁ (AP). **Lei complementar nº 026/2004 de 20 de janeiro de 2004**. Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá: Lei complementar nº 026/2004 de 20 de janeiro de 2004. Macapá: Prefeitura Municipal, 2004a.

MACAPÁ (AP). **Lei complementar nº 029/2004 de 24 de junho de 2004**. Do uso e ocupação do solo no município de Macapá: Lei complementar nº 029/2004 de 20 de junho de 2004. Macapá: Prefeitura Municipal, 2004b.

MACÊDO, C.S; SILVA, R.C.N da. **A produção do espaço urbano**. 2009. Disponível em: <http://www.ead.uepb.edu.br/arquivos/cursos/Geografia%20-%20Reing/Geografia%20Urbana/Geo_Urb_A02_WEB_IMZM_SF_SI_SE_181209.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

MENDONÇA, J.G, H.S.M (2011). **Dinâmicas imobiliária e a formação de um “obscuro objeto de desejo”: localização residencial e representação simbólica**. Inj. G. Mendonça, & H.S.M Costa (Zds), Estado e capital imobiliário: Convergência atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: c/Arte.

MENDES, C.M.; TÖWS, R.L. **Novos enfoques e perspectivas metodológicas no estudo do processo de verticalização**. In: BOVO, M.C.; TÖWS, R.L.; COSTA, F.R.da.(Orgs.) Estudos Urbanos em Perspectivas: reflexões, escalas e desafios. Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2011, pp. 114-136.

MONTE-MÓR, R.L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ & CROCCO (eds.). **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes** (pp.61-85). Belo Horizonte: Editorial UFMG, 2006.

MONTEIRO, K. C. R.; OLIVEIRA, R. P.S. de. Reflexões sobre as consequências da verticalização para o clima urbano na cidade de Vitória da Conquista – BA- Brasil. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14, Peru, 2013. Anais... Peru, 2013.

NUNES, N.. Gestão Ambiental Urbana: Planejar Antes de Verticalizar. **Revista Complexus**. Instituto Superior de Engenharia Arquitetura e Design -CEUNSP, Santos- SP, Ano 2, n. 3, 2011.

OLIVEIRA, V.F; OLIVEIRA, E. A. A. Q.. O papel da Indústria da Construção Civil na organização do espaço e do desenvolvimento Regional. **The 4th International Congress University Industry Cooperation**. Taubaté, SP, 2012.

PAULA, R. G. de. A verticalização na Gleba Palhano – Londrina - PR: **Uma análise da produção e consumo da habitação**. 2006. 119f. Monografia (Bacharelado em Geografia). Departamento de Geociências. Universidade Estadual de Londrina. Londrina.

PORTO, J. L. R. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais (1943-2000)**. Macapá: SETEC. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285491>. Acesso em: 09 set. 2019

PORTO, J. L. R; COSTA, Manoel. **A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana: questões geoeconômicas**. Macapá: O Dia, 1999

RAMIRES, J. C. de L. O processo de verticalização das cidades brasileiras. **Boletim de Geografia**. Maringá, DGE / UEM 16 (1): 97-105. 1998.

REIS, A. C. F. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949. p113

ROGER, R. GUMUCHDJIAN, P. **Cidades para um pequeno planeta Barcelona**: Gilli, 2001.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense 1998.

ROCHA NETO, João Mendes. **A política regional brasileira frente a teoria da extinção de políticas públicas**. *Redes* (St. Cruz Sul, Online), Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 1715- 1737, nov. 2020. ISSN 1982-6745. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v25i4.13270>.

SILVA, M. L. **O Território Imaginado: Amapá, de Território à Autonomia Política (1943-1988)**. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23698/1/2017_MauraLealdaSilva.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

SILVA, M. L. **A (Onto)Gênese da nação nas margens do território nacional: o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)**. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13001>>. Acesso em: 25 set. 2019..

SANTOS, R.M. **(Re)Estruturação e Formação do Aglomerado Urbano de Macapá e Santana na Amazônia Setentrional Amapaense**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2016/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Final-Rom%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 25 set. 2019.

SANTOS, C. P. dos. **Reestruturação urbana de Londrina: a verticalização no período 2000 - 2008**. 2008. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina. Londrina - PR, p. 107.

SANTOS, I.P. **Áreas de Ressaca e Dinâmica urbana em Macapá/AP**. In: Universidade de Coimbra, maio de 2010, p. 2. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física; II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra, Maio de 2010. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema4/ivone>. Acesso em: 29 set. 2019.

SANTOS, F.C. **Os novos meandros da verticalização e o processo de redefinições do espaço urbano**. In: CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. *O espaço urbano em redefinições: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade*. Dourados – MS: Editora UFGD, 2008. P.45 – 70.

SANTOS FILHO, J.C; GAMBOA, S.S. **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, E. R. C. Amazônia Setentrional Amapaense: dos mundos das águas às fl orestas protegidas. 2012. 227 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

SEPÚLVEDA, S.. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005.

SEM, Amaryua,Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Companhia das letras, 2000.

SILVA, J.M. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, A. S.; SANTOS, M. C. **Crescimento e desenvolvimento sob o olhar da periferia em Santo Antônio de Jesus - BA**. II Anais do Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2011.

SILVA, L.H. **A Verticalização Do Espaço Urbano: O Caso do Bairro do Prado – Recife/ PE**. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6373>. Acesso em: 27 set. 2019.

SILVA, E. A. C. da S. **Quando a terra avança como mercadoria perde-se o valor de uso na cidade: regularização fundiária e a expansão urbana na cidade de Macapá — Amapá**. 2017. 1 recurso online (192 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/330892>).

SOUZA, M.A. **A identidade da metrópole: A verticalização em São Paulo**. 20. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SOMEKH, N. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador, São Paulo 1920-1939**. São Paulo: EDUSP, 1997.

SOULIER, N. **Reconquérir les rues** Paris:ULMER,2012.

SUAREZ, A. R.**El Desarrollo Regional**.Santofé de Bogotá, Colombia: Esap, 1993.

SPOSITO, M.E..B.. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, S.M. (Orgs.) A cidade contemporânea, Segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

SPOSITO, M.E..B.Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 2000.

TOSTES, José Alberto. **Planos diretores no estado do Amapá: Uma contribuição para o desenvolvimento Regional**, Macapá, 2006.

TOSTES, J. A.; WEISER, A. A. **Macapá: A Cidade Modernista do Período Janarista de 1943 a 1955.** II S A M A – Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia. Palmas, 13, 14, 15 e 16 de março de 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/33646681/MACAP%C3%81_A_CIDADE_MODERNISTA_DO_PER%C3%8DODO_JANARISTA_DE_1943_A_1955. Acesso em: 29 set. 2019.

TOSTES, J. A.; WEISER, A. A. **Transformações espaciais entre as cidades de Macapá e Santana (AP): o caso das rodovias Duca Serra e Juscelino Kubitschek.** VII Semana de Arquitetura e Urbanismo (SAU 2018) Mobilidade Urbana e Sustentabilidade: Por onde tu andas? Universidade Federal do Amapá, Macapá/AP, 29 a 31 de outubro e 01 de novembro de 2018. Disponível em: https://www2.unifap.br/arquitetura/files/2018/10/Alice-Weiser_Jose-Tostes_VII-SAU.pdf. Acesso em: 29 set. 2019.

TOSTES, J. A.; SOUZA, A. C. M.; FERREIRA, J. F.C. **O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil).** Macapá, v. 8, n. 2, p. 149-167, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/307848786_o_desenvolvimento_local_integrado_entre_as_cidades_de_macapa_e_santana_estado_do_a_mapa_brasil> acesso em 16 de Out de 2018.

TOSTES, J. A.; SOUZA, A. C. M.; FERREIRA, J. F.C. **Planejamento Urbano Regional no Estado do Amapá** / José Alberto Tostes (organizador) – Macapá: UNIFAP, 2018. Il.: 316 p. ISBN: 978-85-5476-051-9. Disponível em: <https://www2.unifap.br/editora/files/2018/12/Planejamento-Urbano-Regional-no-Estado-do-Amapa3.pdf> . Acesso em: 28 set. 2019.

TOSTES, J. A. **Planos Diretores no Estado do Amapá:** uma contribuição para o desenvolvimento regional. Ed. UNIFAP, 2006. Disponível em: <https://www.academia.edu/33885510/PLANOS_DIRETORES_NO_ESTADO_DO_AMAP%C3%81_A_EXPERI%C3%8ANCIA_DO_MUNIC%C3%8DPIO_DE_LARANJAL_DO_JARI-AP>. Acesso em: 29 set. 2019.

TÖWS, R.L. Atuação do capital imobiliário na produção vertical e a legislação urbanística na Avenida Brasil em Maringá (PR). In: MENDES, C. M.; TÖWS, R. L. (Orgs.) **A geografia da verticalização em algumas cidades médias no Brasil.** Maringá: Eduem, 2011, pp. 59-79.

TIETENBERG, T. **Environmental and natural resource economics.** 4ed. New York: Harper Collins Publishers. 1996.

VIOLA, E. **Reflexões sobre os dilemas do Brasil na segunda metade da década de 1990 e sobre uma agenda de políticas públicas baseada na democracia, na equidade, na eficiência e na sustentabilidade.** Centro de Estudos Regionais da UFG. Goiás 1997.

ZABATA, T.; PARENTE, S., ARNS, P. C. ; JORDAN, A. ; OSÓRIO, C. Desenvolvimento local: estratégia e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C. M.; REIS, L.C. (Org). **Desenvolvimento local:** Dinâmica e estratégias. Rede DLIS:2001.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/ ANUÊNCIA DE DADOS

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa "ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DA VERTICALIZAÇÃO NA CIDADE DE MACAPÁ A PARTIR DO PERÍODO DE 2004 A 2018". O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é "é pensar na importância da gestão e no planejamento urbano quanto aos condicionantes que envolvem a os mecanismos e dinâmicas de desenvolvimento local". Nesta pesquisa pretendemos "Analisar as implicações da Verticalização para o desenvolvimento da cidade de Macapá".

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você "ocorrerá por meio de entrevistas gravadas, análise documental e fotográfica e observação". A pesquisa pode ajudar "com reflexões quanto aos pontos positivos e adversos quanto a aplicabilidade da verticalização".

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causadas atividades que fizemos com você nesta pesquisa, você tem direito a indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 05 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos com para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais, atendendo as legislações brasileiras (Resoluções Nº 510/16 e Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Mediante ao disposto no Artigo 9º da Resolução 510/16 CNS no que diz: "São direitos dos participantes": "V – decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública". Declaro que concordo em participar da pesquisa, que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas e que minha identidade e as ENTREVISTAS poderão ser divulgadas. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Macapá, _____ de _____ de _____

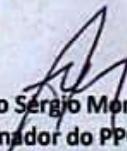
Assinatura do Participante

Edliany Mendonça Vales
Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Edliany Mendonça Vales:
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ- UNIFAP : Rod. JK de Oliveira-Km 02 Jardim Marco Zero
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Telefone: (96) 3312-1700 (ramal interno:1851)
E-mail: ppgmrd@gmail.com

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF
Campus Universitário da UFJF
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
CEP: 36036-900
Fone: (32) 2102- 3768 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

APÊNDICE B- Ofício da coordenação do Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR)

	<p>MINISTERIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPEPG PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL</p>
<p>Ofício nº. 18/2018 - PPGMDR/UNIFAP</p>	
<p>Macapá – AP 18 de Junho de 2018.</p>	
<p>À Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional – SEMDUH Av. Presidente Vargas, 831 - Centro. Macapá/Amapá</p>	
<p>Assunto: Solicitação de Informações.</p>	
<p>Senhor Secretário,</p>	
<p>Vimos pelo presente solicitar a Vossa Senhoria o fornecimento de informações tendo em vista o bom andamento da pesquisa intitulada “Os investimentos com geração de emprego e renda na aplicabilidade da verticalização na cidade de Macapá entre 2007 e 2017”. A mesma compreende a dissertação de mestrado da discente Edilany Mendonça Vales, sob orientação do Professor Dr. José Alberto Tostes.</p>	
<p>Com a reafirmação de nosso apreço e distinta consideração, e certos de contarmos com o apoio de Vossa Senhoria, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.</p>	
<p>Respeitosamente,</p>	
<p> Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão Coordenador do PPGMDR Portaria nº 1755/2017 UNIFAP</p>	
<p>RECEBIDO EM: 18.06.18 </p>	
<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ Rod. JK de Oliveira – Km 02 Jardim Marco Zero www.unifap.br</p>	<p>MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL Email: ppgmdr@gmail.br Telefone: (96) 3312-1700 (ramal interno: 1851)</p>

Pesquisadora: Edilany Mendonça Vales.

Orientador: José Alberto Tostes.

Poder público (Órgão público)

Dados da entrevista:

Data: ___/___/___

Início: _____

Término: _____

Local: _____

Identificação :

Nome: _____

Local onde executa sua atividade: _____

1. A administração pública atualmente estar atuando de forma incentivadora para a construção de novos edifícios?
2. Há alguma discussão (planejamento relacionada ao tema neste momento? Como ocorre aplicabilidade da verticalização na cidade de Macapá?
3. Há uma procura grande para a implantação de construções verticais na cidade?
4. Há uma explicação técnica no plano diretor sobre a verticalização e a localização dos prédios na cidade de Macapá ?
5. A construção de edifícios estar aumentando os contratos com trabalhadores na construção civil? Em que ano começo essa dinâmica? Estar evoluindo? Ocorre um planejamento para a mão de obra especializada?
6. Qual a ajuda do poder público para as construções particulares?
7. Na cidade de Macapá está tendo uma maior demanda para a realização de construção de edifícios de quatro ou mais pavimentos? Há uma explicação para a escolha desses pavimentos para a construção?
8. Há uma análise específica e controle em relação à construção de edifícios? Alvará de vistoria e outros.
9. A aprovação de projetos para a construção de edifícios é analisada de maneira geral como os demais projetos para a cidade ou existe uma especificidade para a análise? Por que?
10. Existe uma tabela, relação o quadro da quantidade de edifícios de quatro ou mais pavimentos na cidade de Macapá? É possível contabilizar esses prédios?

APÊNDICE D- Roteiro de entrevista: Construtoras/imobiliárias**Pesquisadora:** Edilany Mendonça Vales.**Orientador:** José Alberto Tostes.**Construtoras/imobiliárias****Dados da entrevista:****Data:** ___/___/___**Início:** _____**Término:** _____**Local:** _____**Identificação :****Nome:** _____**Local onde executa sua atividade:** _____

1. Aproximadamente quantos edifícios são administrados pela imobiliária? E em quais áreas?
2. Em sua visão compensa investir na construção de edifícios na cidade de Macapá? Por que?
3. As leis de regulamentação do solo (lei de uso e ocupação do solo) atrapalham ou auxiliam no processo de verticalização? Por que?
4. Há demanda por edifícios na cidade?
5. De onde vem os investimentos para a construção de edifícios?
6. Em quais áreas é melhor investir em edifícios? E por que?
7. Quais as maiores dificuldades para se aprovar a construção de uma obra?
8. Há linhas de créditos para a construção de edifícios? Para quais valores?
9. Quais as suas perspectivas para o mercado vertical?
10. Como ocorre o processo de infraestrutura para a construção dos prédios?

ANEXO E- Modelo de Alvará da Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (SEMDHU)

SEMDHU			PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ SEMDUH - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL		
	ALVARÁ Licença Para: ALVARÁ PARA CONSTRUÇÃO Número: _____ ART.N: _____				
	Dados do proprietário do Lote		Dados do Requerente		
	Nome:		Nome:	CPF/CNPJ:	
			RESPONSÁVEL PELO PROJETO		
	Nome:	CPF/CNPJ:		Registro:	
			RESPONSÁVEL PELA OBRA		
	Nome:	CPF/CNPJ:		Registro:	
	LOCALIZAÇÃO DA OBRA				
	Endereço:	Quadra:	Complemento:	Setor:	Bairro:
Setor:		Lote:			
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO					
Uso:			Setor:	Ind. Procedência:	
EDIFICAÇÃO					
IMPORTANTE					
a) Após a conclusão da construção, deverá, se requerido o HABITE-SE da edificação pelo proprietário ou construtor. b) Durante o processo de construção deverá ser instalada na parte externa da obra, uma Placa de Identificação, constando número do alvará, o nome do técnico responsável, bem como manutenção na obra e cópia dos projetos e alvará expedido. c) O não cumprimento dos itens citados acima, incorrerá em sanções ao proprietário e ao responsável técnico, de acordo com o código de Edificações e Habitação Municipal.					
DADOS COMPLEMENTARES					
CERTIFICAÇÃO					
Diretor do Desenv. Urbano		Secretário Municipal			
RECEBIMENTO					
AUTENTIFICAÇÃO					
					